SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Semil | 2024

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Semil | 2024

Este relatório tem como objetivo prestar contas à sociedade das principais atividades realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL no ano de 2024, atendendo o Programa Plurianual 2024-2027. O formato utilizado para a apresentação das informações toma por base os programas estruturantes da Secretaria, que norteiam o planejamento e a execução das ações, de tal modo que o leitor possa ter uma visão integrada do que foi feito pela Pasta e por suas vinculadas.

O relatório, portanto, está assim dividido:

Capítulo 1 – Introdução;

Capítulo 2 – Gestão, Governança e Integridade;

Capítulo 3 – Estratégia Climática do Estado de SP;

Capítulo 4 – Plano Estadual do Meio Ambiente;

Capítulo 5 – Programa IntegraTietê;

Capítulo 6 – Universaliza SP;

Capítulo 7 – Resíduos Sólidos;

Capítulo 8 – Transição Energética e Descarbonização;

Capítulo 9 – Logística e Transportes;

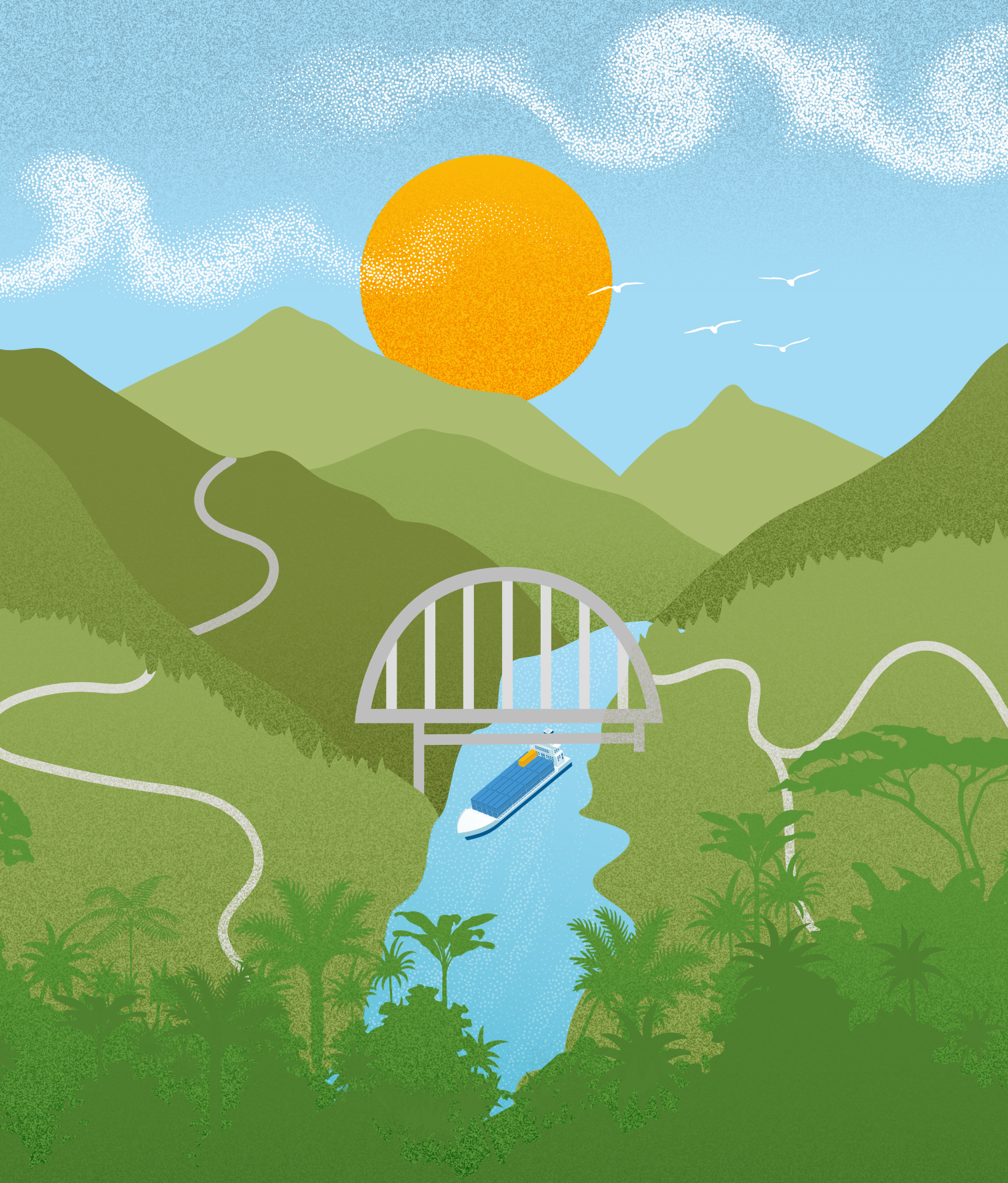
Capítulo 10 – Outras iniciativas SEMIL; e

Capítulo 11 – Conclusão.

Para cada um dos temas acima expostos, são relacionados os objetivos estratégicos, detalhados na Introdução, bem como os atores envolvidos na execução das ações apresentadas.

À semelhança do relatório produzido em 2023, esta prestação de contas à sociedade paulista será também publicada no sítio eletrônico da SEMIL. A SEMIL, nesse sentido, reitera o seu compromisso com a transparência e a divulgação das informações, a fim de que todos tenham conhecimento e acompanhem o que está sendo planejado e executado pela Secretaria.

Natália Resende
Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
http://www.semil.sp.gov.br/



INTRODUÇÃO

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL teve sua denominação alterada pelo Decreto nº 67.435/2023 e possui o objetivo de integrar ações de planejamento e execução das políticas públicas estaduais relacionadas ao meio ambiente, aos recursos hídricos, à expansão e melhoria do saneamento básico, à promoção da transição energética e da mineração sustentável e à ampliação, modernização, operação e manutenção da infraestrutura de transporte a cargo do Estado.

A SEMIL, portanto, tem como diretriz norteadora o meio ambiente como o elemento principal e integrador de suas políticas públicas; a infraestrutura, enquanto pilar e meio essencial ao desenvolvimento da sociedade; e a logística, imprescindível à movimentação de pessoas e cargas, garantindo a subsistência na interligação das cadeias.

No intuito de cumprir sua missão institucional, a SEMIL está administrativamente dividida em quatro subsecretarias finalísticas, correspondentes aos seus eixos de atuação: Subsecretaria de Meio Ambiente – SMA; Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico – SRHSB; Subsecretaria de Energia e Mineração – SEM; e Subsecretaria de Logística e Transportes – SLT.

Da mesma forma, perpassando todos os temas da Secretaria, fazem parte da SEMIL os seguintes núcleos transversais de atuação: (i) Unidade de Gestão da Integridade; (ii) Comissões de Acompanhamento e Planejamento Estratégico; (iii) Assessoria de Mudanças Climáticas e Relações Internacionais.

Cabe também destacar as entidades vinculadas à SEMIL, a saber: a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB; a Companhia Docas de São Sebastião – CDSS; a Fundação Florestal – FF; a Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-Águas; e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER-SP. As antigas vinculadas Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE foram desestatizadas em 2024.

O planejamento da SEMIL, alinhado com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, foi elaborado visando a desenvolver políticas públicas estruturantes, com ações de curto, médio e longo prazo. Tal planejamento tem como base os Objetivos Estratégicos de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (OEMIL), bem como a Missão, Visão, Valores e Pilares da Secretaria, conforme diagrama apresentado a seguir:

PROPÓSITO

"Servir ao desenvolvimento sustentável, servir ao futuro"

PROPOSTA DE VALOR

Desenvolver e melhorar a vida dos paulistas, com **diálogo** e **dignidade**

MISSÃO

Criar e fortalecer os caminhos que promovam o desenvolvimento sustentável do Estado, impulsionados por nossas forças motrizes de crescimento: Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, para transformar e melhorar a vida dos paulistas, com diálogo e dignidade.

VALORES

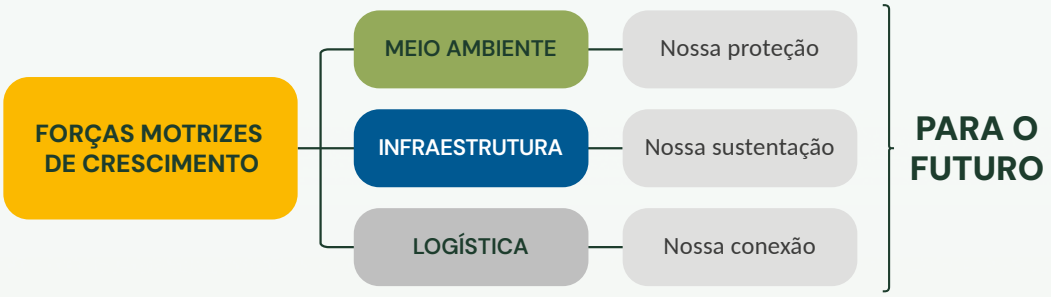
- Servir é retribuir
- Governança e gestão eficientes
- Responsabilidade com o hoje e com o amanhã
- Proteção, Sustentação e Conexão: nosso tripé de inovação e resultados

VISÃO

Ser um agente de transformação e serviço do nosso Estado e partilhar, com todos os cidadãos, um futuro próspero, impulsionado pelo desenvolvimento sustentável.

PILARES

DESENVOLVIMENTO • DIÁLOGO • DIGNIDADE



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (OEMIL)

OEMIL 1	Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.
OEMIL 2	Promover a disseminação da educação ambiental e da pesquisa científica, estimulando a gestão do conhecimento e inovação tecnológica.
OEMIL 3	Proteger a biodiversidade, promovendo a sua conservação, restauração e uso sustentável.
OEMIL 4	Fortalecer as unidades de conservação, áreas protegidas e parques urbanos estaduais, protegendo sua biodiversidade e melhorando a eficiência da prestação dos serviços.
OEMIL 5	Otimizar os processos a cargo da CETESB, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado.
OEMIL 6	Desenvolver e implementar os instrumentos previstos nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos, primando pelo aprimoramento da regulação do setor no Estado.
OEMIL 7	Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.
OEMIL 8	Buscar a antecipação da universalização do saneamento no Estado.
OEMIL 9	Fortalecer os arranjos regionais e a gestão de resíduos sólidos em atuação conjunta com as políticas públicas municipais.
OEMIL 10	Promover a transição energética e a mineração sustentável no Estado.
OEMIL 11	Atualizar o planejamento estratégico de logística e transportes, identificando as necessidades de investimentos e buscando o crescimento da intermodalidade.
OEMIL 12	Ampliar e modernizar a infraestrutura de transporte, bem como apoiar os Municípios em obras conveniadas.
OEMIL 13	Operar e manter a infraestrutura de transporte a cargo do Estado.
OEMIL 14	Melhorar a gestão de recursos humanos e financeiros, com foco na governança, transparência, integridade e planejamento estratégico.

O planejamento da SEMIL e a definição dos objetivos estratégicos de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (OEMIL) foram parâmetros base para a proposta do Plano Plurianual 2024-2027 (PPA 2024-2027), aprovado pela Lei 17.898/2024, estando dividido nos seguintes programas finalísticos:

a) **2604:** Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado;
b) **2617:** Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Inovação Tecnológica e Gestão do Conhecimento;
c) **2618:** Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade;
d) **2619:** Fortalecimento do Planejamento, da Gestão Ambiental e da Estratégia Climática;
e) **2621:** Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Parques Urbanos;
f) **2622:** Segurança Hídrica;
g) **2623:** Planejamento, Formulação, Apoio à Implementação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico;
h) **2624:** Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Área Operada pela Sabesp;
i) **2625:** Desenvolvimento e Implementação da Política de Recursos Hídricos;
j) **2626:** Transição Energética e Mineração Sustentável;
k) **2627:** Melhorias na Infraestrutura de Transporte Estadual;
l) **2628:** Operação, Conservação e Segurança da Infraestrutura de Transporte Estadual; e
m) **2629:** Planejamento de Logística e Transportes.

GESTÃO, GOVERNANÇA E INTEGRIDADE

GOVERNANÇA, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA

No intuito de aprimorar a gestão, eficácia das políticas públicas e a sua implementação, foram elaboradas as seguintes normas de governança:

a) **Resolução SEMIL nº 26/2023**, que institui a Comissão de Planejamento e Avaliação Orçamentária, responsável pela coordenação e supervisão da gestão orçamentária integrada aos processos de planejamento e orçamento do Governo do Estado de São Paulo sob responsabilidade da SEMIL;
b) **Resolução SEMIL nº 25/2023**, que institui a Comissão de Acompanhamento de Obras Estratégicas, responsável pelo planejamento e implementação das obras consideradas estratégicas a cargo da SEMIL, com acompanhamento da execução físico-orçamentária, garantindo o adequado cumprimento do cronograma; e
c) **Resolução SEMIL nº 35/2024**, que institui o Comitê Interno de Governança, que tem o objetivo de implementar, promover ou executar políticas ou programas de governança relativos a temas específicos.

Em paralelo, está em aprimoramento o sistema de gestão de projetos na SEMIL, possibilitando acompanhamento mais eficiente no nível estratégico.

A gestão da integridade na SEMIL está de acordo com as diretrizes constantes no Decreto nº 67.682/2023, que aprova o Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo, no Decreto nº 67.683/2023, que institui o Plano Estadual de Promoção da Integridade, e no Decreto nº 67.883/2023, que altera o § 3º do artigo 7º do Decreto 67.683/2023.

Nesse contexto, a Unidade de Gestão de Integridade – UGI, criada pela Resolução SEMIL nº 37/2023, após o levantamento dos riscos para a integridade, confeccionou o Programa de Integridade, aprovado em 24/04/2024. Destaca-se no programa o Plano de Ação, com várias atividades a serem desenvolvidas na SEMIL, visando promover as melhores práticas de gestão pública, como também aperfeiçoar a transparência e a governança no âmbito da Secretaria, por intermédio de elaboração e atualizações de diversos manuais, capacitações dos servidores e contínua divulgação do canal de denúncias.

Na mesma direção, em maio de 2024, a Ouvidoria da SEMIL aderiu à nova plataforma lançada pela Controladoria Geral do Estado – CGE (Fala.SP), que unificou as entradas das manifestações de Ouvidoria e do Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, sendo esse atualmente o principal canal de comunicação com os usuários externos e internos. Todas as denúncias devem ser registradas na plataforma, inclusive casos de assédio moral e/ou sexual e outras condutas discriminatórias, conforme recomendação exarada pela CGE, razão pela qual o *e-mail* denuncieassedio.semil@sp.gov.br foi desativado.

Em 2024, a Ouvidoria da SEMIL recebeu e fez o tratamento de um total de 1.533 manifestações.

A Ouvidoria atende também por telefone e presencialmente. Desde 2023 vem atuando para promover ações visando um ambiente de trabalho saudável, livre de assédio e de outras formas de violência, trabalhou na organização dos seguintes eventos/capacitações/iniciativas realizados em 2024: (i) "Rodas de Conversa: Desafios das Mulheres no Ambiente de Trabalho", em parceria com a CETESB e a Fundação Florestal; (ii) "Encontro com as Ouvidorias" para tratar de assédio, em parceria com as Ouvidorias da CETESB, do então DAEE, DER e Fundação Florestal; (iii) Capacitações da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania (Coordenações de Políticas para a População Negra, para Políticas para os Povos Indígenas e de Políticas para a Diversidade Sexual), visando à construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e seguro; e (iv) atualização da Cartilha de Prevenção contra o Assédio.

Adicionalmente, a Ouvidoria tem trabalhado em parceria com o Departamento de Recursos Humanos na organização de capacitações para os servidores, bem como atuado na mediação de conflitos, de forma que possam ser resolvidos antes de se agravarem e demandarem registros de reclamações e denúncias. Servindo como Secretaria Executiva da Comissão de Ética, organizou reuniões, adotou providências solicitadas e elaborou relatórios das apurações preliminares instauradas em 2024.

A Ouvidoria realizou, em 2024, a revisão da Carta de Serviços da SEMIL, com relação ao seu conteúdo e padronização, que pode ser acessada pelo *link*: https://semil.sp.gov.br/carta-de-servicos-do-orgao/, além de ter providenciado chamamento público para a composição do Conselho de Usuários de Serviços Públicos da Pasta, cuja coordenação dos trabalhos lhe compete.

Foi elaborado documento com orientações sobre denúncias, disponibilizado na página de Ouvidoria da SEMIL, e o Manual Interno da Ouvidoria, padronizando os fluxos de atendimento.

GESTÃO DE PESSOAS

1. Programa de Capacitação

Em continuidade à campanha contra assédio sexual e moral, buscou-se divulgar o curso atualizado da Escola Virtual de Governo da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, incentivando os servidores e estagiários a realizarem.

Além disso, outros cursos foram ofertados e amplamente divulgados aos servidores, por meio de pesquisa de interesse, publicação nas páginas de Capacitação e no Portal do Conhecimento, disponibilizados pela CETESB – cursos técnicos, de informática e administração – e por Escolas do Governo – cursos técnicos, informática, administração, finanças e acervo. Nesse contexto, foram recebidos e catalogados 846 certificados de conclusão.

Cartilha de Prevenção Contra o Assédio

Ainda no assunto capacitação, destaca-se a inauguração, em 22/10/2024, do Portal do Conhecimento, contendo o Programa de Capacitação da SEMIL, Agenda de Cursos, 3 Pílulas do Conhecimento sobre Vida Funcional, Programa de Integridade, Sistema SEI, Teletrabalho e Saúde e Bem estar. Essa é uma iniciativa que visa aprimorar as habilidades do corpo funcional, com uma variedade de cursos *on-line* de forma gratuita. A plataforma disponibiliza o acesso a cursos de diferentes instituições de ensino do governo. Também foram disponibilizadas um total de 12 (doze) páginas de capacitações de outras instituições renomadas, como Fundação Bradesco, Fundação Getúlio Vargas etc.

846 CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO EM CURSOS TÉCNICOS

2. Carreiras Específicas presentes na SEMIL

No tocante às carreiras, mencionam-se as seguintes ações:

a) promoção da carreira de Especialista Ambiental, abrangidos pela Lei Complementar nº 996/2006, com a realização das etapas da promoção da carreira referente ao ano de 2021, contratação de empresa responsável pela promoção e publicação do Edital Conjunto SEMIL/SAA de abertura das inscrições em 21/11/2024;

b) promoção por antiguidade para os integrantes da série de classes Assistente Agropecuário, Engenheiro e Engenheiro Agrônomo, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 42.250/1997, gerando efeitos a partir de 01/07/2024;

c) promoção por antiguidade, referente ao exercício de 2022, para as classes de Auxiliar, Agente, Oficial e Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica e Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica, de que trata o artigo 9º

da Lei Complementar nº 661/91 e Lei Complementar nº 662/91, pertencentes ao Instituto de Pesquisas Ambientais;

d) progressão dos servidores integrantes das classes abrangidas pela Lei Complementar nº 1.080/2008, com contagem de tempo para progressão referente ao ano de 2023;

e) início das inscrições e realização da prova para a promoção por merecimento, referente ao exercício de 2023, para as classes de Auxiliar, Agente, Oficial e Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica e Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica, de que trata o artigo 9º da Lei Complementar nº 661/91 e Lei Complementar nº 662/91, pertencentes ao Instituto de Pesquisas Ambientais;

f) apostilamento e concessão de acesso da carreira de Pesquisadores Científicos do Instituto de Pesquisas Ambientais referente a 2023;

g) elaboração e disponibilização de certidões para inscrições do acesso 2024 de Pesquisadores Científicos do Instituto de Pesquisas Ambientais;

h) progressão referente aos anos de 2023 e 2024 para as classes de Auxiliar de Saúde e Técnico de Laboratório, de que trata a Lei Complementar 1.157/2011;

i) promoção por merecimento, referente ao exercício de 2023, para as classes de Assistente Agropecuário, Engenheiro e Engenheiro Agrônomo;

j) criação do Quadro Especial, junto à SEMIL, em atendimento a Lei Complementar nº 1.413/2024, que transformou o DAEE em Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-Águas, com 520 empregados regidos pela CLT e 02 servidores estatutários, que agora são parte do Quadro de Pessoal da Pasta. Tais empregados e servidores foram afastados e encontram-se prestando serviços junto à SP-Águas; e

k) elaboração e encaminhamento, em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria da Saúde, de proposta de Projeto de Lei Complementar, visando alterar os processos de ingresso e promoção das carreiras de Especialista Ambiental e Pesquisador Científico, buscando a valorização do corpo técnico da SEMIL.

OEMIL 14	Melhorar a gestão de recursos humanos e financeiros, com foco na governança, transparência, integridade e planejamento estratégico.

Áreas atuantes: Secretaria Executiva, Gabinete, Coordenadoria de Administração, Contrato e Convênios, Coordenadoria de Finanças, Ouvidoria, Departamento de Recursos Humanos e Unidade de Gestão da Integridade.

ESTRATÉGIA CLIMÁTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O tema de mudanças climáticas e sustentabilidade é tratado de maneira transversal em todas as atividades da SEMIL. Para tanto, a Assessoria de Mudanças Climáticas e Relações Internacionais atua de forma a assegurar que todos os programas estruturantes da Secretaria observem as diretrizes sobre as questões climáticas e de sustentabilidade, promovendo uma resposta coordenada aos desafios globais.

A Estratégia Climática do Estado de São Paulo, desenvolvida ao longo do ano de 2024, pode ser assim representada:

GOVERNANÇA

Em 2024, o Estado de São Paulo avançou no fortalecimento da governança climática, com a reestruturação de seus instrumentos e iniciativas estratégicas. Nesse assunto, destaca-se a importância do Conselho Estadual de Meio Ambiente, que tem as seguintes atribuições, entre outras: (i) acompanhar as ações de implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC; (ii) expedir recomendações sobre assuntos relacionados à implementação da PEMC; (iii) fomentar, junto à sociedade civil, a discussão sobre as mudanças climáticas, a necessidade de conservação da diversidade biológica e o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Com o objetivo de dar efetividade e fortalecer a governança do Estado de São Paulo, foram propostas as novas composições do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC. Nesse contexto,

o Decreto nº 68.308/24, publicado em 16 janeiro de 2024, reativou a governança climática do Estado de São Paulo, com a definição, implementação e acompanhamento da PEMC.

Em 2024, a SEMIL convocou a 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente- 5CEMA, por meio da Resolução SEMIL nº 089/2024, etapa preparatória da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, para realização em março de 2025, que tem como tema "Emergência Climática: os desafios da transformação ecológica", com o objetivo de promover diálogos sobre a emergência climática.

Por fim, a Assessoria de Mudanças Climáticas e Relações Internacionais reforçou processos de integração vertical e horizontal frente às principais agendas globais, a exemplo das parcerias com redes mundiais (como ICLEI, Regions4, Rede de Soluções Sustentáveis em Água e Energia das Nações Unidas, *The Climate Group – Under2*, Força-Tarefa de Governos Subnacionais da Coalizão de Alto Nìvel / HAC, GoLS, Programa MaB-Unesco, Iniciativa Satoyama e *Advisory Committee on Subnational Governments and Biodiversity*) e nacionais (como Abema e Consórcio Brasil Verde, onde a SEMIL coordena ações sobre o bioma Cerrado).

1. Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas – CGPEMC

Em 18 de julho de 2024, o Comitê Gestor da PEMC, órgão executivo da PEMC, com representantes de 8 Secretarias de Estado, foi instalado em Reunião Ordinária, com a participação dos membros titulares e suplentes, sob a coordenação da SEMIL.

Na reunião de instalação, a SEMIL apresentou a estratégia climática e a interface dos eixos de mitigação e adaptação, com seus planos, programas e projetos setoriais.

Desde então, o CGPEMC realizou quatro reuniões, sendo duas ordinárias e duas extraordinárias, ocasião em que foi avaliada e aprovada minuta de seu Regimento Interno, que define a estrutura de funcionamento e atribuições. Além disso, foram apresentados os planos, programas, projetos e ações setoriais de cada Pasta relacionados aos eixos de mitigação e adaptação.

Na reunião de 24 de outubro de 2024, foi apresentado o Plano de Adaptação e Resiliência Climática – PEARC, ocasião em que os membros debateram os principais pontos, esclareceram dúvidas e contribuíram com a minuta. Em 4 de novembro, foi iniciada consulta pública para obter as contribuições da sociedade na definição das ações que serão realizadas nos próximos anos.

2. Conselho Estadual de Mudanças Climáticas – CEMC

O Conselho Estadual de Mudanças Climáticas – CEMC é um órgão consultivo tripartite, composto por 18 membros, sendo seis representantes do Governo do Estado, seis dos municípios e seis da sociedade civil e tem como principal função acompanhar a implementação da PEMC e promover uma governança mais integrada e representativa.

Considerando sua composição consultiva e tripartite, exigiu-se, como parte do processo de escolha de seus representantes, a seleção de organizações socioambientais com atuação em mudanças climáticas por meio de chamamento público. O processo foi consolidado pelo Edital de Chamamento Público nº 03/2024, publicado em 23 de agosto de 2024.

A eleição, conduzida pelas próprias entidades em outubro de 2024, contou com a participação de 18 organizações habilitadas. As entidades se organizaram em chapas, resultando na escolha de duas entidades titulares e duas entidades suplentes, com mandato de dois anos e possibilidade de recondução. O resultado foi oficializado por meio da ata de eleição publicada no Diário Oficial do Estado.

Com a composição dos representantes definida, o CEMC avança em 2025 para consolidar sua função consultiva e colaborativa na governança climática do Estado de São Paulo.

3. FINACLIMA-SP

Em junho de 2024, foi instituído no âmbito da SEMIL, por meio do Decreto nº 68.577/2024 (alterado pelo Decreto nº 68.899/2024) o FINACLIMA-SP, consistindo de mecanismo destinado à captação de recursos privados e ao financiamento climático, com abrangência estadual, que busca viabilizar projetos estratégicos, alinhados às diretrizes da PEMC. Entre seus objetivos, destacam-se o apoio ao desenvolvimento sustentável, a transição para uma economia de baixo carbono e a promoção de maior resiliência climática no Estado.

Para garantir sua operacionalização, foi publicado, em 18 de novembro de 2024, o Edital de Chamamento Público nº 001/2024/FINACLIMA-SP, tendo como objeto a seleção da entidade gestora apta a captar, gerir e aplicar recursos financeiros no âmbito do FINACLIMA-SP. Nos termos do cronograma do referido edital, a assinatura do Acordo de Cooperação com a Entidade Gestora selecionada está prevista para abril de 2025.

O FINACLIMA-SP conta ainda com um Conselho de Orientação, com membros da SEMIL, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, além de representantes de entidades do setor produtivo, sociedade civil e setor acadêmico, designados pela Resolução SEMIL nº 85/2024.

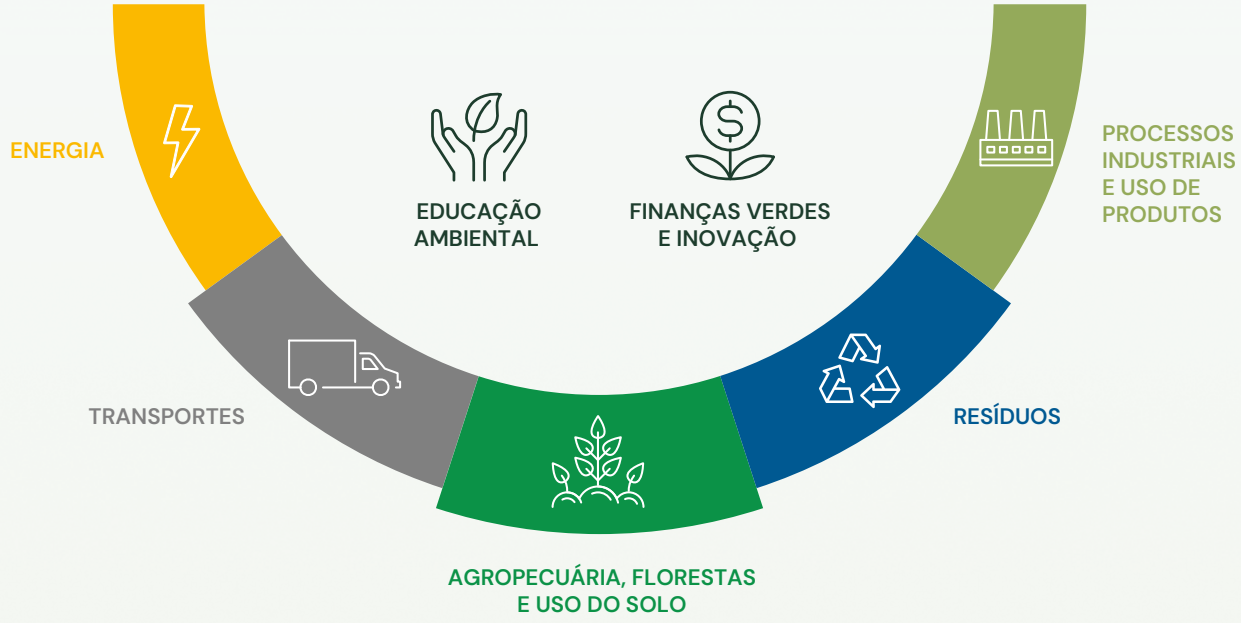
O Conselho de Orientação tem como atribuições definidas pelo seu decreto de criação: (i) definir as diretrizes, normas, critérios, manuais, procedimentos e salvaguardas socioambientais para a captação, gestão, aplicação de recursos e prestação de contas pelas entidades gestoras; (ii) definir regras de captação e destinação de recursos a partir de padrões de taxonomia de financiamento sustentável; (iii) aprovar o planejamento estratégico com definição de metas do FINACLIMA-SP e o plano de captação, gestão e aplicação de recursos; (iv) acompanhar as atividades desenvolvidas pelas entidades

gestoras e avaliar relatórios e outras formas de prestação de contas; e (v) assegurar a transparência de informações e resultados do FINACLIMA-SP.

MITIGAÇÃO

1. Implementação do Plano de Ação Climática 2050

Um dos principais norteadores para a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas é o Plano de Ação Climática 2050. Ancorado na PEMC e na Campanha das Nações Unidas *Race to Zero*, o Plano de Ação Climática – PAC 2050, elaborado em parceria com a GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), foi lançado em 2022, após processo de consulta pública. O PAC 2050 é a principal estratégia definida para atingir os objetivos de neutralidade de emissões do Estado de São Paulo no horizonte 2050, a partir dos seguintes eixos: (i) transportes; (ii) energia; (iii) resíduos; (iv) agropecuária, florestas e usos do solo; (v) processos industriais e uso de produtos; e os eixos transversais (vi) finanças verdes e inovação; e (vii) educação ambiental.



A execução do Plano seguiu diversas etapas e está prevista para ser revisada em ciclos de 4 anos. As ações propostas no PAC foram submetidas a um processo de avaliação de seus potenciais impactos e, portanto, de sua relevância, não apenas para a descarbonização propriamente dita, mas principalmente na direção de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável com redução de desigualdades sociais e promoção de tecnologia e inovação.

2. Compromisso SP Carbono Zero

Em 2023, a SEMIL lançou o Compromisso SP Carbono Zero, sucessor do Acordo Ambiental São Paulo (2019) e do Protocolo Climático do Estado de São Paulo (2015), que propõe que os aderentes, de maneira voluntária, alinhem-se com as diretrizes da campanha *Race to Zero* da Organização das Nações Unidas – ONU.

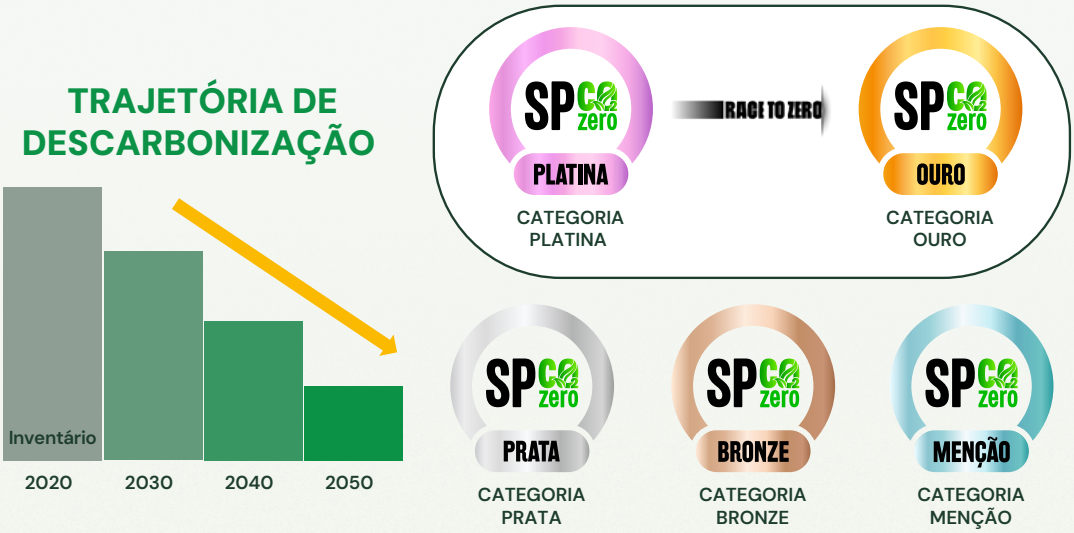
O compromisso estimula que organizações localizadas no Estado de São Paulo apresentem seu inventário de emissões diretas e estabeleçam uma trajetória de descarbonização, até 2050.

Ao aderirem de forma voluntária, elas precisam informar suas emissões e seus marcos temporais de redução de emissões para 2030, 2040 e 2050. Em contrapartida, recebem um reconhecimento do Governo, conforme o nível de compromisso informado. Em seu primeiro ciclo, o programa obteve 19 adesões.

Em agosto/2024, foi lançada a 2ª fase do Compromisso SP Carbono Zero, com aprimoramentos após a experiência do 1º ano/ciclo. Nesse sentido, as adesões passaram a ter validade de 02 anos, como também foram ajustadas as categorias, unificando todos os aderentes da *Race to Zero* no selo platina, independentemente de seu porte.

As entidades que se comprometerem a neutralizar suas emissões de gases de efeito estufa até 2050 sem terem ainda entrado na Race to Zero receberão o selo Ouro.

As que ainda não conseguem neutralizar suas emissões, mas podem enviar no formulário do compromisso suas trajetórias até 2050 com o inventário das emissões no ano base (2020 ou seguintes), serão reconhecidas pelo selo Prata. Já as que enviarem apenas o inventário das emissões, sem estimativas futuras, terão o selo Bronze. Aquelas que, embora não se enquadrem nas categorias anteriores, enviarem boas práticas de mitigação de emissões de gases de efeito estufa serão validadas com uma menção. A atualização das regras eliminou a linha de corte dos maiores emissores estabelecida pela CETESB, incorporando à categoria Platina todos os aderentes da Campanha *Race to Zero*.



O programa já conta hoje com a adesão de grandes empresas, como Hospital Sírio Libanês, Assaí Atacadista, Unicamp, Lenovo e Motorola. A partir de agosto, essas e outras organizações passaram para o segundo ciclo.

A partir do segundo ciclo, a validade da adesão será de dois anos a partir da data de ingresso (adesão). O interessado poderá, nesse período, atualizar informações, pleiteando uma mudança de categoria. Os antigos aderentes, do primeiro ciclo, têm sua participação prorrogada automaticamente até 31 de julho de 2025.

Até o presente momento, o Compromisso conta com 13 pré-aderentes e 25 aderentes.

3. Relatório Dinâmico de Emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE

Em dezembro de 2023, a CETESB lançou o Relatório Dinâmico de Emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE, contendo informações dos inventários apresentados no período de 2013 a 2020, visando proporcionar visibilidade e transparência para a sociedade paulista e para as empresas em relação aos dados dos setores com alto potencial de emissão de GEE, assim como para contribuir com o monitoramento das emissões e apoiar o desenvolvimento de políticas públicas de mitigação das mudanças climáticas, em sintonia com definições da UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas de reportar e revisar dados e informação de relevância para a questão climática.

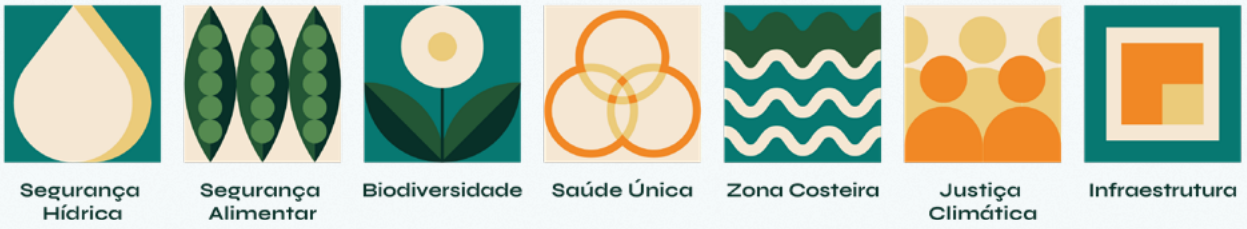
ADAPTAÇÃO

1. Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática

PLANO ESTADUAL DE
Adaptação e Resiliência Climática

No segundo semestre de 2023, foi retomada a elaboração do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática – PEARC, em parceria com a GIZ, com o objetivo de identificar as principais ameaças e impactos climáticos, destacando aqueles mais prementes, e propor medidas de adaptação e resiliência para todo o Estado, a partir de cinco eixos temáticos: Segurança Hídrica, Segurança Alimentar e Nutricional, Zona Costeira, Biodiversidade e Saúde Única.

Além dos eixos temáticos, o PEARC está sendo elaborado com o eixo estruturante de Infraestrutura, e o eixo transversal de Justiça Climática, que irão auxiliar na priorização de medidas de adaptação.



O PEARC tem horizonte de atuação de 10 anos e sua implementação está organizada em ciclos, que devem ser realizados de maneira incremental, ou seja, de forma a ampliar ou potencializar as perspectivas de atuação do estado, de acordo com a capacidade de ação e reconhecimento das demandas dos territórios e com base no monitoramento e na avaliação das ações realizadas e resultados alcançados.

Durante o ano de 2024, foram realizadas 20 reuniões com mais de 80 pessoas, entre técnicos estaduais e pesquisadores, organizados em grupos por eixo temático, como apoio técnico de consultores da GIZ. Destaca-se a participação das diversas áreas da SEMIL, como as Coordenadorias de Planejamento Ambiental, Educação Ambiental, Fiscalização e Biodiversidade, Fauna Silvestre, Defesa e Saúde Animal, Recursos Hídricos, o Instituto de Pesquisas Ambientais e a Unidade de Gestão de Projetos.

Além disso, participaram técnicos da Fundação Florestal, CETESB, SP-Águas, Sabesp e das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Agricultura e Abastecimento, Saúde e Desenvolvimento Social.

O Plano conta com uma estratégia de comunicação e participação social para orientar ações, intervenções e produção de materiais para incentivar a mobilização e a participação social de forma contínua no PEARC, tendo também como base as discussões do Seminário de Justiça Climática, realizado em abril de 2024, pela SEMIL.

A versão preliminar do PEARC foi finalizada em novembro de 2024, ficando disponível para consulta pública de 4 de novembro até dia 20 de dezembro, no *site* da SEMIL. Para apoiar essa etapa de consulta, a Coordenadoria de Planejamento Ambiental participou de 14 eventos/reuniões para apresentação e debate sobre o plano, além de ter organizado, com o apoio da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Fundação Florestal, Instituto de Pesquisas Ambientais, Instituto Alana e GIZ, 04 rodas de conversa com grupos e comunidades em territórios vulnerabilizados ou com maior exposição aos impactos das mudanças climáticas, com objetivo de levantar percepções, ações em desenvolvimento ou a serem desenvolvidas para adaptação e resiliência.

A consolidação das contribuições e elaboração da versão final do PEARC tem previsão para maio de 2025. O primeiro ciclo de implementação do PEARC será iniciado em 2025, com previsão de duração de 3 anos.

Em 2024, foi realizado o curso de Capacitação em Adaptação às Mudanças Climáticas, dirigido a representantes da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – CBH-AT, que abarcou mais de cem pessoas, sobretudo nos 39 municípios que compreendem a CBH-AT. O curso foi promovido pela CETESB, com apoio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO,

do CBH-AT e da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT), assim como com o apoio técnico da empresa PPA – Política e Planejamento Ambiental. A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, que praticamente se confunde com a Região Metropolitana de São Paulo, centraliza a sede dos mais importantes complexos industriais, comerciais e financeiros que controlam as atividades econômicas do país e apresenta alta vulnerabilidade e exposição frente aos impactos das mudanças climáticas.

2. Programa Municípios Paulistas Resilientes

O objetivo geral do Programa Municípios Paulistas Resilientes é fortalecer a avaliação e a consideração das alterações climáticas em instrumentos de gestão pública nas esferas estadual, regional e municipal, promovendo a implantação de políticas e estratégias de adaptação e resiliência da sociedade paulista, conforme os impactos associados ao clima atual e futuro. Para consecução desse objetivo, têm-se os seguintes objetivos específicos:

a) desenvolver e fortalecer a capacidade institucional da SEMIL, dos municípios, das regiões e do Estado, participantes da iniciativa ProAdapta (cooperação entre os governos brasileiro e alemão e implementado pelo Ministério do Meio Ambiente e a GIZ), na temática de gestão de risco climático, adaptação e aumento da resiliência aos impactos do clima atual e futuro;

b) apoiar o aprimoramento da estruturação de dados espaciais, o uso de mapas de riscos climáticos, inclusive levando em conta as projeções climáticas e de ferramentas voltadas à gestão territorial, relacionados à temática de gestão de risco climático, adaptação e aumento da resiliência aos impactos do clima em políticas, estratégias, iniciativas ou outras ações da SEMIL-SP, particularmente no Zoneamento Ecológico Econômico e dentro do âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica; e

c) fornecer subsídios para melhorar a governança sobre adaptação climática nas diferentes esferas de governo do Estado de São Paulo (estado, municípios, regiões), por meio da melhoria do compartilhamento de dados, do fluxo de informações e da comunicação para apoiar políticas públicas, governança e instrumentos de adaptação às mudanças climáticas, tomada de decisão sobre resiliência, planejamento de incertezas, e gerenciamento integrado do risco de desastres climáticos.

Em 2023-2024 as principais ações dentro do Programa foram:

a) elaboração da nota técnica “Índice de capacidade de adaptação e resiliência e seleção de municípios para o projeto”;

b) elaboração e publicação do Guia de Adaptação e Resiliência Climática para Municípios e Regiões, com um volume com o passo a passo da elaboração dos planos; um volume com matrizes de resumo e documentação dos principais passos; e um formulário padrão com os capítulos sugeridos para os planos;

c) realização de capacitação, em formato remoto, na temática do planejamento para a adaptação e resiliência à mudança do clima, abrangendo 13 municípios das principais representativos das diferentes regiões e capacidades de resiliência aos impac-

tos das mudanças climáticas do Estado de São Paulo (Americana, Apiaí, Embu das Artes, Francisco Morato, Gabriel Monteiro, Guaratinguetá, Guarulhos, Ilha Comprida, Jales, Registro, Rosana, São José do Rio Preto e Ubatuba) e de uma unidade regional, a Região Metropolitana da Baixada Santista. Como resultado da capacitação, foram elaborados 10 planos municipais de adaptação e resiliência e um plano regional;

d) disponibilização de ampla gama de dados georreferenciados e ferramentas de visualização e avaliação (AVA) como suporte técnico da estratégia de capacitação dos municípios e região piloto;

e) realização de Webinários de intercâmbio e de capacitação para suporte aos processos de elaboração dos planos municipais e do plano regional de adaptação;

f) realização de três eventos parciais e um final para troca de experiências, entre os municípios e regiões participantes, para divulgação dos resultados e avaliação das possibilidades de continuidade e ampliação da proposta para outros municípios ou regiões do estado, bem como para outros estados da federação;

g) mobilização e engajamento de atores chave municipais e regionais para garantir um nível satisfatório de participação nos processos de capacitação e elaboração dos planos municipais e regional piloto. A experiência obtida foi consolidada na publicação "Cartilha de engajamento e mobilização no âmbito do Projeto Municípios Paulistas Resilientes - PMPR";

h) comunicação com os municípios e a região piloto e comunicação dos resultados do PMPR a um público amplo;

i) elaboração da publicação "Avaliação de dados e modelagem climática para a região metropolitana da Baixada Santista - Relatório Final das Análises Climáticas para a Baixada Santista considerando dados observados e modelagem do clima futuro"; e

j) desenvolvimento de roteiro detalhado para um curso de Educação a Distância - EaD de capacitação de municípios e regiões paulistas para a elaboração de planos de adaptação e resiliência climática. Visando a expansão do programa, de forma a atender a todos os demais municípios do Estado, foi iniciada a estruturação de um curso EAD para elaboração de Planos de Adaptação e Resiliência Climática dos 645 Municípios Paulistas e publicada a revisão do "Guia para elaboração de Planos de Adaptação e Resiliência Climática", que pode ser acessada em https://semil.sp.gov.br/sma/municipiosresilientes/.

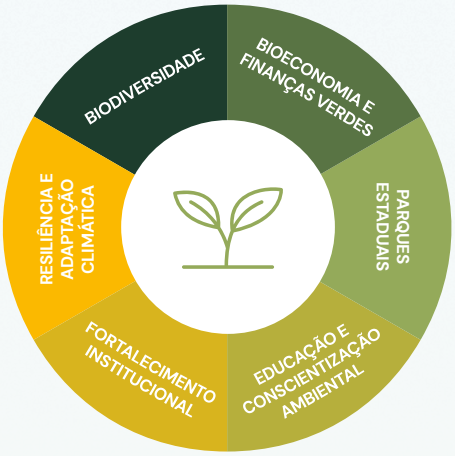
OEMIL 1	Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.
OEMIL 3	Proteger a biodiversidade, promovendo a sua conservação, restauração e uso sustentável.
OEMIL 7	Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.
OEMIL 10	Promover a transição energética e a mineração sustentável no Estado.
OEMIL 11	Atualizar o planejamento estratégico de logística e transportes, identificando as necessidades de investimentos e buscando o crescimento da intermodalidade.

Áreas atuantes: Assessoria de Mudanças Climáticas e Relações Internacionais, Subsecretaria de Meio Ambiente, Subsecretaria de Energia e Mineração, Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Subsecretaria de Logística e Transportes, Fundação Florestal, SP-Águas, CETESB.

PLANO ESTADUAL DO
MEIO
AMBIENTE

O Plano Estadual do Meio Ambiente foi lançado em junho de 2023 e é organizado em 6 (seis) eixos: (i) biodiversidade; (ii) bioeconomia e finanças verdes; (iii) parques estaduais; (iv) educação e conscientização ambiental; (v) fortalecimento institucional; e (vi) resiliência e adaptação climática.

Adiante, são apresentadas as principais atividades desenvolvidas em 2024 no âmbito dos eixos supracitados.



BIODIVERSIDADE

1. Conservação, Restauração e Uso Sustentável de Paisagens e Ecossistemas

Área de restauração ecológica

O monitoramento e acompanhamento dos projetos de restauração ecológica é feito por meio do Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE. Em 2024, houve um incremento de 3.869 ha de áreas em restauração, sendo que 2.956 ha (76%)

são projetos inseridos em área do bioma Mata Atlântica e 913 ha (24%) no bioma Cerrado. O acumulado do SARE até dezembro de 2024 é de cerca de 36 mil hectares em processo de restauração. Considerando também as áreas em restauração relativas à reparação de danos e iniciativas da sociedade civil, que não são cadastradas no SARE, chega-se a 10,6 mil ha. Os dados de restauração são dinâmicos e podem ser acessados no Painel Verde.

A SEMIL disponibilizou, por meio do Painel Verde, informações sobre a cobertura vegetal nativa no território paulista, bem como dados atualizados periodicamente sobre intervenções, autorizações de supressão de vegetação, além de áreas em restauração ecológica e reparação de danos ambientais.

O Painel Verde é uma plataforma digital, que visa dar transparência das ações à sociedade, e cujo acesso público pode ser realizado pelo *site* da Secretaria. Em 2024, foram registrados 10.864 acessos à plataforma.

Para o fomento à restauração, a Secretaria atua com os programas delineados adiante.

1.1. Conexão Mata Atlântica

Executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelos Estados de São Paulo (SEMIL e FF), Rio de Janeiro e Minas Gerais, com doação do *Global Environmental Facility* - GEF, por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, esse programa tem o objetivo de contribuir para a recuperação e preservação dos serviços ecossistêmicos associados à conservação da água e biodiversidade e à captura de carbono no Corredor Sudeste da Mata Atlântica.

No Estado de São Paulo, a área de atuação do Projeto contemplou 16 municípios do Vale do Paraíba (Aparecida, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Cunha,

Guaratinguetá, Lagoinha, Lorena, Natividade da Serra, Paraibuna, Redenção da Serra, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, Silveiras e Taubaté), três no Vale do Ribeira (Itariri, Miracatu, Pedro de Toledo) e um na Baixada Santista (Peruíbe). A execução do projeto foi concluída em janeiro de 2024.

Foram investidos R$ 34,8 milhões em 1.760 contratos firmados, beneficiando diretamente provedores ambientais que aderiram ao projeto. Desse montante, R$ 18,6 milhões foram aplicados no Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, resultando em 10.629 ha de áreas com vegetação florestal protegida e/ou em recuperação e 13.217 ha onde foi incentivada a conservação da vegetação nativa, a restauração da vegetação, bem como intervenções para adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis, como pastoreio rotacionado, implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) e adoção de práticas conservacionistas como saneamento rural, correção de erosões, meliponicultora e coexistência-humano-fauna.

R$ 34,8 MILHÕES
APLICADOS EM 1.760 CONTRATOS

Além disso, foram implantadas outras práticas sustentáveis como Cercamento, Saneamento Rural e Aquisição de Mudas, no total de R$ 15 milhões em 700 contratos firmados junto à Fundação Florestal e R$ 1 milhão em 99 contratos firmados junto à SEMIL. Os impactos do projeto estão sendo avaliados por 16 pesquisas, que se estenderão até 2027, sob acompanhamento de servidores da SEMIL que integram o Comitê de Pesquisa.

A experiência do Projeto Conexão Mata Atlântica no Estado de São Paulo está registrada em publicação – https://conexaomataatlantica.mctic.gov.br/cma/portal/ – que apresenta e analisa o projeto, os resultados alcançados, as lições aprendidas e os legados.

Destaca-se a formalização do Comitê de Pesquisa que acompanha o desenvolvimento de 16 pesquisas feitas no âmbito do projeto, que deverão se estender até 2027, avaliando os impactos do Projeto na região.

1.2. Programa Refloresta-SP

Uma das principais ações do Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo, o Programa Refloresta-SP (Decreto nº 66.550/2022), tem como objetivo proporcionar mudanças no uso do solo, de forma a contribuir com maior geração de valor para o produtor rural e aumento da provisão de serviços ecossistêmicos. O Programa tem uma meta ambiciosa, de 700 mil ha até 2050 (de forma a contribuir com o atingimento

do *Net Zero*) e de 37,5 mil ha até 2026 (conforme o Plano Estadual de Meio Ambiente lançado em 05/06/23).

O atingimento dessas metas será resultado do esforço e do envolvimento de toda a Subsecretaria de Meio Ambiente e Fundação Florestal que, organizadas no GT-Refloresta-SP, participaram ativamente no ano de 2023 do Planejamento Estratégico do Programa. A partir desse processo, foram definidos conjuntamente 32 projetos que passaram a integrar o portfólio do Programa.

PROGRAMA refloresta SP

Um dos projetos que integra o Portfolio é a implementação da Plataforma Refloresta-SP, lançada em 2023. Por meio da Plataforma, o usuário pode obter recomendações para o plantio de florestas multifuncionais adequadas à sua região, voltadas à geração de renda a partir de produtos madeireiros e/ou não madeireiros. Para o melhor planejamento do usuário, a Plataforma disponibiliza uma planilha detalhada com as operações silviculturais necessárias e fluxo de caixa. A fim de manter a Plataforma atualizada, foi criado um Comitê Técnico-Científico, composto por pesquisadores e gestores públicos, responsável pela definição das alterações que se fizerem necessárias em decorrência da disponibilidade de novos dados científicos e de informações atualizadas. A Plataforma está disponível para acesso gratuito em https://refloresta.ambiente.sp.gov.br/login. A fim de testar as recomendações da Plataforma e gerar dados para o seu aprimoramento, está em andamento a implantação de duas Unidades Demonstrativas de florestas multifuncionais em áreas de universidades públicas (UNESP e ESALQ), em metodologia voltada à pesquisa e capacitação. Os projetos totalizam 11 ha e receberão um aporte total de aproximadamente R$ 1,7 milhão no prazo de 40 meses de implantação, oriundos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP).

META DE
700 MIL HA
ATÉ 2050

Desde 2022, estão em execução, por meio de recursos do FECOP, 8 projetos municipais que contemplam, entre outros, a implantação de SAFs e de pomares de sementes e o pagamento por serviços ambientais (PSA) por restauração ecológica. Os municípios beneficiados são: Tarumã, Socorro, Salesópolis, Queluz, Mendonça, Jacareí, Cruzeiro e Bragança Paulista. Também foi contemplado o projeto do Parque Estadual do Rio do Peixe, com 149,2 ha de restauração ecológica. Os planos de trabalho aprovados totalizam o investimento de aproximadamente R$ 11 milhões.

Ainda com recursos do FECOP, em continuidade ao legado do Projeto Conexão Mata Atlântica, foi aberto no ano de 2023 um novo chamamento público destinado ao Vale

do Paraíba. O Projeto PSA Refloresta-SP abrange os municípios de Caçapava, Igaratá, Jambeiro, Lagoinha, Natividade da Serra, Paraibuna, Redenção da Serra, Santa Branca e São Luiza do Paraitinga. Em 2024, foram aprovados 63 provedores que terão reconhecidos os serviços ambientais prestados pela intervenção prevista em 1.647 mil ha. Desse total, cerca de metade da área possui vegetação nativa e terá como foco o reconhecimento da conservação da vegetação mantida pelo proprietário rural, que deverá, sempre que necessário, implantar medidas para a sua manutenção, como cercamento e abertura de aceiros. Em outra metade, será realizada conversão de pastagem degradada em outros usos, baseados em boas práticas agrícolas, como pastagem rotacionada, sistemas agroflorestais e silvipastoris, florestas multifuncionais e restauração ecológica, que contribuem, por exemplo, com o incremento de biodiversidade, remoção de carbono e aumento da infiltração de água no solo. Os recursos comprometidos com essas ações totalizam, aproximadamente, R$ 3,3 milhões.

Da mesma forma, menciona-se o Projeto Piloto para Conservação de Mananciais com Soluções Baseadas na Natureza – SbN, que é uma iniciativa da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP em parceria com a SEMIL, Sabesp e as Organizações da Sociedade Civil *The Nature Conservancy* – TNC e Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS, com o objetivo de gerar subsídios para o desenvolvimento de ações estrategicamente definidas e perenes para a preservação e recuperação das áreas de mananciais do Estado de São Paulo. O projeto totaliza R$ 5 milhões e está sendo implementado por meio de convênios com as prefeituras de Piracaia e Joanópolis e de Termo de Colaboração com o Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, com ações voltadas à restauração ecológica da vegetação nativa, conservação de solos, proteção de áreas de vegetação nativa contra fatores de degradação, saneamento rural, fomento a práticas produtivas de pastejo ecológico, implantação de sistemas agroflorestais e florestas multifuncionais e pagamento por serviços ambientais.

Destacam-se, ainda, atividades voltadas à elaboração do Plano de Comunicação do Programa Refloresta-SP, que passou pela análise de entrevistas e orientações de base geradas em 2023 para embasar a elaboração das ações de comunicação. Foram realizadas reuniões com os sete grupos de atores do Programa, tanto para avaliação das ações a serem inseridas no Plano quanto para alinhamento da comunicação e conceito do Programa. Com base na coleta de percepções do Programa, foi realizada uma oficina de alinhamento do conceito do Programa com a Unidade de Gestão de Projetos – UGP e a primeira oficina de replanejamento do programa com o GT Refloresta-SP. No desenvolvimento do Plano, foi elaborada uma matriz com 35 ações de comunicação com a aplicação de critérios de priorização. O documento final do Plano de Comunicação encontra-se em elaboração.

Com o objetivo de entender melhor o setor de produção de mudas de espécies nativas no Estado de São Paulo, identificar dificuldades e lacunas na cadeia produtiva, orientar políticas públicas e apoiar ações no âmbito do Refloresta-SP, foi estabelecida uma metodologia elaborada por um grupo de pesquisadores científicos e de funcionários de apoio

do Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA, que visa, em curto e médio prazo, elaborar um diagnóstico completo da produção de mudas no Estado.

A metodologia inclui a aplicação de um questionário para coleta de informações junto a viveiros regionais, oferecendo suporte técnico-científico para projetos de Restauração Ecológica e orientando os viveiristas. O diagnóstico tem como metas: promover o intercâmbio entre o setor produtivo e o consumidor através da disponibilização de um "Mapa de Viveiros" na internet; identificar dificuldades enfrentadas pelo setor; apontar lacunas de conhecimento; orientar políticas e fortalecer as ações do Programa Refloresta. Para atingir esta meta, foram realizadas visitas aos viveiros de mudas do Estado de São Paulo, ancoradas pelo desenvolvimento de Workshops regionais. A realização desses Workshops, já em sua 3ª edição, tem sido extremamente valiosa para o Programa. Até o momento, foram atualizadas as informações de 140 viveiros cadastrados na base de dados do projeto, sendo 58 em 2024 e 37 novos cadastros, de um número estimado de 240 viveiros existentes.

A possibilidade de reunir viveiristas e demais atores envolvidos na produção de mudas, além de orientações sobre restauração utilizando as ferramentas propostas pelo IPA, tem tido grande repercussão tanto em eventos quanto no meio acadêmico, no setor privado (especialmente viveiristas) e em empresas de reflorestamento. Os resultados já obtidos, incorporados ao mapa de viveiros do Estado, demonstram o sucesso das estratégias adotadas para o Programa Refloresta. O mapa atualizado dos viveiros está disponível no *site* do IPA (ver em: Google Maps), com as atualizações dos viveiros destacadas em cores diferentes e que permitem as atualizações quinzenalmente.

Ainda no âmbito do Refloresta-SP, a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB coordena a "Ação de Fomento de Projetos Municipais para Proteção e Conservação da Vegetação Nativa – 2023", que conta com R$ 2.878.981,03 de recursos do FECOP. Em 2024, foram assinados contratos com os municípios de Ribeirão Grande, Bom Sucesso de Itararé, Sete Barras, Itaóca, Iguape e São Bento do Sapucaí, que levarão à implantação de 382 unidades de saneamento individuais ao longo de 36 meses. Até dezembro, foram repassados R$ 83.483,50, realizadas 3 capacitações com as prefeituras e reuniões específicas como meio de facilitação para execução dos projetos. A CFB tem desenvolvido documentos e protocolos que facilitam a gestão e a execução dos projetos municipais, dentre outros documentos. Nesse contexto, pode-se mencionar a elaboração do Tutorial CFB para consulta de regularidades ambientais dos provedores de PSA e o Modelo (para municípios) de Chamamento Público para seleção de provedores de PSA.

382 UNIDADES DE SANEAMENTO INDIVIDUAIS

A CFB vem também executando o Projeto Refloresta E5.P3 - Fortalecimento de executores de projetos de restauração, voltado ao enfrentamento do gargalo de necessidade de aumento do número e melhoria de projetos de restauração, proteção, recuperação e conservação da vegetação nativa em condições de captação de recursos para execução, com destaque para FEHIDRO e FECOP, a fim de contribuir com o alcance das metas do PAC e do Programa Refloresta SP. Nesse projeto, foi contratado, em outubro/24, serviço estruturante que prevê a realização de 45 workshops e produção de 10 guias para apoio ao planejamento, elaboração, execução e encerramento de projetos de restauração.

No total, a atuação do Refloresta-SP incidiu sobre 1.734,64 ha. Até 2024, foram investidos R$ 11,6 milhões e a previsão para 2025 é de R$ 12,8 milhões.

1.3. Programa Nascentes

O Programa Nascentes foi reorganizado pelo Decreto Estadual N° 66.550/2022, passando a ser executado no âmbito do Programa Refloresta-SP. Desde que foi originalmente instituído, em 2015, o Nascentes vem trabalhando para proteger e conservar os recursos hídricos e a biodiversidade, por meio da restauração ecológica em áreas prioritárias.

PROGRAMA NASCENTES
MATA PROTEGIDA, ÁGUA NA FONTE

Por meio de seus bancos de área, o Nascentes disponibiliza áreas para restauração em Unidades de Conservação e em assentamentos rurais estaduais da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. São 1.968 ha disponíveis, em 35 Unidades de Conservação (banco de áreas de UCs), além de mais de 13 mil ha em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal de 70 assentamentos rurais (banco de áreas do ITESP). Há, ainda, destaque para o banco de áreas da bacia hidrográfica do PCJ, gerido pela Agência das Bacias PCJ, ampliando a oferta de áreas nesse local (banco Agência PCJ).

A Prateleira de Projetos disponibiliza projetos de restauração prontos para contratação, com anuência do proprietário e já aprovados pelo Programa. O Ativo Verde é uma modalidade da Prateleira de Projetos em que a implantação é iniciada assim que o projeto for aprovado, podendo ser comercializado com a restauração em andamento ou já concluída. São 151 Projetos aprovados pelo Programa. Especificamente no ano de 2024, foram

aprovados 30 projetos, sendo que 25 estão em áreas de Alta e Muito Alta Prioridade (conforme a Resolução SEMIL nº 02/2024) e 16 deles são do tipo Ativo Verde. Atualmente, a Prateleira disponibiliza 85 projetos para contratação com o total de 1.781 ha. Quanto às contratações em projetos de prateleira, mais de 90% relacionam-se com o cumprimento de obrigações do licenciamento ambiental (cumprimento de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA).

151 PROJETOS APROVADOS

Nesse contexto, a CETESB tem atuado na fiscalização do cumprimento dos TCRAs decorrentes das obrigações do licenciamento, que está atrelado ao projeto "De olho na recuperação" da CETESB.

1.4. Biota-Síntese – Núcleo de Análise e Síntese de Soluções Baseadas na Natureza (SbN)

O Biota Síntese é um projeto de coprodução de ciência e política pública, com o objetivo de fomentar pesquisas voltadas para a síntese de conhecimentos relacionados a SbN, bem como apoiar o Estado de São Paulo no desenvolvimento de políticas socioambientais. O Biota Síntese é coordenado conjuntamente pela USP e pela SEMIL, contando com a colaboração de mais de 100 pessoas de mais de 30 instituições. Foi formalmente constituído como um projeto temático financiado pela FAPESP, por meio de um convênio entre USP, SEMIL, SOS Mata Atlântica, FAPESP e FUSP, com vigência para o período de 2022 a 2027.

As soluções baseadas na natureza propostas no âmbito do Biota Síntese visam ao estabelecimento de paisagens sustentáveis, tanto no meio rural quanto no meio urbano, que possam contribuir para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. Nesse sentido, está organizado em cinco desafios: (i) serviços e produtividade agrícola; (ii) restauração e economia de base florestal; (iii) regulação de doenças zoonóticas; (iv) prevenção de doenças em áreas urbanas; e (v) coprodução de Políticas Públicas.

O primeiro produto da denominada "Série Biota Síntese" foi publicado em 2022, denominado "Contribuições ao Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo". Em 2023, foram publicadas as edições "Restauração de Ecossistemas: Financiamento por meio de *blended finance* e fundos de biodiversidade" e "Análise de mapeamento de biomassa e carbono no Estado de São Paulo". Em dezembro de 2024, o projeto lançou, em coprodução entre pesquisadores da USP, EMBRAPA, UFSCAR, e profissionais da SEMIL, em evento no CONSEMA:

a) Pagamentos por Serviços Ambientais: Teoria e Prática - A experiência do estado de São Paulo; e

b) Potencial do Serviço Ecossistêmico de Polinização no Estado de São Paulo.

As publicações do Biota Síntese estão disponíveis para *download* gratuito em https://biotasintese.iea.usp.br/pt/products/.

Com a participação e acompanhamento dos membros do comitê para o Biota Síntese na SEMIL, integrado por representantes da UGP, IPA, CFB, CPLA, CFS, FF e Cetesb, destacam-se em 2024:

a) síntese dos ambientes urbano e periurbano: na sequência dos trabalhos de coprodução, foram produzidos mapeamentos de presença de regeneração da vegetação nativa e potencial de restauração nos territórios periurbanos, próximos às cidades, com grande potencial (mais de 400.000 ha, no mapeamento preliminar). Um artigo científico está em fase final de produção para apresentar o resultado final. Além disso, a síntese também avançou na investigação dos impactos no conforto térmico da população nas cidades em vista do aquecimento global, o que foi utilizado para subsidiar o Plano de Adaptação e Resiliência Climática do Estado de São Paulo, disponibilizado para consulta pública em Novembro/2024;

b) síntese dos mecanismos de financiamento e Pagamentos por Serviços Ambientais: após os encontros de registro de aprendizados dos diversos projetos implementados pela SEMIL nos últimos 20 anos, em 2024 o grupo realizou contribuições diretas ao delineamento e governança do FINACLIMA-SP, lançado pelo decreto 68.577/2024. Além disso, o grupo produziu a nota Técnico-Científica n° 4 da Série Biota Síntese, mencionada acima;

c) síntese do Carbono: no âmbito dessa síntese, após o mapeamento do potencial de estocagem de carbono por meio da restauração em SP, o grupo incluindo UGP, CPLA, Assessoria SMA, FF, IPA e Cetesb, em conjunto com os pesquisadores do núcleo de restauração do Biota Síntese, iniciou as discussões em formato de coprodução, abordando assuntos como mercados regulado e voluntário, carbono jurisdicional e ferramentas aceleradoras, com vistas a subsidiar uma proposta que abarque as particularidades e potenciais do Estado de São Paulo para o mercado de carbono;

d) síntese das zoonoses: em estreita interface com o tema da Saúde Única, essa síntese realizou contribuições importantes para o PEARC, apresentadas em reunião entre Biota Síntese e SEMIL no dia 26/9/2024, incluindo as pesquisas e ações necessárias para atuar na cadeia de contágio (reservatórios naturais, exposição e na contaminação dos seres humanos);

e) síntese da polinização: tal síntese busca entender a contribuição dos fragmentos de vegetação nativa para a provisão de um serviço ecossistêmico essencial para grande parte da produção agrícola – a polinização. O grupo de síntese realizou sua primeira imersão de um dia completo de produção em 25/6/2024 no IB-USP, seguida por uma segunda imersão em 19/8/2024 específica para elaborar contribuições ao PEARC. Tais contribuições foram apresentadas à equipe PEARC por texto e, posteriormente, em apresentação na SEMIL em 26/9/2024. O produto abarca tanto os eixos de biodiversidade e segurança alimentar e nutricional quanto o eixo transversal da Justiça Climática. Os principais achados podem ser encontrados na Nota Técnico-Científica n.5 da Série Biota Síntese;

f) síntese da economia de base florestal: o principal objetivo deste trabalho é subsidiar as modelagens ecológicas e econômicas que alimentam o banco de dados da Plataforma Refloresta-SP. Os trabalhos em 2024 envolveram a apresentação de uma proposta ao CNPq para viabilizar uma atualização do banco de dados, de modo a facilitar a adoção por interessados em implantar Florestas Multifuncionais no Estado de São Paulo; e

g) cooperação internacional: os resultados do Biota Síntese foram apresentados em três eventos internacionais em 2024, na França, Suécia e Colômbia, ajudando a consolidá-lo como um caso de sucesso de coprodução na interface da ciência com a política pública, algo cada vez mais valorizado e incentivado nos diversos organismos multilaterais parceiros, como CGIAR, União Europeia e Convenção das Nações Unidas para a Biodiversidade.

1.5. Agrobiodiversidade e exploração sustentável de vegetação nativa

Das ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade, destaca-se o fomento na exploração sustentável de espécies nativas e na implantação de Sistemas Agroflorestais, alinhadas com as ações propostas no Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica – PLEAPO 2024-2027.

No Estado de São Paulo, as atividades de exploração sustentável de espécies nativas são regulamentadas pela Resolução SMA nº 189/2018. Um dos objetivos da implementação dos instrumentos da Resolução é o fomento ao uso sustentável de espécies da flora, de forma a incluir a vegetação nativa como área produtiva de um imóvel rural, diminuindo assim o interesse de substituição do solo para outros usos.

No ano de 2024, foram comunicadas 68 roças tradicionais de coivara por comunidades tradicionais, totalizando cerca de 56,8 ha (Resolução SIMA nº 98/2022). Já em relação à coleta de pinhão, no mesmo período, foram feitas 6 comunicações, indicando um volume estimado de 14.900 kg (Resolução SIMA nº 121/2022).

No fomento a cadeias da sociobiodiversidade e em parceria com instituições de pesquisa, a CFB vem participando de ações de planejamento e mobilização de agricultores voltados à execução do Projeto FAPESP “Design para a Biodiversidade”, voltado à agregação de valor à produção da agricultura familiar em agroflorestas, com desenvolvimento de protocolo de identificação de benefícios socioambientais e comunicação ao mercado consumidor por meio de soluções de *design*.

O Projeto “Monitoramento de Impactos de SAFs no Estado de São Paulo sobre a proteção e conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade” (recursos FEHIDRO) tem dois eixos principais relacionados ao monitoramento e capacitação, buscando enfrentar gargalos na manutenção dos SAFs implantados e a geração dos benefícios ambientais esperados. Em 2024, foi contratada empresa para produção de novos kits de apoio ao planejamento de sistemas agroflorestais, que serão distribuídos a instituições interessadas na implantação dessa forma de uso do solo (associações e cooperativas de produtores rurais, entidades de ensino e pesquisa e organizações não

governamentais ambientalistas) e aquelas que realizam assistência técnica a produtores rurais, alcançando um potencial de multiplicação e facilitando a superação da dificuldade dos agricultores de compreenderem as peculiaridades de evolução em campo dos sistemas e superarem as dificuldades de planejamento dos SAFs.

Além disso, foi realizada a 16ª edição do Encontro Paulista de Biodiversidade, com a temática "*Os campos naturais da gestão ambiental paulista*". O evento foi presencial e transmitido pelo canal de vídeos da SEMIL no YouTube (https://www.youtube.com/@semilsp), contando com 355 inscritos entre participantes presenciais e espectadores simultâneos durante a transmissão ao vivo.

1.6. Outras iniciativas

A CFB vem realizando articulações no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, voltadas a difundir temas de restauração ecológica, sistemas agroflorestais e pagamento por serviços ambientais, tendo realizado em 2024 pesquisa sobre o assunto junto aos 21 comitês de bacia, com previsão de realização do I Encontro Estadual de Câmaras Técnicas com atuação em Proteção das Águas - "Proteção das Águas e o Pagamento por Serviços Ambientais", voltado a representantes do Estado e de municípios, buscando a troca de experiências sobre políticas públicas com uso de Pagamento por Serviços Ambientais, com ênfase na proteção das águas.

2. Programa Estadual de Fauna Silvestre

Mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*)

Em relação às atividades voltadas à conservação *in situ*, *ex situ* e integrada, destaca-se a participação da Coordenadoria de Fauna Silvestre da SEMIL em oficinas e reuniões técnicas referente aos seguintes Planos de Ação Nacional (PAN): PAN das aves marinhas; PAN das aves da Mata Atlântica; Pan tubarões; PAN anfíbios; PAN canídeos; e PAN primatas da Mata Atlântica. Além disso, representantes da CFS colaboraram com a elaboração e execução de atividades técnicas dos Programas de Manejo Populacional do ICMBio para as seguintes espécies: *Alouatta guariba* (bugio-ruivo), *Leontopithecus chrysopygus* (mico-leão-preto), *Aburria jacutinga* (jacutinga) e *Crax blumenbachii* (mutum-do-sudeste).

Salienta-se, também, as atividades relativas à elaboração de regramento para implementação de Plano de Mitigação de Atropelamento de Fauna em Rodovias Estaduais em São Paulo, no âmbito da Câmara Ambiental da Indústria da Construção da CETESB. As Câmaras Ambientais são fóruns colegiados constituídos no âmbito da CETESB, de caráter consultivo, e que têm como meta promover a melhoria da qualidade ambiental, por meio da interação entre o poder público e os setores produtivos e de infraestrutura do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, em 24 de maio de 2024, a CETESB publicou a Decisão de Diretoria nº 039/2024/I, que dispõe sobre o Plano de Mitigação de Atropelamento de Fauna – PMAF para as Rodovias Estaduais do Estado de São Paulo e suas diretrizes para elaboração e implementação, destinadas a minimizar a ocorrência de atropelamentos e aumentar a conservação ambiental e a segurança viária nas rodovias do Estado.

Da mesma forma, destaca-se, no que diz respeito ao desenvolvimento de ações para a proteção da fauna silvestre, a implantação de 04 ondulações transversais para controle de velocidade na SP-613 – Parque Estadual Morro do Diabo, além da elaboração de projetos, numa parceria do DER com a Fundação Florestal, para as passagens de fauna. As obras de cercamento da rodovia, com a instalação de *step-outs* – estruturas que permitem o reingresso dos animais da rodovia para a floresta –, está em curso, com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2025. Essas estruturas mitigarão, de forma significativa, o risco de atropelamento da fauna silvestre, garantindo proteção aos usuários da rodovia e à biodiversidade abrigada pela unidade de conservação.

Passagem de fauna

No que se refere às atividades de conservação *ex situ* em 2024, foram analisados 2.051 requerimentos cadastrados no GEFAU e emitidas: 118 autorizações de instalação; 363 autorizações de uso e manejo; 246 autorizações prévias; 145 autorizações especiais; 392 autorizações relativas à soltura de fauna silvestre; e 338 autorizações relativas ao transporte e transferência de fauna.

Dentre as autorizações automáticas, foram emitidas: 3.827 autorizações de transporte para venda ao consumidor final em criadouros e estabelecimentos comerciais de fauna silvestre e 2.051 autorizações de transporte dentro do Estado de São Paulo. Especificamente quanto à categoria de empreendimento de fauna "Meliponário", houve um total de 326 cadastrados e autorizados no GEFAU, após publicação da Resolução SEMIL nº 72/2024, que prorrogou o prazo de cadastramento de criadores com plantel pré-existente de abelhas-nativas-sem-ferrão - ASNF. A respeito da gestão da criação amadorista de passeriformes, observa-se um total de 118.954 cadastros de criadores de passeriformes no Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (SisPass) no Estado de São Paulo. Em 2024, foram solicitados 2.386 pedidos de homologação e, destes, 1.357 cadastros foram homologados.

Considerando o manejo *in situ*, importante informar que foi colocado em prática o repasse para a CETESB das análises de autorização para manejo de fauna silvestre no âmbito do licenciamento ambiental estadual (Decreto nº 69.120/2024). Assim, permaneceram sob análise do Departamento de Fauna requerimentos de autorização no âmbito do licenciamento ambiental estadual em que a análise já havia sido iniciada pelo departamento (findadas em janeiro de 2024), além dos requerimentos de autorização no âmbito do licenciamento ambiental municipal, bem como as demais atividades de manejo de fauna silvestre.

Em 2024, foram emitidas 310 autorizações, contemplando 09 autorizações referente ao licenciamento ambiental estadual, cuja análise foi iniciada pelo DeFau antes do repasse para à CETESB, além de 17 autorizações para manejo de fauna em vida livre (monitoramentos e resgates), 20 autorizações específicas para manejo de capivaras e 264 de ninho isca para meliponário.

As atividades vinculadas à conservação *ex situ* da fauna silvestre ameaçada de extinção e rede de destinação contemplam iniciativas de conservação referentes à instalação e manutenção de Cetras no Estado de São Paulo, bem como sobre a conservação *ex situ* de espécies de fauna ameaçada de extinção, com destaque para atividades que incluem a reabilitação de fauna impactada, pesquisa e conservação *ex situ*, pesquisa laboratorial, diagnóstico clínico, prestação de serviços, curadoria e manejo de animais sob cuidados humanos, manejo de fauna *in situ* e *ex situ*.

Ressalte-se, também, as atividades de translocação de animais para conservação sob cuidados humanos, em parceria com demais instituições, que juntas agregam aos Planos Nacionais e/ou internacionais de conservação. Cita-se, por exemplo, o envio de aves, primatas e anfíbios ameaçados de extinção, nascidos no Núcleo de Pesquisa e Conservação de Fauna Silvestre – CECFau, para outras instituições.

Dentre as atividades técnicas especializadas de fauna silvestre, foram realizadas 476 análises laboratoriais especializadas nas áreas de Hematologia, Parasitologia, Microbiologia, Urinálise e Biologia Molecular voltadas ao diagnóstico de animais silvestres e 384 análises laboratoriais relacionadas a atividades de pesquisa. O Centro mantêm mais de 21.000 amostras armazenadas de coleções biológicas. A Coleção Microbiológica e Genética de Biomas Brasileiros conta com mais de 10.270 microrganismos preservados, cerca de 10.260 amostras de sangue e soro,

680 parasitas e 450 amostras de DNA, enquanto o Banco Paulista de Germoplasma de Animais Silvestres mantém 120 amostras entre sêmen e tecidos reprodutivos.

O Núcleo de Produção de Composto Orgânico recebeu e processou cerca de 186.000 kg de resíduos orgânicos, entre restos de alimentos dos refeitórios, restos de alimentos dos animais, fezes provenientes da limpeza dos recintos, carcaças de animais, aparas de podas e supressões. Esse processamento resultou em uma produção de cerca de 240 m^3 de composto orgânico.

Em 2024, obteve-se êxito na reprodução de três espécies mantidas no Núcleo: arara-azul-de-lear, sagui-da-serra-escuro e mico-leão-preto, totalizando o nascimento de cinco filhotes. O CECFau também recebeu três araras-azuis-de-lear (vítimas de tráfico, resgate e apreensão), dois filhotes de mico-leão-preto (resgatados no interior de São Paulo), destinou onze animais para outras instituições (dez pererecas-pintadas e uma arara-azul-de-lear) e uma arara-azul-de-lear para soltura no Boqueirão da Onça, Bahia, seguindo as diretrizes dos planos de manejo *ex situ* das espécies.

Arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*)

Cabe destacar o trabalho do Cetras-SP, que desempenhou as atividades de recepção de 8.567 animais silvestres em 2024, com o tratamento e destinação de 241 espécies diferentes. Foram entregues 4.145 filhotes, animais juvenis ou ovos que estavam em situação de comércio ilegal, risco de vida, machucados ou órfãos, e tiveram a criação finalizada em autono-

8.567 ANIMAIS SILVESTRES RECEBIDOS PELO CETRAS-SP

mia física e comportamental. Foram recebidos animais de 106 municípios do Estado de São Paulo, dando apoio a Prefeituras, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, IBAMA e munícipes na recepção de fauna silvestre. Cerca de 111 espécies de animais manejados no Centro em 2024 apresentaram algum grau de ameaça nas listas de fauna ameaçados de extinção regionais e/ou nacional, Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES e União Internacional para Conservação da Natureza – IUCN. Assim, foi possível o retorno de 3.254 animais às áreas de ocorrência natural da espécie.

No ano de 2024, no mês de setembro, o Cetras-Registro entrou em operação, sendo a nova unidade de atendimento à fauna impactada no Estado de São Paulo. Ademais, o Zoológico no município de São José do Rio preto foi autorizado para funcionar também como Centro de Triagem, bem como o Zoológico de Santos está em processo de autorização para funcionar como Cetras.

Além disso, o Centro de Medicina e Pesquisa em Animais Selvagens – CEMPAS da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, localizado em Botucatu, que anteriormente funcionava apenas como hospital veterinário, foi autorizado pela SEMIL, em 04 de junho de 2024, a funcionar também como Cetras.

3. Programa Estadual de Fauna Doméstica

A Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal – CDSA da SEMIL desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar animal, implementando iniciativas de amplo alcance. Entre as principais ações, destacam-se:

3.1. Programa Meu Pet

O Programa Meu Pet é voltado ao apoio de cães e gatos pertencentes à população de menor renda, com o objetivo de promover o bem-estar animal e fortalecer a relação harmoniosa entre pets, seres humanos e o meio ambiente em que vivem.

As unidades de clínicas veterinárias oferecem atendimento regionalizado para cães e gatos, incluindo os serviços de assistência veterinária, como consultas, exames laboratoriais, radiografias, ultrassonografias, cirurgias, medicações e tratamentos, além de atendimento de urgência e emergência. Cada clínica tem capacidade para atender cerca de 40 animais diariamente e é construída em terreno cedido pela Prefeitura Municipal, com uma área de aproximadamente 600m². A estrutura inclui recepção, quatro consultórios, salas de medicação, internação, centro cirúrgico e sala de urgência e emergência, além de toda urbanização do entorno, visando melhor acolher animais e tutores.

Em 2024, foram concluídas as obras de construção e estruturação da clínica veterinária no município de Santa Bárbara d'Oeste, incluindo mobiliário e equipamentos veterinários, como também as obras em Ribeirão Preto, Sorocaba e São José do Rio Preto, com a aquisição dos equipamentos, totalizando R$ 10,3 milhões executados em 2024.

O Programa Meu Pet expandiu a instalação de consultórios veterinários em contêineres, destinados a oferecer atendimento ambulatorial gratuito a cães e gatos em municípios menores. O Estado subsidiou a aquisição, instalação e equipamentos desses contêineres, enquanto o custeio dos serviços é de responsabilidade das prefeituras participantes.

Foram entregues 16 novos consultórios veterinários para os municípios de Arealva, Brodowski, Cajobi, Cândido Rodrigues, Colina, Dois Córregos, Getulina, Itararé, Jardinópolis, Magda, Nova Granada, Osvaldo Cruz, Mineiros do Tietê, Severínia, Taiaçu e Valentim Gentil, com investimentos de aproximadamente R$ 5 milhões, garantindo que cada unidade fosse equipada para atender a população local.

3.2. Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos (Programa de Manejo Populacional)

O Programa de Manejo Populacional implementa estratégias voltadas para controlar a população de cães e gatos, prevenir o abandono e promover a guarda responsável, com benefícios diretos para a comunidade e para o bem-estar humano e animal, além de contribuir para o equilíbrio ambiental.

Os principais objetivos do programa incluem:

a) reduzir o número de animais abandonados em vias públicas;
b) incentivar a guarda responsável e o cuidado dos tutores com seus animais;
c) reduzir a taxa de natalidade, morbidade e mortalidade, contribuindo para o controle populacional;
d) controlar zoonoses e prevenir riscos à saúde pública;
e) estimular a participação social; e
f) assegurar um destino ético e humanitário para animais em situação de rua.

A estratégia para a realização de ações educativas no controle da população de animais visa fortalecer o vínculo entre comunidades, famílias e indivíduos com seus animais de estimação, promovendo diferentes níveis de guarda responsável.

Em 2024, foram formalizados 78 convênios para implementação do Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos no Estado, totalizando aproximadamente R$ 5,1 milhões repassados às prefeituras e 8,9 milhões para entidades de proteção animal, por meio de emendas parlamentares. No período, esses convênios viabilizaram o atendimento de cerca de 59 mil animais, em ações de castração, vacinação, identificação, cuidados veterinários e bem-estar animal. Além disso, houve a continuidade na gestão e acompanhamento de 112 convênios celebrados em anos anteriores, cujas atividades ainda estão em andamento.

3.3. Pesquisa de Bem-estar Animal nos Municípios

Ainda em 2024, realizou-se a primeira Pesquisa de Bem-estar Animal nos municípios, que contou com a participação de 151 cidades, abrangendo todas as regiões do Estado. Os dados coletados forneceram um panorama dos serviços veterinários municipais, a infraestrutura local para atendimento de animais, além das políticas públicas realizadas no âmbito municipal. Esses resultados serão empregados no aprimoramento das políticas públicas para atendimento de animais domésticos no Estado e na criação de parcerias com as prefeituras para uma gestão mais ampla e eficaz no manejo ético e controle populacional de cães e gatos.

4. Monitoramento e Conservação da Biodiversidade

Em 2024, o Programa MonitoraBioSP, coordenado pela Fundação Florestal e voltado ao monitoramento da biodiversidade em 845 mil hectares de Unidades de Conservação – UCs de São Paulo, obteve um aporte de R$ 903 mil, dos quais R$ 760 mil já foram aplicados. O programa engloba cinco subprogramas específicos: monitoramento de mamíferos terrestres de médio e grande porte, primatas, borboletas frugívoras (em 36 a 38 UCs) e, em fase piloto, aves e manguezais. Em 2024, ainda foram captados R$ 1,5 milhão para iniciativas complementares de conservação.

845 MIL HECTARES MONITORADOS

R$760 MIL APLICADOS

Destacam-se investimentos em projetos específicos, como o manejo reprodutivo de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*), com R$ 41 mil aplicado do total de R$ 85 mil, e o manejo reprodutivo do sagui-de-tufos-pretos (*Callithrix penicillata*), que recebeu R$ 410 mil, com R$ 345 mil executados, no Parque Estadual Ilha Anchieta. O programa de conservação do mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara)*, focado no Parque Estadual Lagamar de Cananéia, e o monitoramento populacional e reprodutivo de papagaios (*Amazona brasiliensis* e *Amazona vinacea*) em 13 UCs, receberam, respectivamente, R$ 480 mil e R$ 530 mil. Além disso, o Programa de Abelhas Nativas conta com 20 meliponários instalados em 18 UCs.

Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*)

O programa também avançou na fase de implementação de estratégias de controle e manejo de espécies invasoras, como o projeto de Monitoramento e Controle de Javalis (*Sus scrofa*), ainda em desenvolvimento para 5 UCs.

Em 2023, o Programa registrou, na Estação Ecológica de Itirapina, a presença de javaporcos com sinais de sarna sarcóptica, identificados por armadilhas fotográficas. A doença, que causa desconforto e debilidade nos animais, preocupa pela possibilidade de transmissão a outros mamíferos e pelo impacto no equilíbrio ecológico local, especialmente em uma área de preservação da fauna do Cerrado. Além dos javaporcos, lobos-guará (*Chrysocyon brachyurus*) também foram diagnosticados com sarna. Para combater a doença, foi realizada uma ação de captura, tratamento e monitoramento, com doses de medicamento aplicadas em 2023 e 2024. O acompanhamento contínuo é necessário para avaliar a recuperação dos animais e orientar o manejo sanitário de espécies ameaçadas.

No mesmo sentido, o Projeto Oceanos vem avançando na síntese e institucionalização da pauta costeiro-marinha dentro da Fundação Florestal. O projeto integra os gestores das Unidades de Conservação do litoral para discutir e incorporar temas na gestão pública de ambientes marinhos, como mapeamento do fundo oceânico, monitoramento e conservação da biodiversidade marinha, uso público sustentável, proteção da linha de costa, atividades de educação ambiental, entre outros. Desse modo, o projeto angariou as atividades elaboradas pelas Unidades durante a Semana do Oceano, em comemoração ao Dia Mundial dos Oceanos e da Semana do Meio Ambiente, bem como participou da elaboração de *banners* sobre os ecossistemas protegidos e como essa gestão ocorre para utilização em eventos externos e do guia de mergulho produzido pela FF.

Além disso, o projeto se debruça sobre o mapeamento de habitats marinhos, em consonância com o Programa de Mapeamento das Áreas de Marinhas Protegidas - PROMAP, coordenado pela EACH-USP em parceria com a FF. Em 2024, o projeto avançou nas análises das áreas de interesse para o mapeamento no litoral Sul e Norte, incluindo uma navegação sobre o banco de rodolitos na Ilha das Couves. Para complementar os dados obtidos nesse esforço e auxiliar na criação de políticas públicas de gestão de áreas marinhas protegidas, o projeto Oceanos também iniciou convênios com outras universidades para a implementação de metodologias de monitoramento de alvos da biodiversidade, como cetáceos, peixes e invertebrados. O início do monitoramento está previsto para 2025.

Já o Programa de Gestão Integrada de Manguezais, formalizado pela Portaria 445/2024, fortalece a conservação dos manguezais em UCs, com foco em quatro eixos principais: biodiversidade, bioeconomia, educação ambiental e pesquisa sobre mudanças climáticas. Em 2024, o programa avançou com o monitoramento de vegetação, solos e avifauna, além de desenvolver protocolos, capacitar monitores e gestores e adquirir equipamentos necessários.

O programa também implementou ações para o controle de espécies invasoras, como a espécie exótica *Sonneratia apetala*, originária da Ásia, detectada na zona de amortecimento do Parque Estadual Xixová-Japuí e do Parque Estadual Serra do Mar (Núcleo Itutinga-Pilões), em Cubatão. A Fundação Florestal realizou a supressão de 310 indivíduos dessa espécie e agora monitora a área para evitar rebrotas. Em parceria com a UNESP Registro, também foi submetido um projeto à FAPESP para o controle da ostra invasora *Saccostrea cucullata*, que afeta os ostreicultores do Litoral Sul.

Essas ações refletem o empenho contínuo na preservação dos manguezais e no enfrentamento de ameaças ambientais, consolidando o compromisso da Fundação Florestal com a preservação dos ecossistemas protegidos de São Paulo.

Com o olhar integrador entre fauna e flora e a conservação de espécies ameaçadas de extinção, estão em execução dois Planos de Ação Territoriais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PATs coordenados pelo Estado, em parceria com o Projeto Pró-Espécies.

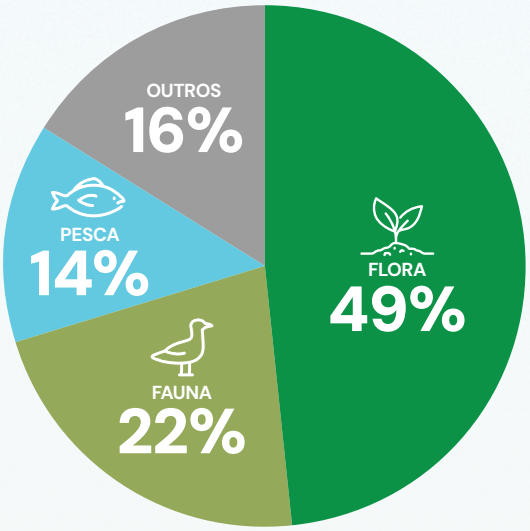
Pelo PAT Caminho das Tropas Paraná-São Paulo, destaca-se: a Publicação do Sumário Executivo do PAT; a realização de 55 dias de expedição de campo para busca ativa de espécies de flora ameaçadas de extinção no território, com registro de 7 espécies-alvo de 4 espécies beneficiárias e marcação de 155 matrizes para outras 46 espécies (com coleta de 73 quilos de frutos), com a finalidade de reprodução *ex situ* e estabelecimento de protocolos de cultivo; a alimentação do Catálogo de Plantas de UCs do Brasil do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro com as espécies de flora com ocorrência nas UCs do território; a realização de 4 expedições para realização de checagens do mapeamento de campos naturais em 10 municípios do território, em parceria com o Projeto Fapesp Biota Campos; a elaboração de material de comunicação para sensibilização de meliponicultores para a realização do cadastro de suas atividades junto aos órgãos competentes, com vistas a estimular a criação sustentável de abelhas nativas no território; e a elaboração do Plano de Comunicação do PAT e de seu perfil no instagram (@patcaminhodastropas), dentre outras ações prioritárias.

Pelo PAT Cinturão Verde de São Paulo, ressalta-se a elaboração do Sumário Executivo do PAT, ainda em processo de diagramação para posterior publicação; a contratação e execução dos seguintes serviços, como subsídio à atualização das listas de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção no estado; realização da compilação de dados e geração de materiais cartográficos com vistas a subsidiar a atualização da lista de espécies de fauna silvestre ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e compilação de dados para avaliação do risco de extinção de espécies selecionadas da flora do Estado de São Paulo e realização de busca ativa de espécies-alvo do PAT; elaboração, em amplo processo participativo, de Matriz de Planejamento do Plano Estadual de Destinação da Fauna Silvestre e Exótica; elaboração do Projeto Promoção da coexistência humano-fauna silvestre-cães-gatos sob a abordagem da saúde única e priorização, no território do PAT, das UCs estaduais (e suas respectivas zonas de amortecimento) em que será implementado; avanços na elaboração de um Plano de Educação Ambiental Integrado para a Conservação da Fauna Silvestre, de caráter participativo, junto aos órgãos e colegiados com atribuições em educação ambiental; e realização de 6 expedições para realização de checagens do mapeamento de campos naturais, em parceria com o Projeto Fapesp Biota Campos.

5. Fiscalização Ambiental

Em relação às estratégias de proteção e fiscalização pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, fortaleceu-se a parceria com a Polícia Militar Ambiental para o Planejamento Anual Estratégico de Fiscalização Ambiental. As ações que contaram com o apoio da Polícia Militar Ambiental foram efetivadas por meio da realização de 92.172 ações de policiamento ambiental preventivo e ostensivo em todo o território do Estado, abrangendo diversas linhas temáticas, como flora, fauna, combate ao uso irregular do fogo, pesca e produtos florestais. Como resultado dessas iniciativas, foram identificadas 18.220 infrações administrativas ambientais, registradas em Autos de Infração Ambiental – AIA. A lavratura do AIA marca o início do procedimento admi-

nistrativo destinado a apurar condutas lesivas ao meio ambiente, assegurando a correção e reparação das atividades causadoras de danos.



Para a gestão e processamento de Autos de Infração Ambiental, via Programa de Conciliação Ambiental, foram registrados em 2024: 19.510 atendimentos ambientais realizados, sendo 49% (9.479) na categoria flora, 22% (4.204) na categoria fauna, 14% (2.734) na categoria pesca e 16% (3.093) em demais classes infracionais.

Quanto às etapas recursais, registraram-se 3.292 defesas apresentadas após decisão do Atendimento Ambiental e 930 recursos após o julgamento em 1ª Instância. Paralelamente, do total de processos aguardando julgamento, 4.279 defesas foram analisadas pelas Comissões Regionais de Julgamento (1ª instância) e 1.163 pela Comissão Especial de Julgamento (2ª instância).

Em relação às ações de recuperação de danos ao meio ambiente, foram firmados 5.424 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, que envolveram a reparação de áreas degradadas (65%), a regularização de atividades objeto de autuação (32%) ou demais medidas preventivas (1%), e foram realizadas 4.514 vistorias para verificação da reparação de dano pelos Centros Técnicos Regionais da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB) entre janeiro e dezembro de 2024, incluindo vistorias *in loco* remotas.

Em relação ao monitoramento ambiental, ressalta-se o Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites – MAIS. Em 2023, ao todo, foram monitorados pelo sistema 1.360.455 km², o que significa que a análise de imagens cobriu ao menos quatro vezes o território estadual no referido ano. Isso é significativo, considerando-se a extensão do Estado, refletindo-se na identificação precoce de polígonos pequenos de desmatamento, que geram os alertas para o combate em campo. No mesmo ano, o MAIS adaptou o *script* de programação desenvolvido pelo MapBiomas, utilizado na plataforma *Google Earth Engine*, para automatizar a comparação de imagens orbitais na detecção de indícios de supressão de vegetação nativa, o que aumentou significativamente a capacidade de monitoramento.

2.204.403 KM² MONITORADOS POR IMAGENS DE SATÉLITES

Resultado disso é que, em 2024, a área monitorada atingiu 2.204.403 km², representando um aumento expressivo (62%), em relação a 2023 nos monitoramentos realizados.

A Fundação Florestal também atua em importantes frentes de modernização e ampliação das ações de proteção. Em 2024, a FF ampliou suas ações de proteção e modernização por meio do Sistema de Proteção Ambiental Integrada (SIPAI), que centraliza dados de fiscalização e ocorrências ambientais em bancos georreferenciados. Para simplificar a coleta de dados em campo, a Fundação desenvolveu o aplicativo RVA Mobile, na plataforma ESRI ArcGIS Survey123, que permite registros georreferenciados diretamente pelo *smartphone*. Após os testes concluídos em agosto de 2024, iniciou-se a capacitação de funcionários e colaboradores para o uso rotineiro do aplicativo nas unidades de conservação (UCs).

Além disso, de setembro de 2023 a setembro de 2024, a Fundação realizou 385 operações com drones, apoiando a fiscalização e gestão das áreas protegidas. Com investimentos na formação de novos pilotos, a Fundação expandiu o uso de drones, que foram essenciais para a Operação São Paulo Sem Fogo entre agosto e outubro de 2024, ampliando a capacidade de avaliação e resposta em campo.

385
OPERAÇÕES COM DRONE

Paralelamente, o programa Guardiões das Florestas tem desempenhado um papel fundamental no apoio à fiscalização das UCs, utilizando soluções de fiscalização pela natureza, com a presença em campo para aprimorar a proteção e conservação ambiental.

A fiscalização integrada em áreas sensíveis, como as regiões de mananciais da Bacia do Alto Tietê, foi uma prioridade, realizada por meio dos Grupos de Fiscalização Integrada (GFI Alto Tietê Cabeceiras, GFI Billings, GFI Guarapiranga Sudoeste e GFI Alto Juquery). Por intermédio de convênios firmados com 25 municípios e com a CETESB, foram entregues 32 carros para estruturar esses grupos, em complemento às entregas de drones, computadores e *tablets* realizadas em 2023.

Em paralelo à cessão de equipamentos, foi disponibilizado o acesso a imagens de satélite submétricas de alta resolução da UGHRI 06, por meio de um portal virtual, além da construção de módulos no Sistema Integrado de Proteção Ambiental – SIPAI para armazenamento e compartilhamento das informações relacionadas às atividades dos grupos.

Visando à produção de Planos de Monitoramento e Fiscalização Integrada para cada grupo, foram realizados 10 *workshops*, que reuniram os diversos atores envolvidos na fiscalização, em um processo participativo de construção. Cabe destacar, também, que ao longo de 2024 foram realizadas 37 reuniões de alinhamento e 39 ações em campo, com destaque para as ações realizadas nas unidades de conservação Parque Estadual do Itaberaba e Parque Estadual do Itapetinga, em conjunto com o Grupo de

Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – GAEMA, visando impedir a ocupação irregular dessas áreas ambientalmente protegidas.

No tema de madeira legal, perseguiu-se o objetivo de diminuir o comércio ilegal da madeira do bioma da Amazônia dentro do Estado de São Paulo, e promover o consumo responsável dessa matéria-prima, por meio do gerenciamento do Sistema Documento de Origem Florestal – DOF e do Programa CadMadeira, ambos abrangidos no portal Sistema Madeira. Nesse contexto, o Sistema Madeira atendeu a um total de 2.165 solicitações, sendo 1.731 solicitações deferidas e 434 indeferidas.

Entre as principais solicitações dirigidas ao Sistema Madeira mencionadas acima, destaque para 1.142 análises para homologação de pátios, 152 análises para cadastramento de licença, 571 análises para liberação de pátios suspenso e 174 análises para cancelamento de DOF.

Relativamente às ações do Programa Cadmadeira, especialmente no tocante à análise dos cadastros de empresas que comercializam produtos ou subprodutos florestais nativos e que participam de certames licitatórios estaduais ou municipais, foram computadas 239 solicitações de validação ou revalidação dos cadastros, sendo que 27 cadastros foram considerados válidos, permitindo, assim, a aferição de sua regularidade cadastral e ausência de passivos ambientais.

BIOECONOMIA E FINANÇAS VERDES

1. Pagamento por Serviços Ambientais

O programa de pagamento por serviços ambientais, no tocante aos projetos conduzidos pela Fundação Florestal, além da participação do Projeto Conexão Mata Atlântica (Eixo de Biodiversidade) e do Programa Guardiões das Florestas (Eixo Parques Estaduais), teve os seguintes resultados em 2024:

a) Pró-Juçara – a primeira edição do projeto completou seu segundo ano de execução em setembro de 2024, beneficiando 96 famílias de comunidades tradicionais em cinco Unidades de Conservação (APA Quilombos do Médio Ribeira e RDSs Barreiro/Anhemas, Lavras, Pinheirinhos e Quilombos da Barra do Turvo). Além dos mais de 260 hectares plantados com densidade média inicial de 985 novas palmeiras-juçara por hectare (totalizando cerca de 260 mil palmeiras), o projeto realizou cinco capacitações e vários eventos e oficinas.

Em seu segundo ano, o projeto incluiu novas obrigatoriedades, como a instalação de cerca de 350 ninhos-iscas para captura de abelhas nativas, o estabelecimento de mais de 40 colmeias e o envolvimento dos provedores em ações de educação ambiental e engajamento comunitário. Com base nessa experiência, foi aprovada uma segunda edição do PSA Juçara, expandindo para 200 novos provedores em comunidades tradicionais e pequenos produtores, em 15 UCs (RDSs Barreiro/Anhemas, Lavras, Pinheirinhos, Quilombos de Barra do Turvo, Despraiado e PEs Caverna do Diabo

Carlos Botelho, Intervales, Ilhabela, Rio Turvo, Turístico do Alto Ribeira e da Serra do Mar - Núcleos Itarirú, Santa Virgínia, Padre Dória e Picinguaba). A meta para essa nova fase é o plantio de 600 hectares, totalizando 360 mil novas palmeiras-juçara. Do valor previsto de R$ 787 mil para 2024, foram liquidados R$ 793 mil (97,6%).

b) Projeto Mar Sem Lixo – lançado em 2022, o programa visa prevenir e combater o escape e lançamento de lixo no oceano; à conservação do ambiente marinho especialmente protegido pelas Unidades de Conservação Costeiras, Insulares e Marinhas; e contribuir para a mudança de comportamento da sociedade, por meio da criação de mecanismos de reconhecimento e remuneração de serviços ambientais prestados por diferentes provedores – PSA; da realização de ações educativas; do engajamento de inúmeros protagonistas e parceiros; da geração de dados e informações para pesquisa científica e formulação de políticas públicas; da articulação com municípios e outras políticas públicas; e da democratização de informações e ampla comunicação e da constância da ação.

PSA Mar Sem Lixo

Atualmente, o programa abrange seis municípios (Cananeia, Itanhaém, Guarujá, Bertioga, São Sebastião e Ubatuba), e removeu mais de 35,3 toneladas de lixo do ambiente (22,1 ton do mar e 13,2 ton de manguezais e ilhas). Com 265 pescadores cadastrados e mais de 6 mil participantes em atividades educativas, o programa continua a expandir seu impacto. Em 2024, o investimento no Programa foi de R$ 947,9 mil, sendo R$ 320,5 mil destinados ao Vale Alimentação dos pescadores, R$ 452,4 mil aos pontos de entrega de resíduos e R$ 175 mil para as auditorias.

c) Guardiões das Florestas – instituído em 2022, reconhece e remunera os serviços ambientais prestados por povos indígenas em UCs e suas zonas de amortecimento, cujas terras se sobrepõem, total ou parcialmente, a áreas protegidas no Estado de São Paulo.

Na primeira fase do programa, executado entre agosto de 2023 e dezembro de 2024, foram pagos mais de R$ 565 mil (94,4%) dos R$ 600 mil alocados para o pagamento de serviços ambientais e apoio aos projetos em oito Terras Indígenas ou Aldeias sobrepostas a várias UCs, dentre elas o Parque Estadual Jaraguá (TI Jaraguá, em São Paulo), o Parque Estadual Intervales e o Parque Estadual Carlos Botelho (TI Peguao Ty, em Sete Barras), o Parque Estadual Xixová-Japuí (Aldeia Paranapuã, em São Vicente), o Parque Estadual Serra do Mar com os núcleos Itariru (TI Djaiko Aty, em Miracatu), Itutinga-Pilões/Curucutu (TIs Tenondé Porã, Guarani do Aguapeú e Rio Branco Itanhaém, abrangendo várias cidades da região metropolitana de São Paulo) e Picinguaba (TI Renascer Ywyty Guaçu, em Ubatuba), além da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar (TI Djaiko Aty, em Miracatu).

O programa já alcançou resultados expressivos, como o monitoramento de 721 km de território, restauração de 4,4 hectares, remoção de mais de 4.500 plantas inva-

soras, plantio de 1190 mudas nativas e atendimento a mais de 1.300 pessoas em atividades interculturais, com envolvimento direto de agentes ambientais indígenas. Para a Fase 2, com início da execução prevista para março de 2025, foram destinados R$ 2,1 milhões para ampliar o programa, agora abrangendo 14 Terras Indígenas/Aldeias com maior estrutura de atuação e inclusão. Em outubro de 2024, o programa foi apresentado na COP16 de Biodiversidade, na Colômbia, como referência de inclusão de povos originários na gestão de unidades de conservação.

PSA Guardiões da Floresta

d) Crédito Ambiental Paulista para Reservas Particulares do Patrimônio Natural – executa a avaliação, seleção e aprovação das unidades inscritas nos editais, bem como realiza o monitoramento das áreas para pagamento das parcelas do PSA. Até 2024, foram lançados três editais, abrangendo 27 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs e 3.269,55 hectares, sendo que dois foram concluídos e o terceiro segue em execução. O projeto é fundamentado na Lei Estadual nº 13.798/2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, e no Decreto Estadual nº 55.947/2010, que destina o PSA a proprietários conservacionistas. Os contratos com o FECOP têm duração de cinco anos nos primeiros dois editais e de três no terceiro, prevendo o pagamento de bônus para RPPNs com Plano de Manejo e áreas de soltura de fauna. O programa incentiva a conservação e restauração ecológica nas RPPNs, com foco na ampliação dos serviços ecossistêmicos, como a biodiversidade e a produção de água.

2. Programa de Incentivos Verdes

No tocante aos incentivos verdes, a FF contribui com as seguintes atividades:

a) Pró-juçara – O Programa Pró-Juçara conta as ações de repovoamento da Palmeira-Juçara, que utiliza a compra pública de sementes despolpadas de comunidades tradicionais e pequenos produtores do entorno de Unidades de Conservação, as quais têm conservado palmeiras remanescentes em suas propriedades ou áreas comunitárias para repovoar UCs de Proteção Integral.

As sementes são semeadas em operações de dispersão aérea, realizadas por helicóptero ou drone, imitando a chuva natural de sementes da palmeira. Em 2024, o projeto repovoou cerca de 300 hectares em 8 UCs com mais de 14 toneladas de sementes de juçara. De igual maneira, foi desenvolvido aplicativo para facilitar o monitoramento em campo do projeto e novos equipamentos foram disponibilizados – 12 colheitadeiras de juçara para atendimento estratégico de fornecedores ou potenciais fornecedores de sementes e 2 containers refrigerados, localizados estrategicamente no Vale do Ribeira e no Vale do Paraíba, para otimizar a logística de dispersão, mantendo a qualidade das sementes.

Além disso, foi promovido o primeiro Encontro do Programa de Conservação da Palmeira-Juçara, com cerca de 120 pessoas, entre equipe técnica, lideranças de produtores e parceiros, visando ao nivelamento e imersão nos projetos em execução, troca de experiências e discussão sobre os próximos passos desta política pública.

b) Coleta de Sementes – Em cumprimento a Resolução SEMIL 023/24, que disciplina a coleta e a utilização de sementes oriundas de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, a Fundação Florestal conduziu ações para a definição da metodologia de coleta de sementes em UC de Proteção Integral. Para tanto, elaborou-se uma Portaria Normativa, que trata do procedimento simplificado de autorização e que conta com a definição de preço referencial por espécie e quantidade. A regulamentação permite a conversão em contrapartidas diretas à UC, por meio do retorno do material coletado e germinado como mudas, especialmente de espécies endêmicas ou ameaçadas. Todo este processo foi discutido e apresentado a representantes do segmento no *workshop* realizado pela Fundação Florestal e Fundação Instituto de Administração – FIA em setembro/2024.

c) Plataforma de Restauração – a Plataforma para Restauração das Áreas Protegidas do Estado de São Paulo foi desenvolvida para fornecer e organizar informações estratégicas que orientem a tomada de decisões sobre projetos de restauração dentro das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. Essa solução de *software*, baseada em ambiente *web*, pode ser utilizada por diversos públicos interessados na reconstituição de ecossistemas e na recuperação da biodiversidade nas áreas protegidas e visa coordenar e impulsionar a recuperação de áreas degradadas em todo o Estado, com base em dados técnicos e científicos.

Para seu desenvolvimento, foi realizado um levantamento abrangente que analisa mais de 90 camadas de informações, provenientes de mais de 15 fontes oficiais e cientificamente comprovadas, com o objetivo de identificar as áreas com maior potencial para restauração. À medida que as bases de dados são atualizadas, a plataforma integra automaticamente essas novas informações.

O cruzamento das informações espaciais permite identificar áreas que sofreram degradação ambiental. A busca por áreas pode ser refinada com a aplicação de filtros para atributos específicos, características desejadas e localização geográfica.

Os resultados são processados por meio de metodologias de análise da paisagem, apoiando decisões que promovam a conectividade ecológica, a criação de corredores e a melhoria da qualidade ambiental.

A interface com o Sistema Integrado de Gestão Ambiental do Estado permite visualizar áreas já delimitadas para restauração, áreas com projetos de restauração em andamento e locais que foram afetados por incêndios.

A plataforma também disponibiliza um catálogo com todas as Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo. Isso permite realizar buscas por áreas que atendam a características específicas em todas as Unidades, ou focar em uma Unidade de Conservação pré-determinada.

Para o cumprimento das metas ambientais e climáticas de São Paulo, especialmente no contexto do Plano de Ação Climática Net Zero 2050 e do PEARC, a plataforma de restauração de áreas protegidas atua como uma ferramenta essencial. Essas políticas visam reduzir as emissões de carbono, fortalecer a resiliência ecológica e garantir a recuperação de áreas degradadas, promovendo maior conectividade entre ecossistemas e conservação da biodiversidade. A plataforma facilita a aplicação dessas políticas ao fornecer dados precisos e atualizados sobre a viabilidade de restauração em diferentes áreas protegidas, o que contribui diretamente para o planejamento de corredores ecológicos e para a escolha de locais estratégicos que maximizem o impacto ambiental positivo. Com isso, a plataforma apoia São Paulo na construção de um território mais sustentável e preparado para enfrentar desafios climáticos, assegurando que as ações de restauração ambiental estejam alinhadas às metas de preservação e melhoria da qualidade ambiental no Estado.

d) Produtos Florestais – em 2024, as atividades de produção florestal de espécies plantadas (pinus e eucalipto) ganharam novo impulso. A Fundação Florestal intensificou o levantamento de áreas para leilões, e elaborou projetos que resultaram nas contratações de plantios. Além disso, foram realizados parcerias e cursos de capacitação para comunidades locais, visando otimizar a extração de resina. A comercialização de produtos florestais enfrentou desafios no ano de 2023, devido à queda no preço do quilo da resina praticado no mercado, sendo necessário priorizar a comercialização de madeira. Em 2024, o preço do quilo da resina sofreu o reajuste de 24,7%, gerando a arrecadação de R$ 54,4 milhões em resina e R$ 25,8 milhões em madeira, possibilitando o equilíbrio orçamentário e financeiro da FF.

e) Conservação e Restauração Vegetal – em dezembro de 2024, foi qualificado projeto no Programa de Parcerias e Investimentos – PPI de concessão de serviços de conservação e restauração de vegetação nativa, em áreas de proteção estaduais, que prevê a outorga para geração e comercialização de créditos de carbono no mercado de carbono voluntário ou regulado. (ver https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/conservacao-e-restauracao-vegetal/).

3. ICMS Ambiental

Em 2024, a Lei n°17.892 alterou a porcentagem correspondente aos critérios do ICMS Ambiental, passando de 2% para 3% do Índice de Participação dos Municípios (IPM)

do ICMS, sendo: 1% destinado para áreas protegidas estaduais incidentes no território municipal; 0,5% para municípios com reservatórios destinados à geração de energia e ao abastecimento de água de interesse regional; 0,5% destinado para gestão de resíduos sólidos; e 1% para áreas com vegetação nativa fora de unidades de conservação de Proteção Integral estaduais.

Essa alteração dobra o ICMS ambiental direcionado aos municípios que possuem áreas de vegetação nativa ou espaços territoriais especialmente protegidos estaduais, tendo sido aplicada no cálculo de 2024, ano base 2023 (valores serão repassados em 2025). A mudança proposta pela Lei nº 17.892/24 só foi possível após aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 03/2023 – Emenda Constitucional nº 53/2023 –, que reorganizou os critérios usados para definir a parcela que cada cidade tem direito a receber do imposto estadual.

Com relação aos quatro critérios acima mencionados, a Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SEMIL realiza a apuração e o cálculo dos índices de 02 deles, a saber: Índice de Áreas Especialmente Protegidas – IAP e Índice de Gestão de Resíduos Sólidos – IRS. Em 2024, foram apurados os dados referentes ao ano base 2023 e calculado o IAP. Além disso, foi calculado o IRS, a partir dos dados municipais reportados na Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos, com 566 municípios participantes. O IPA calcula o índice para municípios onde haja vegetação nativa fora de Unidades de Conservação de Proteção Integral, criadas pelo Estado de São Paulo (Índice de Vegetação Nativa – IVEG), e a Coordenadoria de Recursos Hídricos calcula o índice para municípios com reservatórios de água destinados à geração de energia elétrica e reservatórios de água de interesse regional com função de abastecimento humano (Índice de Reservatório de Água – IRA).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PARQUES URBANOS

1. Proteção, Manutenção e Revitalização de Unidades de Conservação

Em 2024, a Fundação Florestal teve importantes avanços nos projetos de criação e ampliação de Unidades de Conservação. Entre os destaques, estão a aprovação de propostas no Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, como a alteração dos limites do Parque Estadual Restinga de Bertioga e a ampliação do Parque Estadual Serra do Mar (PESM - COTA 200).

Da mesma forma, convém mencionar as ampliações da Estação Ecológica de Assis e da Floresta Estadual de Assis. A compensação ambiental pela instalação das Usinas Hidrelétricas de Canoas I e II no rio Paranapanema gerou, em 2006, a aquisição de 319 hectares de terras em Assis, em duas glebas distintas, objetivando o incremento

das unidades de conservação no município. Essas áreas foram incorporadas ao patrimônio do Estado em 2018. A gleba maior (196 ha) será destinada à ampliação da Estação Ecológica de Assis, enquanto a menor (123 ha) à Floresta Estadual de Assis. Em 2023, foram concluídos os estudos técnicos e a audiência pública foi realizada com ampla aceitação da proposta.

Parque Estadual Serra do Mar

Em 2024, foi publicada a Resolução SEMIL nº 86, de 18 de outubro, visando aos procedimentos preparatórios para a ampliação das unidades e, em 21 de novembro, o projeto foi aprovado por unanimidade pelo CONSEMA. O próximo passo, após as devidas análises jurídicas, será a formalização das ampliações por decreto governamental. O incremento em área dessas unidades de conservação é importante para a proteção do bioma cerrado no Estado de São Paulo, cuja cobertura atual corresponde a apenas 3% da original.

Além disso, foi assinado o Decreto nº 68.942/2024, que desmembra a Área de Proteção Ambiental – APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá e cria três APAs: APA Cuesta Corumbataí, APA Cuesta Paranapanema e APA Cuesta Guarani.

A Fundação também iniciou novos projetos, como a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Sertão da Fazenda, a ampliação do Parque Estadual Rio do Peixe, a criação de uma nova área protegida (categoria ainda a ser definida) no Assentamento Maturi, no Oeste Paulista, e a ampliação da Estação Ecológica de Itirapina. Além dos acima mencionados, foi dado continuidade à criação da RDS Ribeirão dos Camargos e do Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-Pente.

Foram reconhecidas seis novas RPPNs, incluindo uma em ambiente insular, totalizando 79,7929 hectares destinados à proteção da vegetação nativa e habitat de espécies de fauna silvestre, algumas delas ameaçadas de extinção. Cinco dessas reservas já foram averbadas. Ainda em 2024, dois novos pedidos foram formalizados, com requerimentos para a criação de reservas somando 239,1365 hectares, além de outros 29 processos em andamento, incluindo duas propostas de ampliação. Essas reservas representarão um incremento de 2.439,8772 hectares, que, somados às áreas já reconhecidas, totalizam 2.679,0137 hectares. Em 2024, o Plano de Manejo da RPPN Cachoeira da Luisa, no município de Bananal, foi aprovado pela Portaria FF/DE nº 12/2024. Com isso, a Fundação Florestal já aprovou ao todo 10 planos de manejo de RPPNs e possui mais dois em análise pela equipe técnica, aguardando ajustes e complementações.

Em colaboração com o Comitê de Integração dos Planos de Manejo, a Fundação Florestal obteve os seguintes resultados: um plano aprovado por instrumento normativo (Decreto); um plano aprovado no CONSEMA; quatro planos em análise na Comissão Temática de Biodiversidade – CTBio/CONSEMA; um plano finalizado; e 21 planos em elaboração. Além disso, foram realizados estudos específicos no âmbito do Plano de Manejo da APA Cuesta Guarani, incluindo a caracterização do clima e da fauna, conduzidos por pesquisadores da UNESP Botucatu.

Em relação aos espaços de diálogo para a sociedade civil e demais atores nos territórios abrangidos pelas áreas naturais protegidas, destacam-se os conselhos consultivos e os conselhos gestores. A participação social confere legitimidade, transparência e legalidade à gestão das Unidades de Conservação, sendo os conselhos locais de pertencimento e construção de diálogo. Atualmente, 97,88% dos conselhos das unidades estão instituídos. Desses, 81,60% estão formalizados e 18,40% estão em processo de renovação. No momento, cinco Unidades de Conservação estão em fase de instrução processual para a instituição dos conselhos gestores.

As parcerias em UCs são essenciais para diversificar e qualificar a oferta de serviços, além de fortalecer a sustentabilidade econômica e ambiental das comunidades no entorno. Por meio de acordos com empresas, organizações, associações e operadores locais, a Fundação Florestal formalizou Termos de Autorização de Uso – TAUs para a comercialização de alimentos e bebidas em várias UCs, como no Parque Estadual Jaraguá. Além disso, foram estabelecidos TAUs com operadores locais para atividades de monitoria ambiental nos Núcleos Picinguaba e Padre Dória do PESM, caminhadas de longo curso, camping selvagem e monitoria em roteiros noturnos no PETAR, e para a realização não comercial de Skate Downhill no PE Jaraguá.

No âmbito da divulgação e do aprimoramento técnico, foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com a Rede de Hotéis ACCOR e com o Grupo Suçuarana. A Fundação Florestal também contribuiu na organização do 3º Congresso Brasileiro de Trilhas de Longo Curso, que ocorreu no Parque Ibirapuera em novembro, como parte das ações do Acordo de Cooperação Técnica com a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso.

De igual maneira, o Programa Adote Um Parque tem desempenhado um papel importante na viabilização de serviços e no fornecimento de bens e materiais para fortalecer a gestão das Unidades de Conservação. Em 2024, ano inaugural do Termo de

Patrocínio com a Bracell, que se estenderá por 10 anos, foram realizadas contribuições significativas, incluindo doações de placas de sinalização, equipamentos para combate a incêndios, manutenção de 169 km de aceiros, bombas flutuantes, gravadores para monitoramento de avifauna e a construção de uma passagem de fauna.

Nessa direção, três novas UCs foram incorporadas ao sistema de monitoramento de incêndios e 65 brigadistas participaram de treinamentos especializados. Outras doações envolveram acervos de imagens em alta resolução, pinturas de espécies de avifauna para as sedes administrativas, plastificadoras e *notebooks* para o Programa Mar Sem Lixo, câmeras *trap* para monitoramento de fauna, sistema de comunicação via rádio e serviços de manutenção de áreas verdes.

Também em 2024, a Fundação Florestal, em parceria com a Secretaria da Pessoa com Deficiência, elaborou um Guia de Visitação em braille, que contém informações sobre as Unidades de Conservação com acessibilidade para visitação.

Em relação aos investimentos de proteção, manutenção e revitalização de Unidades de Conservação, destacam-se:

a) Projeto de Revitalização e Sinalização de Trilhas – Foi executado o montante de R$ 780 mil do Projeto de Revitalização de Trilhas, contemplando 150 km de trilhas em 24 Unidades de Conservação. Dentre as intervenções previstas, foram implementados diversos equipamentos em madeira, tais como mirantes, *decks*, escadas, corrimãos, pinguelas, contenções de encosta, além de controles de drenagem e erosão e placas de comunicação visual, com destaque para trilhas acessíveis, para que possam receber pessoas com deficiência; e

150 KM DE TRILHAS EM 24 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REVITALIZADAS

b) Regularização Fundiária – estão em andamento serviços de georreferenciamento e retificação imobiliária em 21 Unidades de Conservação para garantir segurança jurídica e precisão nos registros. Em 2024, sete contratos foram concluídos, totalizando R$ 440 mil, e os demais estão na fase de retificação de documentos. Além disso, o Núcleo de Regularização Fundiária analisou 199 propostas de alienação de áreas de UCs via compensação ambiental, resultando em cinco processos finalizados com a aquisição de 2.707 hectares e aproximadamente 1.800 hectares em fase final de alienação. Para padronizar procedimentos, a Fundação elaborou um manual técnico, em parceria com a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, abordando o processo de compensação de reserva legal, especial-

mente em áreas de UCs com pendências fundiárias. O Mosaico do Jacupiranga (MOJAC) está em processo de redefinição de limites, em conjunto com a comunidade local, com etapas de revisão dependentes da aprovação dos planos de manejo das 14 UCs envolvidas, reforçando o compromisso com a proteção e o uso sustentável dessas áreas.

Ressalta-se ainda convênio firmado com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras tendo como objeto a realização de estudos, projetos e obras de mitigação dos impactos causados no entorno do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga. O valor total do convênio é de R$ 47.515.918,00, provenientes do contrato de concessão de direito de uso e exploração de bem público nº 031/2013-GS, relacionado à implantação do "Centro de Exposições Imigrantes".

Além desses, foram destinados recursos para realização das seguintes obras:

a) R$ 3,6 milhões para adequações nas estruturas e infraestruturas da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA, dos quais R$ 2,2 milhões executados de 2023 e previsto em 2024, com saldo para 2025 de R$ 1,4 milhão;
b) R$ 2 milhões para recuperação de fundações e estrutura no Casarão (Antiga Sede) na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA, execução em 2024 de R$ 739 mil e para 2025 R$ 1,2 milhão;
c) R$ 4,5 milhões para execução de obra de contenção, conservação e restauro das ruínas do antigo presídio no Parque Estadual Ilha Anchieta, execução em 2024 de R$ 3,4 milhões e o saldo para 2025 de R$ 765 mil;
d) R$ 855 mil para manutenção preventiva e corretiva das edificações do Parque Estadual Carlos Botelho, nos Núcleos São Miguel Arcanjo e Sete Barras;
e) R$ 166 mil recursos destinados para manutenção da hospedaria no Horto Florestal;
f) R$ 509 mil para manutenção preventiva e corretiva nas edificações do Parque Estadual Intervales;
g) R$ 762 mil para manutenção preventiva e corretiva nas edificações do Parque Estadual PETAR;
h) R$ 588 mil para manutenção preventiva e corretiva nas edificações do Parque Estadual Rio do Peixe; e
I) R$ 445 mil para manutenção preventiva e corretiva nas edificações na Estação Experimental Itirapina.

2. Manutenção e Revitalização dos Parques Urbanos Estaduais

Os parques urbanos administrados diretamente pela Secretaria[1], por intermédio da Coordenadoria de Parques e Parcerias – CPP, receberam um total de 15.079.400 visitantes

1 Em 2024, a atuação foi no âmbito da gestão direta dos Parques Estadual do Belém Manoel Pittá, Jequitibá, Estadual Chácara da Baronesa, Ecológico do Guarapiranga, Gabriel Chucre, Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns e Várzea do Embu-Guaçu – Professor Aziz Ab'Saber, e dos Núcleos de Lazer, em gestão conjunta com a SP-Águas: Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Vila Jacuí, Maria Cristina Hellmeister de Abreu e Parque Nascentes do Tietê, sendo essas áreas que apresentam uso público. Ademais, a gestão atua em duas áreas de uso institucional do Parque Estaduais Alberto Löfgren e Parque Estadual das Fontes do Ipiranga. São monitorados no âmbito de contratos de concessão: Parques Villa-Lobos, Candido Portari, Dr. Fernando Costa – Água Branca, Parque Estaduais Alberto Löfgren, da Cantareira e Serra do Mar – Caminhos do Mar, além do Zoológico e Jardim Botânico.

em 2024. De acordo com a pesquisa de satisfação realizada com o público de visitante – total de 6.391 questionários –, 93,66% dos usuários estão satisfeitos com as ações promovidas e as condições dos equipamentos e espaços das unidades sob a gestão da pasta.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes atividades:

a) Contratos contínuos – objetivando manter a vida vegetativa dos parques e garantir a satisfação dos usuários, em 2024, foi realizado um investimento total de R$ 83 milhões. Esse montante destina-se à continuidade dos serviços contratados, incluindo limpeza, áreas verdes, manutenção civil, monitoria em educação ambiental, vigilância e portaria.

Além disso, cabe destacar o número de atendimentos promovidos pelos contratos de monitoria em educação ambiental e manutenção civil. As unidades sob administração da CPP oferecem atividades de educação ambiental gratuitas para os visitantes, todos os dias da semana. Em 2024, 79.683 pessoas participaram dessas ações, que abrangem públicos de todas as faixas etárias.

b) Convênio – em 2024, continuidade das ações conjuntas com a SP-Águas para a administração e operacionalização dos Núcleos de Lazer do Parque Ecológico do Tietê e do Parque Nascentes do Tietê.

c) Termos de Permissões e autorizações: além dos convênios, a CPP estabelece parcerias por meio de permissões de uso, autorizações para eventos e foto-filmagens, e termos de compartilhamento de área. Em 2024, foram firmadas 03 permissões de uso para lanchonetes e recreação, além de um novo contrato para a exploração comercial do estacionamento do Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns. Também foram emitidas 32 autorizações de uso para foto-filmagens e eventos, resultando em uma arrecadação total de R$ 80.461,68. No que diz respeito aos termos de compartilhamento, atualmente existem cinco áreas dos Parques Urbanos compartilhadas com outras Secretarias.

Nesse contexto, o decreto que rege as permissões de uso e eventos está em processo de revisão, com o intuito de aprimorar as parcerias entre o setor público e privado, prevendo contrapartidas que beneficiem ainda mais os espaços e a comunidade. Além disso, foram realizadas ações visando à análise de riscos dos processos internos, garantindo maior eficiência e segurança nas operações. Estão sendo redigidos também os planos diretores dos parques, bem como o estatuto de operacionalização, a fim de

orientar a gestão e o desenvolvimento sustentável das áreas. Adicionalmente, nove parques urbanos foram incluídos no PPI para concessão/permissão de uso. Os estudos de viabilidade foram iniciados para sete unidades: Belém, Guarapiranga, Juventude, Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Jardim Helena e Jacuí, na Capital, perfazendo uma área de 19,9 milhões de metros quadrados, com cerca de 5 milhões de usuários por ano.

Por fim, todas as ações de melhoria promovidas passam pelos Conselhos de Orientação, que têm a função de ciência e manifestação. Esses colegiados permitem que a sociedade civil atue em conjunto com a Administração Pública, contribuindo para a qualificação dos espaços públicos sob a gestão da Coordenadoria de Parques e Parcerias. Em 2024, nove Conselhos de Orientação colaboraram ativamente com a CPP nos Parques Urbanos.

3. Comunidades Tradicionais e Povos Originários

Em 2024, a Fundação Florestal ampliou os projetos junto às comunidades tradicionais e povos originários do entorno das Unidades de Conservação, contemplando as seguintes atividades:

a) Centro Cultural Indígena e ponte pênsil Ecoturística Aldeia Renascer –inauguração do Centro Cultural em Ubatuba, que será destinado à promoção das tradições e da cultura indígena, além de fortalecer o turismo de base comunitária na região;

b) Convênio Associação de Moradores das Comunidades do Itacuruçá e Pereirinha – AMOIP no Parque Estadual Ilha do Cardoso – o atendimento a grupos organizados no Núcleo aumentou em 170%, de 7 grupos em 2023 para 19 em 2024, totalizando mais de 500 visitantes e 22 pesquisadores. Para valorizar a cultura local, foram criados 8 novos roteiros culturais e o cardápio foi diversificado com opções de gastronomia caiçara. Um *site* foi desenvolvido para divulgar os roteiros culturais, e a presença nas redes sociais cresceu de 80 seguidores em 2023 para 931 em 2024. Também foi criada uma nova logomarca para o grupo de visitação, acompanhada por uma linha de produtos que celebram a fauna, flora e expressões culturais locais. Em breve, será lançado um material audiovisual promocional.

8 NOVOS ROTEIROS CULTURAIS

AUMENTO DE 170% EM ATENDIMENTOS A GRUPOS ORGANIZADOS

c) Acordo com a Terra indígena Jaraguá – o Estado de São Paulo, a União Federal e a comunidade indígena do Jaraguá assinaram um acordo histórico, resultado de ação

civil pública movida pelo Ministério Público Federal. O pacto foi mediado pelo Tribunal Regional da 3ª Região e garante a coexistência entre os direitos do povo indígena e a preservação do Parque Estadual. O acordo prevê um plano de administração territorial com diversas medidas, incluindo: livre circulação dos indígenas, manejo sustentável de recursos, proibição da caça, captação de água para aldeias, capacitação de indígenas como monitores e brigadistas e esforços para recuperar nascentes e despoluir o rio Ribeirão das Lavras. Novas aldeias só poderão ser instaladas mediante planejamento prévio, respeitando a resiliência ambiental da área. Esse pacto representa um avanço no diálogo entre gestores e comunidades indígenas, promovendo um ambiente de colaboração para um futuro mais sustentável.

d) Acordo Quilombo da Fazenda – em 2024, foi formado o fórum de acompanhamento da execução e da construção colaborativa da minuta do plano de uso tradicional para as áreas que permanecem como Parque Estadual da Serra do Mar. Além disso, foram conduzidas, ao longo do ano, vistorias na área destinada à recategorização como RDS, visando à elaboração do plano de ocupação, que consiste no planejamento e dimensionamento dos sistemas de saneamento, gestão de resíduos e viário. Esses últimos serão finalizados em 2025, conjuntamente com a criação da RDS.

e) Implantação do acesso à comunidade de Bombas – obra emergencial de melhorias no acesso à comunidade de Bombas, que consistiu na recuperação de 2 km da estrada, ligando a SP-165 ao Barro Preto, concluída em 22 de maio de 2024. Em paralelo, avançam as etapas para implantação do novo acesso, com o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA, protocolado em 23 de outubro de 2023, e a Licença Prévia – LP, emitida pela CETESB em 26 de abril de 2024. Em 16 de outubro de 2024, foi protocolado o pedido de Licença de Instalação – LI junto ao Plano Básico Ambiental – PBA e o projeto atualizado, com melhorias realizadas pelo DER, seguido de nova submissão à CETESB-ASV em 21 de outubro. A Licença de Instalação – LI foi emitida em 23 de dezembro de 2024; por sua vez, o DER prepara o Termo de Referência para contratar uma empresa de engenharia que executará a obra definitiva de acesso à comunidade de Bombas.

EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

1. Programa Escola-Parque

Ancorado no Programa de Alfabetização Ambiental, o Projeto Escolas nos Parques busca incentivar a visitação de escolas públicas estaduais nos parques urbanos, parques estaduais e demais áreas protegidas do Estado, bem como a utilização desses espaços educadores no desenvolvimento da conscientização ambiental dos estudantes da rede de ensino. Como ação incentivada pela atual gestão da SEMIL, o projeto envolve a Secretaria de Educação – SEDUC, a FF e a CPP. A Coordenadoria de Educação Ambiental estruturou sua participação no apoio, articulação e desenvolvendo ações de curto prazo (2023) – divulgação dos parques, de maneira direta e personalizada à rede de ensino –, médio

prazo (2024) – desenvolvimento de 36 roteiros pedagógicos personalizados para a rede de ensino – e longo prazo (2025 e 2026) – elaboração de roteiros virtuais.

Em 2024, iniciou-se o contrato para elaboração de roteiros de visitação pedagógica para os parques urbanos administrados pela CPP. O empenho de contratação para tal finalidade ocorreu ainda no final de 2023. Enquanto novas ações estão sendo desenvolvidas, o Programa disponibiliza informações sistematizadas sobre os parques urbanos estaduais aptos à visitação escolar e respectivas informações básicas sobre localização, infraestrutura e roteiros pedagógicos disponíveis em cada área.

2. Educação Ambiental nas Rodovias

De forma transversal e integrada, no tema de meio ambiente e rodovias, em 2024, o DER atuou com o *Escape Room*, uma ação que foi criada e projetada para complementar as atividades e abordar temas relevantes que podem comprometer a segurança no trânsito, entre eles as consequências da degradação ao meio ambiente.

O DER *Escape Room* é uma atividade lúdica colaborativa que, para além da sua função de espaço de entretenimento, é utilizado para agregar informações e conhecimento por meio de uma experiência imersiva, diferenciada e divertida, ocupando o espaço de um caminhão baú, equipado com recursos audiovisuais e recursos de iluminação e planejado para rápidas montagens e desmontagens. Os participantes são transportados a um espaço imersivo pautado por uma história instigante, cuja atratividade prende a atenção dos participantes ao mesmo tempo que estimula o aprendizado, motiva comportamentos e cria uma sensação de recompensa e cumprimento do dever. Nesse contexto, os jogadores se depararam com um mistério, cuja solução depende do trabalho em equipe para que sejam descobertos os principais elementos envolvidos em um acidente de trânsito.

Escape Room DER

Além da atuação em municípios, também foram desenvolvidas atividades acompanhando as Operações Especiais durante o Verão, Inverno, Festa do Peão de Barretos, Parque Juquery (em conjunto com a Fundação Florestal) e na Academia da Força Aérea em Pirassununga.

Nas ações do projeto de Educação para o Trânsito (DER na Escola), também foi ressaltado o tema de meio ambiente, sobretudo, em relação à relevância da conscientização sobre a preservação ambiental, tanto como ferramenta de segurança viária quanto para o estímulo ao comportamento de cidadãos atuantes, que cuidam da sua comunidade e se preocupam com o futuro do planeta. Ainda, destaca-se a parceria no âmbito do programa "SP Sem Fogo", para prevenir e combater incêndios florestais e queimadas, e a abordagem da importância das passagens de fauna para a segurança dos animais e a redução de acidentes nas rodovias.

Dessa maneira, cerca de 8.500 pessoas foram impactadas pelas ações desenvolvidas.

3. Capacitação do Zoneamento Ecológico-Econômico para os Municípios

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP foi instituído pelo Decreto nº 67.430/2022 e, a partir de então, deu-se início à etapa de implementação do instrumento. O Plano de Implementação do ZEE-SP prevê estratégias de articulação institucional e planos de ação voltados a segmentos e atores distintos, que objetivam disseminar suas finalidades, produtos, aplicações e ferramentas. Dessa forma, esses planos contribuem para o alcance dos objetivos do ZEE-SP, subsidiando a elaboração, revisão e implementação de políticas públicas, o planejamento de investimentos públicos e privados e os processos de fiscalização, compensação, recuperação, restauração e licenciamento ambientais.

O Programa de Capacitação de Municípios integra o Plano de Ação para Municípios e foi oficialmente lançado em junho de 2023. Seu objetivo é capacitar agentes públicos municipais para que se apropriem do ZEE-SP, suas finalidades e formas de utilização nas políticas locais e regionais. É executado em oficinas de dois dias, que abrangem os produtos do ZEE-SP, suas bases legais, conceituais e metodológicas, a RedeZEE-SP e sua interface com políticas públicas locais e regionais.

Em 2024, foram realizadas 7 oficinas do Programa de Capacitação de municípios, com a participação de 173 técnicos, representando 108 municípios. A RedeZEE, Plataforma de Gestão do Território e Integração de Informação Territorial,

faz parte das oficinas de capacitação do ZEE-SP e, em 2024, somou mais de 177 mil acessos únicos no ano. As oficinas realizadas percorreram as 9 zonas ecológico-econômicas do ZEE-SP, tendo sido bem avaliadas pelos participantes e atingindo seus objetivos, possibilitando a apreensão de conteúdos, a aplicação de formas de utilização do instrumento e o estabelecimento de correlações com políticas públicas locais e regionais.

4. Contratações Sustentáveis

O ano de 2024, em relação aos procedimentos licitatórios, foi marcado pela transição da antiga para a nova lei de licitações e contratos, inclusive, com a mudança do sistema utilizado. Até 2023 era utilizado o sistema BEC – Bolsa Eletrônica de Compras, do Estado de São Paulo, o qual utilizava códigos de itens próprios, onde parte dos itens cadastrados recebiam o selo "socioambiental" do Estado.

Assim, passou-se a utilizar o sistema federal Compras.gov. Nesse sistema, não é mais utilizada a codificação de itens do Estado, sendo usado um cadastro de itens da União, com selo ambiental próprio.

Nesse contexto, as Unidades da Pasta estão sendo orientadas para que, em todos os procedimentos de contratação, seja efetuada busca de itens que atendam suas demandas e que tenham o referido selo.

5. Difusão, Formação e Qualificação na Educação Ambiental

Em 2024, destacam-se as ações da Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA no âmbito do atingimento das metas dos Produtos do PPA de Produção e Difusão; Capacitação e Formação; Qualificação e Orientação; e Monitoramento da Educação Ambiental no Estado de São Paulo.

No âmbito das ações de Produção e Difusão, destacam-se o Portal de Educação Ambiental, alcançando 2.000.600 acessos pelos diversos conteúdos que a plataforma disponibiliza para o usuário, bem como a criação das seções do "Ei, Professores!", propiciando a reunião de conteúdos especializados para esse público; "Onde Tem EA?", com informações sobre Cetras e Ecopontos; e a seção EaD, reunindo conteúdos novos de capacitações a distância. Juntamente com os demais conteúdos – incluindo publicações de textos, dicionário ambiental, calendário ambiental e materiais audiovisuais –, foram totalizadas 613 produções, reforçando o papel do Portal de EA como uma ferramenta completa de educação ambiental e apoio aos educadores.

Quanto aos materiais físicos, convém mencionar a atualização e impressão das publicações "O Hábito Faz o Lixo" e Caderno nº 8 - Desastres Naturais, da série de Cadernos de Educação Ambiental, com 505 distribuições em eventos.

2 MILHÕES DE ACESSOS AO PORTAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Evento relevante em 2024 foi a participação e a organização de um evento paralelo ao Congresso Mundial ICLEI 2024 – Governos Locais para a Sustentabilidade –, com a sessão temática "A importância dos Centros de Educação Ambiental como referencial para o desenvolvimento de atividades junto à comunidade nos municípios". O evento foi transmitido ao vivo pelo Portal de Educação Ambiental, alcançando 999 visualizações.

Outra ação foi o lançamento, por Edital, do concurso de redação "ADAPTA Escola SP: Mudanças Climáticas e as Ações das Comunidades Escolares do Estado de São Paulo", em conjunto com a SEDUC, voltado para estudantes da rede pública estadual. O concurso teve por objetivos: engajar os estudantes nos diálogos sobre os desafios socioambientais nas suas comunidades escolares, de modo que contribuam para o enfrentamento da crise climática; propiciar que os estudantes, por meio das produções textuais, descrevam as ações de mitigação e adaptação realizadas nas suas comunidades escolares; e possibilitar que os estudantes tenham voz ativa e protagonismo na proposição de ações voltadas para as suas comunidades escolares, de forma que possam participar da mobilização global de enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas. Venceram o concurso nove redações, sendo escolhidas três por categoria de nível escolar. Além de cada estudante do grupo que elaborou a redação vencedora, também foram premiados a escola e o(a) professor(a) orientador(a).

Também foram destaque as parcerias firmadas em 2024 com a Ordem dos Advogados do Brasil e com o Movimento Circular, a fim de ampliar a troca de conteúdos com o Portal de Educação Ambiental, além de propiciar o desenvolvimento de novos conteúdos e ações em prol das temáticas relacionadas.

Fruto de outra parceria já tradicional da CEA, foram as exibições da Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental, dos documentários "Lixo Mutante" (2022), inovando como a primeira exibida também na versão *on-line*; e "Solo Fértil" (2020), ampliando o alcance *on-line* para 45 municípios e 2.488 espectadores, com apoio do Programa Município Verde Azul, além da transmissão pelo Portal de Educação Ambiental, ambos totalizando 3.167 acessos entre documentário e o debate do tema com especialistas convidados.

No âmbito das ações de Capacitação e Formação, destacam-se a ampliação de capacitações de curta duração para municípios, como são os exemplos do Curso de Qualificação de Educadores Ambientais, de iniciativa da Coordenadoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Pedro, em parceria com a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agências da Bacia PCJ, com apoio da Coordenadoria de Educação Ambiental; e da "Capacitação em Desenvolvimento das Políticas Públicas Ambientais Municipais", desenvolvido em parceria com o Programa Município Verde Azul, e especialistas de diversas áreas da SEMIL, CETESB e outros órgãos de Estado, oferecendo conteúdo técnico e prático para capacitação de gestores municipais na implementação de políticas ambientais sustentáveis em seus municípios, prevendo aulas *on-line* ao vivo e certificação ao final. Em 2024, foram capacitados agentes de 165 municípios.

Outros cursos que mantém uma boa média de participantes são os cursos autoinstrucionais a distância de SISTEMAS AGROFLORESTAIS – SAF: Princípios e Introdução à Metodologia de Implantação da Agrofloresta Sucessional, voltado aos produtores rurais, profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, estudantes e interessados em geral. Em 2024, contou com a matrícula de 489 alunos e mais de 19 mil usuários cadastrados desde seu início. Também convém mencionar o curso em EaD de Educação Ambiental para Gestores e Formuladores de Políticas Públicas de Meio Ambiente, inaugurado em junho/2024, que já conta com mais de 2.000 usuários cadastrados.

Da mesma forma, são ações desse produto também os Diálogos do Programa de Alfabetização Ambiental para os profissionais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, totalizando 2.908 visualizações até o momento, abordando as temáticas de conservação da biodiversidade, resíduos sólidos, mudanças climáticas, preservação de recursos hídricos e energia, com especialistas convidados e o constante apoio da Coordenadoria Pedagógica e da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo, além do Participe! Bate-papo Ambiental Online, que aborda temas socioambientais relevantes, que contou em 2024 com 07 edições e 11.436 acessos, gerando cerca de 923 interações do público.

Em se tratando das parcerias, menciona-se mais uma edição do Programa de Mobilidade Virtual São Paulo/Brasil & Aichi/Japão, uma das ações fruto da parceria renovada em 2023 entre os dois governos, sendo coordenado conjuntamente pela CEA e pela Assessoria de Mudanças Climáticas e Relações Internacionais, promovendo um intercâmbio científico e cultural em formato remoto (virtual) entre jovens dos dois países, acontecendo em 2024 o encerramento da terceira edição e início da quarta,

abordando a temática de “Práticas socioculturais e a relação com a conservação da biodiversidade”. Outra parceria executada foi o convênio com a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) para o desenvolvendo de ações de atendimento às metas de educação ambiental do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

No âmbito do programa de Monitoramento da Educação Ambiental no Estado de São Paulo, a CEA conta com o contrato entre SEMIL e a empresa IMAGEM para o apoio e orientação técnica no desenvolvimento da plataforma de monitoramento e alimentação de dados geoespaciais, por meio do ambiente *ArcGIS Enterprise*, a considerar também a alimentação e manutenção constante de informações *on-line* com potencial futuro de geração de diagnósticos a partir dos conteúdos reunidos. Um primeiro esboço já se encontra disponível para visualização pelo público em geral no Portal de Educação Ambiental.

Da mesma forma, a FF também contribuiu para as ações de educação ambiental. Em 2024, o Projeto “Pró-Espécies: Todos Contra a Extinção” levou à criação dos Planos de Ação Territorial – PAT Cinturão Verde de São Paulo e Caminhos das Tropas, que visam a conservação e restauração dos ecossistemas. A Fundação Florestal participa ativamente dos grupos de trabalho, destacando-se a atuação da Assessoria Técnica de Educação Ambiental e do Programa Abelhas Nativas no PAT Cinturão Verde.

Foram realizadas duas expedições nas UCs PE Juquery e Mosaico de UC Jureia Itatins, resultando na elaboração de uma lista de espécies de abelhas registradas. Além disso, está sendo desenvolvido um “Plano de Ação para Conservação de Espécies Ameaçadas”, que incluirá diretrizes para um Plano de Educação Ambiental integrado à conservação da fauna silvestre do Estado de São Paulo. No PAT Caminhos das Tropas, foi elaborado um folder com orientações para meliponicultores sobre o cadastro no Sistema Integrado de Gestão da Fauna – Gefau.

A participação da Fundação Florestal em fóruns de Educação Ambiental – EA tem sido fundamental, com destaque para a finalização da minuta do Programa Estadual de EA, que está em avaliação para publicação. Em 2024, também foi realizado o lançamento de materiais educativos digitais e impressos em parceria com a USP e a UFABC, envolvendo quatro Unidades de Conservação e promovendo a articulação de saberes. As ações de EA são integradas a diversos programas da Fundação, incluindo a elaboração do Programa de EA da Estação Ecológica de Ibicatu e a inauguração do Espaço APA Cuesta Corumbataí. Além disso, a Fundação participou do evento Green Nation, contribuindo no planejamento, na capacitação de monitores e na elaboração de materiais educativos.

A Fundação também modernizou o processo de formação de monitores ambientais autônomos e, em 2024, novos monitores ambientais estão sendo cadastrados, bem como aqueles que já atuam nas Unidades de Conservação estão sendo atualizados. Destaca-se a retomada da parceria com o Centro Paula Souza para incorporar o Módulo II à plataforma Mooc, o que contribuirá para alcançar um público maior. Essa ação visa superar um dos principais desafios, que é engajar a sociedade como um todo, fortalecer as áreas protegidas como espaços educadores, valorizar os saberes locais e contribuir para a geração de emprego e renda para a população local.

Na mesma direção, a Companhia Docas de São Sebastião possui um Programa de Educação Ambiental – PEA que tem o objetivo de implementar processos de ensino aprendizagem junto aos seus públicos, visando contribuir para a sensibilização dos atores quanto à sua relação com o território, em especial no que diz respeito às questões socioambientais, fortalecendo o controle da gestão ambiental, o desenvolvimento sustentável da região e fomentando a atuação nos espaços de participação popular. A adoção da metodologia participativa visa ao envolvimento ativo dos participantes, por meio da exposição dialogada e buscando soluções coletivas. Tal metodologia implica a horizontalidade do processo de ensino aprendizagem e o protagonismo dos participantes, resultando na interação social entre os sujeitos envolvidos, considerando suas vivências e a construção coletiva do conhecimento.

A execução da metodologia ocorre a partir de sete subprogramas, sendo eles:

a) Monitoramento Ambiental Comunitário – MAC: Busca a promoção da autonomia dos atores locais nos processos de monitoramento e fiscalização ambiental das atividades econômicas presentes na região;
b) Educação Ambiental Articulada: Apresenta o Programa de Controle e Monitoramento de Espécies Invasoras, suas metodologias, ações executadas e os resultados provenientes do programa ao público de interesse de forma clara, esclarecendo dúvidas;
c) Formação de Gestores Ambientais: Promove, em apoio ao Monitoramento Ambiental Comunitário, oficinas de capacitação em gestão ambiental, de forma com que o público de interesse possa identificar corretamente a ocorrência de não conformidades durante os monitoramentos e fiscalizações e acessar os procedimentos de denúncia;
d) Oficinas de Organização Social: Apoia a formação e o fortalecimento de associações comunitárias, auxiliando o público de interesse no acesso aos diferentes órgãos, instituições e entidades;
e) Ações Educativas na Comunidade do Araçá: Promove ações de educação ambiental voltadas para o desenvolvimento da valorização e preservação ambiental na baía do Araçá;
f) Fomento à Gestão de Resíduos Sólidos: Incentiva a gestão de resíduos sólidos entre os atores locais, destacando a importância desse movimento nos processos de preservação ambiental; e
g) Sala Verde: Fomenta o desenvolvimento de boas práticas ambientais, por meio da efetividade das campanhas de educação ambiental no território.

Em 2024, merece destaque a realização da Oficina de Formação de Gestores Ambientais, focada na Matriz de Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais – MAAIA, destinada aos colaboradores do Porto de São Sebastião. Essa iniciativa integra o Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores – PEAT, promovendo a capacitação e o fortalecimento da consciência ambiental entre os gestores e trabalhadores do Porto.

Também em 2024, convém mencionar a capacitação em recursos hídricos por meio do Programa Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos – Capacita-SIGRH, em parceria com o SENAC. Ao todo, foram realizados 6 cursos em 2024, com 3 turmas no curso “Excel Com Business Intelligence”, 2 turmas no curso “Power BI” e uma turma para os cursos “MS Project- Gestão de Projetos”, “Antropoceno e as

Mudanças Climáticas", "Geotecnologias Ambientais" e "Saneamento e a Interconexão dos Resíduos Sólidos e Recursos Hídricos".

Por fim, mencionam-se as ações de educação ambiental desenvolvidas pela SP-Águas, como a Escola das Águas. Esse é um projeto da SP-Águas com o objetivo de disseminar o conhecimento e a promoção de práticas conscientes para a preservação da vida e o desenvolvimento sustentável.

Em homenagem ao Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, a Escola das Águas organizou o seminário "Água: Nosso Bem Mais Precioso". O evento contou com a participação de renomados especialistas e teve como objetivo central fomentar o debate e a troca de conhecimento sobre os recursos hídricos. O conteúdo abrangeu cursos como "Desmistificando a Outorga para o público", "Gestão de Recursos Hídricos para parlamentares" e "Geoprocessamento em recursos hídricos". Além de debates com temas como "Experiências e desafios da drenagem urbana e o papel da educação na formação de consciência do lixo às águas" e "Regulação das Águas".

Anualmente, em 5 de junho, é celebrado o dia de conscientização sobre a importância da preservação dos recursos naturais. A SP-Águas, durante esta importante data, realizou a Conferência EcoCidadã por meio da Escola das Águas, reforçando a importância da educação ambiental. Esse encontro teve como objetivo discutir a importância do debate sobre as mudanças climáticas, os impactos das mudanças climáticas no litoral paulista e a resiliência as cidades aos eventos extremos.

Seguindo a programação, a agência realizou uma visita monitorada ao Parque Ecológico do Tietê para discutir a importância das áreas verdes como importante ator na preservação da fauna e flora da várzea do rio Tietê. Essas atividades colaboram com o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, adequando o crescimento econômico com a conservação ambiental.

6. Pesquisas ambientais

O desenvolvimento das pesquisas ambientais no âmbito da Secretaria é realizado pelo Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA e pela Coordenadoria de Fauna Silvestre. Abaixo são apresentadas as atividades no âmbito destas duas áreas.

Em 2024, estavam em execução 380 projetos de pesquisa científica, sendo 184 novos, aprovados pelo Conselho Científico do IPA somente nesse período. Dos 380 projetos em execução, 258 são externos ao IPA, 88 são internos (coorde-

380 PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA

184 NOVOS PROJETOS

nados por funcionários do IPA) e 34 mistos (com participação de profissionais do IPA e externos ao IPA).

Dos 122 projetos de pesquisas internos e mistos somados, 61 são vinculados ao Núcleo de Conservação da Biodiversidade, 19 ao Núcleo de Geociências Gestão de Riscos e Monitoramento Ambiental, 10 ao Núcleo de Restauração Ecológica e Recuperação de Áreas Degradadas e 32 ao Núcleo de Uso Sustentável de Recursos Naturais, núcleos de pesquisa esses vinculados ao Centro de Pesquisas do IPA. Cerca de 80% das pesquisas do IPA estão concentradas nas áreas de Geociências, Botânica, Recursos Florestais, Engenharia Florestal e Ecologia.

No período, os projetos de pesquisas foram desenvolvidos em 12 Parques Urbanos, 30 Áreas de Proteção Ambiental, 5 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 25 Estações Ecológicas, 18 Estações Experimentais, 17 Florestas Estaduais, 3 Monumentos Naturais Estaduais, 46 Parques Estaduais, 6 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 2 Reservas Biológicas, 2 Reservas Extrativistas e 2 Refúgios de Vida Silvestre.

As pesquisas externas são em sua maior parte vinculadas às Universidades localizadas no Estado de São Paulo, com destaque para Universidade Estadual Paulista – UNESP, Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Universidade Federal do ABC – UFABC, às Instituições de Pesquisa como Instituto de Pesca, Pasteur, Butantã, além de outros órgãos e entidades ambientais de pesquisa. Também, há pesquisas vinculadas às Universidades dos Estados de Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O Conselho Científico do Instituto de Pesquisas Ambientais desempenha o papel crucial de analisar e julgar projetos de pesquisa concebidos nas áreas abrangidas pelo Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR (Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006 alterado pelo Decreto nº 65.274, de 26 de outubro de 2020). Esses projetos, que podem ser elaborados tanto por pesquisadores externos quanto pelo corpo técnico-científico interno do Instituto de Pesquisas Ambientais, englobam uma ampla gama de colaborações. Desde a instalação em 2021, o Conselho Científico já analisou 529 projetos de pesquisa desenvolvidos em áreas integrantes do Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e outras localidades, sendo que cerca de 35% dos projetos são desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas Ambientais.

Em 2024, foram analisados 193 projetos de pesquisa pelo Conselho Científico, durante 10 reuniões ordinárias realizadas mensalmente. O referido conselho avançou significativamente em sua autonomia operacional, aumentando a eficiência nas análises e nos julgamentos realizados pelo Plenário. Como resultado, não houve passivo negativo de projetos em tramitação, o que trouxe mais organização ao fluxo de trabalho, permitindo que as atividades fossem executadas com o menor número possível de reuniões.

O Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente do IPA (Nível 5 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES), des-

tinado ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e de pesquisa, conta atualmente com 50 alunos matriculados, sendo 16 em nível de mestrado e 33 doutorandos. Em 2024, foram realizadas 21 bancas de qualificação (7 de doutorado e 14 de mestrado) e oferecidas 19 disciplinas, abrangendo temas essenciais na área de conservação ambiental.

Dentre os recursos recebidos, em 2024, o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) foi contemplado com R$ 48.344,00. Esse auxilio destina-se a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A formação de recursos humanos também ocorreu em nível de Iniciação Científica (IC), por meio da captação de recursos na forma de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq mediante o Programa de Iniciação Cientifica - PIBIC. Em 2024, foram concluídos 10 projetos de IC.

No ano de 2024, o número de bolsas foi ampliado para 26, ou seja, um aumento de mais de 100% em relação ao ano anterior, por meio da aprovação de 3 propostas submetidas ao CNPq. Foram concedidas 11 Bolsas do PIBIC-Ensino Superior; 4 Bolsas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- PIBITI, cuja finalidade visa estimular estudantes do ensino superior com desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação; e 11 Bolsas PIBIC – Ensino Médio, cujos projetos visam desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.

No contexto das pesquisas desenvolvidas pelo IPA, foram publicados 291 trabalhos científicos, sendo: 89 artigos em periódicos internacionais; 50 artigos em periódicos nacionais; 109 resumos em eventos científicos; 07 livros; 17 capítulos de livros; 04 manuais e boletins; e 13 notas científicas.

No período, foram registradas 18 participações do corpo técnico do IPA como membro de corpo editorial em periódicos internacionais e 19 participações em periódicos nacionais, com 113 revisões de artigos para periódicos internacionais e 74 para periódicos nacionais. Foram realizadas 6 supervisões de pós-doutorado e 138 orientações de alunos (em iniciação científica, mestrado e doutorado), além de 101 participações em bancas examinadoras (doutorado, mestrado, qualificação, Trabalho de Conclusão de Curso e concursos).

O corpo técnico do IPA ministrou 153 disciplinas, palestras e cursos. Também participou de 59 eventos científicos (internacionais, nacionais e regionais) com apresentação de trabalhos e 89 participações em eventos científicos sem apresentação de trabalhos, além de 42 participações na organização de eventos científicos.

Ainda, houve 571 representações institucionais em colegiados (Conselhos, Grupos de Trabalho, direção de Sociedade Científica, responsabilidade com coleções científicas e laboratórios, entre outros), 463 pareceres para agências de fomento à pesquisa (como FAPESP, CNPq e CAPES) e 264 pareces para órgãos públicos, incluindo pareceres internos no IPA.

Já no eixo de fauna silvestre, destaque para a participação da Coordenadoria de Fauna Silvestre em 14 eventos técnico-científicos e 6 bancas examinadoras; realização de 1 disciplina de mestrado profissional e 7 palestras/aulas em universidades e cursos técnicos; e orientação de 3 alunos de mestrado, 6 voluntários, 4 estagiários e 1 bolsista de inovação tecnológica. Foi efetuada a revisão de 6 manuscritos submetidos em periódicos científicos, publicação de 08 artigos em periódicos internacionais e apresentação de 3 resumos em congressos e eventos. Em 2024, foram analisados e aprovados 6 projetos de pesquisa de proponentes externos, estando dois sob avaliação.

O Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna – PPG-CFau teve a aprovação de 10 novos alunos, além de 12 dissertações de mestrado defendidas.

Entre as atividades científicas, além da execução de projetos próprios, a CFS manteve atividades junto às seguintes instituições, com parceria firmada: Universidade Federal de Catalão e Programa de Conservação Mamíferos do Cerrado, Fazenda Acaraú, *Scientia Lab*, Fundepag, entre outros. Além disso, participou dos seguintes eventos científicos: XXV Congresso Brasileiro de Reprodução Animal, XI Workshop do Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna e London Calling: Oxford Nanopore Technologies (virtual). Por fim, menciona-se que a CFS tem participação no corpo docente e de orientadores do Programa de Pós-Graduação em Conservação de Fauna (PPGCFau/UFSCar).

No tocante à SP-Águas, a Escola das Águas também incentiva a produção de artigos técnicos e pesquisas inovadoras que contribuam para o avanço do conhecimento e das práticas na área. Comprometida com a excelência, a escola é responsável pela seleção e revisão cuidadosa dos trabalhos submetidos, assegurando a qualidade e a relevância dos conteúdos. Os temas abordados incluem: gestão de recursos hídricos; saneamento básico e ambiental; tecnologias inovadoras em tratamento de água e esgoto; e educação ambiental e conscientização.

Em 2024, a SP-Águas teve a oportunidade de participar do evento ICS – *International Coastal Symposium* 2024, promovido pela *University of Doha for Science and Technology* – UDST no Qatar, com objetivo de disseminar, por intermédio da Escola das Águas, o conhecimento contemporâneo sobre os impactos e medidas mitigatórias quanto aos eventos extremos ligados às mudanças climáticas (elevação do nível do mar, aumento da severidade das ressacas marítimas e erosão costeira), para que seja possível identificar e diagnosticar a magnitude da vulnerabilidade da costa do Estado de São Paulo frente a essa realidade atual e futura.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

1. Melhoria da estrutura física

Em 2024, foram realizadas ações visando melhorias e ampliação da infraestrutura de pesquisa nas unidades do IPA na Capital, com os seguintes destaques: reforma do prédio do Anfiteatro na Unidade Jardim Botânico; implantação de salas de aula na Unidade Jardim Botânico; finalização da reforma da fachada dos Blocos da Unidade Vila Mariana; aquisição de material para instalação de bicicletário na Unidade Vila Mariana; adequação dos espaços disponibilizados para abrigar coleções científicas na Unidade Jardim Botânico; reforma do prédio para abrigar produtos químicos controlados na Unidade Jardim Botânico; e reforma do piso superior do Bloco C da Unidade Vila Mariana.

No tocante aos Grupos de Fiscalização Integrada, destacam-se os investimentos, em 2024, de R$ 3,8 milhões para a aquisição de 32 veículos, disponibilizados para prefeituras e CETESB, com a finalidade de apoiar as vistorias e operações de campo, além da continuidade dos serviços.

2. Núcleos de Inovação Tecnológica

Das atividades relacionadas aos Acordos e Parcerias do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT do IPA, destacam-se as formalizações dos seguintes ajustes: Acordo de Cooperação para Desenvolvimento de Programa de Ensino e Extensão para Apoio à Inovação; Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Melhoramento Genético) – Aditivo Helmut Schuckar; contrato para Prestação de Serviços Técnicos Especializados para “Prospecção de macroalgas marinhas com potencial para produção sustentável (cultivo e arribadas) de biomassa e de bioprodutos” com Instituto IBKK; e Acordo de Cooperação com Fundepag para Desenvolvimento de um Sistema Integrado para Gestão de Riscos e Desastres no Litoral Norte (SIGRD-LN), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O IPA, por meio de seu Departamento de Tecnologia e Inovação- DTI, inaugurou o 1º Viveiro de Mudas Florestais, oriundo de uma parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. O Viveiro Florestal da Floresta Estadual de Pederneiras, inaugurado em 27 de maio de 2024, é uma das entregas previstas no Projeto “Melhoramento e Conservação de Germoplasma Arbóreo de Rápido Crescimento”, objeto do Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (AP 003/2022) entre o Instituto de Pesquisas Ambientais e a empresa Helmut Schuckar, com interveniência da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – FUNDEPAG. Constitui uma significativa contrapartida do projeto para melhoria na infraestrutura da Floresta Estadual, contribuindo também para a continuidade de suas próximas etapas.

O viveiro possui uma estrutura composta de: Galpão Central, Área de Vivência, Estufa de Propagação Vegetativa e Germinação, Galpão de Apoio Logístico, Sistema de Irrigação e Reservatório de Água com Poço Artesiano, ocupando uma área de 5.000 m^2 e capacidade anual estimada de 500 mil mudas de Pinus (250 mil mudas semestrais) ou 1 milhão de mudas de Eucalipto (250 mil mudas trimestrais). Atualmente, estão sendo produzidas 200.000 mudas de Pinus, 25 mil mudas de Eucalipto e 10 mil mudas de Plátano, bem como enxertias de várias espécies de Pinus, espécies estas procedentes de outras unidades experimentais dos municípios de Assis e Itapetininga.

Em consequência, novos ensaios de pesquisa coordenados pelo IPA poderão ser instalados, bem como a formação de florestas mais produtivas. Do ponto de vista social, contribui para estimular e mobilizar a contratação e capacitação de mão de obra regional, além de agregar valor à cadeia produtiva. Os estudos e seus resultados visam, também, enfrentar os desafios das mudanças climáticas, proporcionando materiais mais adaptados a diferentes regiões, sendo eles resistentes a seca, a temperaturas elevadas, a doenças e pragas.

A Floresta Estadual de Pederneiras possui também coleção de bancos de germoplasma de espécies nativas geridas pelo IPA, que podem se beneficiar do Viveiro para multiplicação desse material, visando à diversificação na produção florestal, restauração ambiental e valorização da bioeconomia. Por fim, buscar-se-á atender às políticas públicas estaduais de reflorestamento, em especial, aquelas direcionadas às Unidades de Conservação do Sistema Estadual de Florestas.

Já o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT da CFS possui 04 contratos vigentes administrados pela FUNDEPAG, incluindo um acordo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a descoberta de novas moléculas a partir da Coleção Microbiológica e Genética de Biomas Brasileiros – CMGBB. Os laboratórios da CFS aumentaram o portifólio de exames para prestação de serviços, disponíveis no *site* https://labf.fundepag.br/.

3. Eficiência e Tecnologia

Em 2024, a CETESB implementou uma série de ações para fortalecer e aprimorar seus recursos tecnológicos. Tais ações têm por objetivo elevar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Nesse contexto foram lançadas as versões modernizadas do Mapa de Qualidade das Praias Litorâneas, do Mapa de Qualidade do Ar e a primeira versão do Mapa de Qualidade das Praias Interiores.

Acessíveis por toda população e disponíveis para computadores e dispositivos móveis, as novas soluções tecnológicas visam aprimorar a experiência de consulta aos dados atualizados dos monitoramentos ambientais de qualidade do ar, das praias litorâneas e das praias interiores, a partir de uma plataforma geoespacial de interface amigável, com novos recursos visuais, de navegação e visualização dinâmicas e interativas.

O novo Mapa de Qualidade do Ar traz uma interface atualizada, com recursos mais robustos de navegação e consulta, permitindo rápida visualização da qualidade do ar nas estações monitoradas pela CETESB, distribuídas em todo território Paulista. O mapa pode ser acessado em CETESB - Mapa de Qualidade do Ar.

O novo Mapa de Qualidade das Praias Litorâneas permite, de forma interativa e dinâmica, consultar as informações relacionadas à balneabilidade das praias paulistas. Uma das facilidades que o novo Mapa oferece, além da localização georreferenciada junto com a classificação da praia – Própria ou Imprópria –, são os campos de filtro e busca, que permitem ao usuário acessar as regiões, municípios e praias de interesse. O mapa pode ser acessado em CETESB - Mapa de Qualidade das Praias Litorâneas.

O mapa de Qualidade das Praias Interiores é a primeira versão da plataforma dinâmica e interativa de dados de qualidade das águas superficiais das praias de rios e reservatórios, nos locais monitorados pela CETESB no território Paulista. A interface permite rápida visualização da qualidade das praias interiores nos locais monitorados pela CETESB. O mapa pode ser acessado em CETESB - Mapa de Qualidade das Praias Interiores.

Adicionalmente, a CETESB apresentou seu Catálogo de Dados Abertos, disponível na página Catálogo de Dados Abertos. A ferramenta reúne informações de dados históricos relacionados à qualidade do ar, águas superficiais e águas subterrâneas, além da evolução do saneamento básico no estado.

Também em 2024, o SIMQUA – Sistema Integrado de Monitoramento de Qualidade das Águas, foi lançado pela CETESB, com a disponibilização de informações de 22 estações em tempo real, que podem ser acessadas por toda a população. A plataforma do SIMQUA pode ser acessada em https://simqua.cetesb.sp.gov.br/.

Primando pelo princípio da publicidade e da transparência do setor público, a SEMIL desenvolveu e mantém uma série de painéis que agregam informações da Administração de uma forma espacializada no território paulista. As informações são automaticamente atualizadas com base nos bancos de dados da Secretaria e compõem painéis amigáveis para consulta da população, órgãos de controle, pesquisadores e imprensa. As ferramentas também cumprem o papel de apoiar a gestão dos diferentes setores técnicos para o acompanhamento de suas metas e ajustes que se fizerem necessários para maior eficiência das políticas públicas. Destacam-se a seguir os principais painéis geoestatísticos de acompanhamento da proteção ao meio ambiente.

- Painel de Infrações de Fogo e Balões, produzido pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, com informações dos Autos de Infração Ambiental lavrados pela Polícia Militar Ambiental no Estado de São Paulo a partir de 2014, com classes FOGO e BALÕES, confirmados nas fases do processo administrativo ou que aguardam consolidação, conforme Decreto Estadual nº 60.342/2014 e Decreto Estadual nº 64.456/2019. Os dados de 2024 são parciais e passíveis de atualização (Infrações de Fogo e Balões).
- Painel dos Incêndios Florestais, produzido pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, com base nos Boletins de Ocorrência de Incêndio Florestal - BOI registrados a partir de 2020, pelas Unidades de Conservação e Áreas Protegidas do

estado de São Paulo, no âmbito da Operação São Paulo Sem Fogo, via Sistema de Proteção Ambiental Integrada (SIPAI) (Incêndios Florestais em Áreas Protegidas).

- Painel de Adesão de Municípios, produzido pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, a partir de informações autodeclaratórias encaminhadas pelos municípios aderentes à Operação São Paulo Sem Fogo. A adesão é um compromisso voluntário que as prefeituras paulistas assumem junto à SEMIL para inserirem ações de prevenção e combate aos incêndios florestais no planejamento e na gestão ambiental do território sob sua jurisdição. Dados atualizados semanalmente (Adesão de Municípios).
- Painel Verde, instrumento de compartilhamento de dados e informações que possibilitam o acesso público e o monitoramento, no território paulista, de áreas protegidas, da cobertura vegetal nativa, de áreas em restauração ecológica, recomposição ou recuperação ambiental, de áreas com supressões autorizadas e de áreas com intervenções irregulares autuadas. O Painel está organizado em plataformas que apresentam dados oficiais e iniciativas da sociedade civil, especialmente para restauração de ecossistemas e paisagens, permitindo o acesso público e contribuindo para a avaliação da proteção, conservação, incremento e supressão de vegetação nativa em todo o território do estado de São Paulo, e para a identificação de cenários e situações nas distintas regiões e municípios visando subsidiar a tomada de decisões e a elaboração de políticas públicas ambientais (Painel Verde).

4. Concurso CETESB

Em reconhecimento da necessidade de fortalecer o sistema de proteção ambiental do Estado de São Paulo, foi aprovado o concurso para ingresso de novos empregados na CETESB.

Com a aprovação pelo Governador em 2023, contemplando 224 vagas, deu-se início às etapas de realização do concurso, culminando na contratação de 53 técnicos de nível médio, alocados em suas respectivas áreas, além de 64 analistas de nível superior. O concurso prevê ainda a admissão de 1 técnico e 6 analistas, que estão em processo de contratação.

53 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

64 ANALISTAS DE NÍVEL SUPERIOR

5. Planejamento Ambiental

Quanto às Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRMs, (Lei Estadual nº 9.866/97), as minutas de projetos de lei específicas das APRMs Jaguari, Guaió e Cabuçu–Tanque Grande, propostas respectivamente pelos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs

Paraíba do Sul e Alto Tietê, foram avaliadas pela Comissão Temática de Políticas Públicas do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, tendo sido aprovados os respectivos relatórios. Atualmente, as minutas em tela estão sendo analisadas pela Câmara Técnica de Planejamento – CTPLAN do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH.

Com relação ao acompanhamento da política de gerenciamento costeiro, em 2024, no setor costeiro do Litoral Norte, foram realizadas 04 reuniões plenárias do Grupo Setorial e 10 reuniões das Comissões Temáticas com foco no processo de elaboração do Plano de Ação e Gestão, abordando temas como comunicação qualificada e transformadora, justiça ambiental e mudanças climáticas. Além disso, foi realizada avaliação do alcance das metas do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC, integração dos zoneamentos marinhos do Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo – GERCO e da APA Marinha do Litoral Norte e o lançamento, em parceria com o IPA, do Atlas de Risco Litoral Norte para 02 Bacias Hidrográficas em São Sebastião (Sahy e Boiçucanga) e 01 Bacia em Ubatuba (Itamambuca). Já na Baixada Santista, foram realizadas 07 reuniões plenárias no Grupo Setorial, com enfoque na revisão do ZEEC da região e apresentação para integração das discussões do GERCO com o PEARC.

Ao longo de 2024, também foram realizadas articulações e acompanhamento das discussões interestaduais com o governo federal sobre o Planejamento Espacial Marinho (PEM) da região Sudeste e do Projeto Orla.

No âmbito da Sistematização e Difusão de Dados e Informações Ambientais Territoriais, cabe salientar que o DataGEO atingiu mais de 860 mil acessos em 2024, superando a meta estabelecida no PPA de 306.024 acessos únicos para o ano. Em 2024, foram disponibilizadas e publicadas 74 novas informações na Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – IDEA-SP. Na edição de 2024 do Relatório de Qualidade Ambiental – RQA, são expostos 157 indicadores e 65 Planos, Programas e Projetos do Sistema Ambiental Paulista, o qual disponibiliza um acesso interativo a alguns dos indicadores que compõem a publicação completa, como também são apresentados dados históricos para alguns indicadores. Em 2024, foram atualizados o conjunto de oito *dashboards*.

6. Programa Município VerdeAzul

Em 2024, o Programa Município VerdeAzul contou com uma nova regulação, editada por meio da Resolução SEMIL nº 36, de 31 de março de 2024, e Manual de Orientações, que tem como objetivo auxiliar os municípios paulistas na elaboração de suas agendas ambientais, a partir da definição de ações a serem desenvolvidas pelas prefeituras em dez temas ambientais estratégicos, chamados de Diretivas. A normativa foi elaborada

de forma participativa, ouvindo os municípios e especialistas do Estado, visando fortificar as políticas estaduais e municipais e a capacidade de aproximar a realidade dos municípios com as políticas de meio ambiente.

Em abril, foi publicado o edital de seleção de concessão do Prêmio Governador Franco Montoro, no âmbito do PMVA. Nessa edição especial, 17 prefeituras foram reconhecidas por suas iniciativas que resultaram em 19 projetos inovadores, focados em SbN - Soluções baseadas na natureza. Esses projetos estão agrupados em quatro categorias, sendo elas: reflorestamento urbano, proteção da biodiversidade, gestão das águas e agricultura urbana. Além disso, a premiação foi segmentada em cinco grupos de municípios, de acordo com o tamanho da população, garantindo que diferentes realidades municipais fossem representadas de maneira equitativa. A premiação ocorreu no mês de junho, no Dia Mundial do Meio Ambiente. A partir da premiação, o programa está elaborando uma publicação com o tema SbN, em conjunto com municípios premiados que sinalizaram interesse.

Em 2024, o PMVA realizou 131 encontros, divididos entre encontro com os municípios, especialistas, desenvolvimento do curso, aula e execução do programa.

7. Criação da SP-Águas

Fato relevante no contexto do fortalecimento institucional foi transformação do antigo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE na Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-Águas, por meio da Lei Complementar 35/2024, a qual tratou das agências reguladoras do Estado.

Com essa mudança, a agência passa a atuar como autarquia especial, dotada de autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira, além de contar com mandatos fixos para seus dirigentes, garantindo independência na formulação e aplicação da regulação dos recursos hídricos. O novo modelo adota princípios de governança regulatória, assegurando que as decisões da agência sejam fundamentadas em análises técnicas, modelagens hidrológicas e instrumentos de gestão da água, como a outorga de direito de uso e a alocação negociada dos recursos hídricos.

A estrutura da agência tem, como órgão máximo, o Conselho Diretor, que é composto por 1 (um) Diretor-Presidente e 4 (quatro) diretores, que foram indicados e nomeados pelo Governador do Estado, adotando-se critérios técnicos, tendo os nomes referendados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Alesp. Os membros do Conselho Diretor possuem mandatos não coincidentes de 5 (cinco) anos.

O objetivo foi fortalecer a gestão das águas no âmbito estadual, garantindo mais segurança hídrica para a população. Entre as principais atribuições da SP-Águas está a gestão das outorgas para o uso múltiplo dos recursos hídricos, incluindo a autorização para captação e intervenções em cursos d'água, abrangendo setores como abastecimento público, indústria, irrigação, mineração e geração de energia.

Além disso, a agência tem funções de fiscalização e controle do uso da água, utilizando sistemas de monitoramento para acompanhar a vazão dos rios, os níveis dos reservatórios e a dinâmica dos aquíferos, com atuação orientada pela aplicação de metodologias quantitativas para a avaliação da disponibilidade hídrica e pela integração de modelos computacionais para suporte à tomada de decisão na gestão de eventos críticos, como secas e enchentes.

8. Reformulação do Plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Florestal

A Fundação Florestal, desde 2022, passa por um processo de reorganização administrativa institucional. Como parte integrante desse processo, a entidade reformulou o seu Plano de Empregos, Carreiras e Salários – PECS, o qual atualmente está sob análise da Coordenadoria de Entidades Descentralizadas – CED, da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Além de significar avanço organizacional interno, o PECS visa promover a regularização do quadro funcional da Fundação Florestal, atendendo a recomendações do Ministério Público Estadual – MPE/SP e a apontamentos do Tribunal de Contas do Estado – TCESP, realizados nos Relatórios de Fiscalização dos exercícios de 2017 a 2023.

Em observância ao Plano São Paulo Na Direção Certa, instituído pelo Decreto nº 68.538/2024, o PECS não aumenta o atual Quadro de Pessoal da entidade, mantendo os atuais 512 (quinhentos e doze) empregos, quantia considerada necessária para fazer frente à gestão das áreas protegidas no Estado de São Paulo.

Dentre as principais mudanças estruturais trazidas pelo PECS, está a redistribuição das atuais 168 (cento e sessenta e oito) vagas entre os empregos propostos no novo plano, a serem preenchidas por meio de concurso público, em editais a serem publicados mediante a disponibilidade orçamentária da entidade.

O PECS também focou na adequação dos salários, considerando os valores atualmente praticados para empregados que exercem funções análogas na SEMIL e na CETESB, bem como em órgãos federais, como ICMBio e IBAMA.

Além disso, o PECS também prevê a implantação de um sistema de progressão de carreira, onde os empregados do quadro permanente mais bem pontuados poderão progredir de um *step* para outro em suas carreiras, conforme tabela salarial prevista no PECS, mediante disponibilidade orçamentária até o limite de 1% (um por cento) sobre o total da folha anual da Fundação Florestal.

A partir do PECS, também serão realizadas Avaliações de Desempenho anuais, por todos os empregados da entidade, como forma de identificação de aspectos profissionais que necessitem ser corrigidos ou desenvolvidos, contribuindo para maior produtividade e aderência aos objetivos e metas institucionais

Ademais, o PECS também deu atenção especial à qualificação técnica dos empregados em comissão, exigindo, além da formação em Nível Superior e registro no respectivo conselho de classe (se houver), a realização de especialização *lato sensu* ou *stricto sensu* e experiência profissional em atividades correlatas às áreas de atuação, em órgãos públicos ou privados, o que se coaduna ao previsto para as nomeações e designações na Administração Pública direta e nas autarquias do Estado, conforme Decreto nº 68.742/2024.

Na sequência, será formalizado o pedido de abertura de concurso público para o preenchimento de 70 (setenta) empregos vagos do quadro permanente, levando em conta as premissas, os objetivos e o contexto em que se insere a Fundação Florestal, em especial aqueles relacionados à ampliação da abrangência e do escopo da entidade, que assume uma posição importante de órgão de fomento ao desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo.

Considerando que o prazo estimado para conclusão do processo de concurso público, desde a solicitação de autorização para a realização do certame até o início da contratação dos aprovados, é de aproximadamente 12 (doze) meses, estima-se que a contratação de empregados para compor o quadro permanente da Fundação Florestal venha a ocorrer em meados de março de 2026.

RESILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Em linha com a Estratégia Climática da Secretaria, o Plano Estadual destacou, dada a importância, sobretudo no contexto atual, como um de seus eixos a resiliência e adaptação climática, a fim de desenvolver ações específicas, a seguir delineadas, no âmbito da Secretaria e de suas vinculadas sobre o tema.

1. Segurança Hídrica

O Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH - é um instrumento instituído pela Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 7.663/1991, alterada pela Lei nº 16.337/2016), utilizado para estabelecer diretrizes para o gerenciamento, recuperação, proteção e uso racional de recursos hídricos no estado de São Paulo. Nesse contexto, menciona-se a aprovação da fase 1 do PERH 2024-2027, realizada na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em abril de 2024, por meio da Deliberação CRH nº 283/2024. Na ocasião foram aprovados os seguintes documentos técnicos do Plano: I - Diagnóstico Síntese; II - Prognóstico; III - Insumos do PERH; IV - Gestão de Crise Hídrica; e V - Sumário Executivo.

Barragem da Penha

O plano de ação e programa de investimentos, último produto esperado, está em construção e deve ser finalizado no primeiro semestre de 2025.

No ano de 2024, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos apreciou e aprovou um total de catorze deliberações, destacando-se os seguintes temas: PROGESTÃO e PROCOMITÊS – Contratos com a ANA; programação de capacitações a serem realizadas no âmbito do programa Capacita-SIGRH; duas minutas de Anteprojeto de Lei Específica que criam a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRMs; e diretrizes e normas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH acerca dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, em especial sobre Projeto de Lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2024-2027 e alterações, visando à modernização da Lei nº 12.183/2005 – Lei da Cobrança pelo Uso da Água, além da aprovação da revisão dos valores da cobrança pelo uso da água no CBH Paraíba do Sul.

Nessa direção, visando à recuperação e melhoria da qualidade das águas, à segurança hídrica, à preservação, à proteção, à conservação, ao controle e ao aproveitamento múltiplo das águas, a Coordenadoria de Recursos Hídricos, em parceria com os Comitês de Bacias, atua com o objetivo de promover o desenvolvimento da política de recursos hídricos mediante articulação para aplicação e melhoria de seus instrumentos (planos de recursos hídricos, outorga de direito de uso dos recursos hídricos, cobrança pelo uso da água, enquadramento dos corpos d'água em classes de usos preponderantes e sistema de informações sobre recursos hídricos) e apoio à implementação de suas ações, principalmente com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

Em relação ao FEHIDRO, em 2024, os Comitês de Bacia Hidrográfica indicaram 320 empreendimentos, utilizando como fonte de recursos a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH e a Cobrança pelo Uso da Água. Dentre as indicações, 57 foram canceladas por diversos motivos, como reprovação técnica, desistência do tomador ou documentação financeira em desacordo com as normas vigentes. Outros 2 empreendimentos encontram-se em análise no Agente Técnico do FEHIDRO, sendo ambos do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI. Dos 261 contratos emitidos até o último dia útil de 2024, 66 corresponderam à fonte CFURH e 195 à fonte de cobrança.

Ainda em 2024, foi editada a Deliberação do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO nº 269, que aprovou o programa de aplicação de recursos FEHIDRO provenientes de processos de compensação monetária nas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais da RMSP, denominado PRÓAPRM. Esse Programa, classificado como de interesse público, segundo o artigo 10 do Decreto nº 48.896/2004, ao garantir a destinação dos recursos financeiros advindos das compensações monetárias estabelecidas nos processos de licenciamento pelo órgão ambiental, aumentará a capacidade de monitoramento e controle ambiental, por parte da CETESB, nas áreas das APRMs especificadas. A aprovação desse programa resultou na assinatura de 2 contratos, um para cada APRM com recursos financeiros disponíveis (Billings e Guarapiranga).

Cabe destacar que, no início de 2024, foram emitidos 5 contratos indicados pelo CORHI, referentes a empreendimentos de abrangência estadual ou regional. Em 2024, foram desenvolvidas as atividades de coleta e sistematização de dados secundários para elaboração dos bancos de dados, mapas e planilhas *template* dos Relatórios de Situação das UGRHIs – ano base 2023, com disponibilização do material e suporte técnico aos CBH para sua elaboração e aprovação nos respectivos comitês de bacias hidrográficas.

Em relação à SP-Águas, destaca-se a frente de regulação e fiscalização que vem passando por aprimoramento, consistindo na revisão e consolidação dos normativos de outorga da agência. Para esta ação foi criado o grupo com representantes técnicos de cada Diretoria de Bacia com vistas a racionalização e otimização dos processos relacionados a outorga de recursos hídricos.

Após a etapa de consolidação, o sumário executivo (índice da proposta de normativo, Deliberação Geral de Outorgas) foi colocado em Tomada de Subsídio - TS. Em função da alta complexidade do tema e das contribuições da TS, a equipe da SP-Águas está trabalhando na consolidação das contribuições e elaborando o Relatório Circunstanciado. Destaca-se que em função do processo de reestruturação e com a nova composição do Conselho Diretor da agência, a proposta está sendo reavaliada e o resultado da TS deverá em breve ser publicado, com o Relatório Circunstanciado. Ato seguinte deverá ser submetido à Consulta Pública com a minuta de Deliberação.

A outorga é um instrumento legal fundamental para implantação de empreendimentos que utilizam ou interferem nos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos. No ano de 2024, foram expedidas 14.669 Outorgas de Permissão de Uso e Interferência, com média mensal de emissão de 1.222 atos de Outorga.

A outorga do Sistema Produtor Alto Tietê – SPAT, responsável pelo abastecimento de água de cerca de 4,5 milhões de pessoas na Capital e Grande São Paulo, foi renovada, conforme a portaria DAEE nº 733/2024. A medida incluiu a adoção de condicionantes para garantir a proteção e monitoramento do sistema, assim como a passagem de operação para a Sabesp. O processo de elaboração da renovação dessa outorga contou com a participação e aprovação do Comitê de Bacia do Alto Tietê, reforçando a participação da sociedade no processo decisório.

A Agenda Regulatória da SP-Águas, biênio 2024-2025, contém 6 eixos temáticos, com um total de 13 ações regulatórias, sendo resultado de um intenso processo de consulta e participação interna das áreas técnicas, que tem por objetivo tornar a regulação dos recursos hídricos do Estado de São Paulo cada vez mais eficiente. Os eixos temáticos que compõem a Agenda Regulatória são: (i) Regulação de Usos e Recursos Hídricos; (ii) Segurança de Barragens; (iii) Fiscalização; (iv) Regras para

operação de Reservatórios e Estruturas; (v) Planejamento e informação de Recursos Hídricos; e (vi) Monitoramento Hidrológico.

Esses Eixos Temáticos podem ser desdobrados em Focos de Atuação (ou Temas), que detalham com maior precisão as diretrizes do projeto. Os prazos de início e término dos projetos são estimados e sujeitos a ajustes, conforme a evolução do projeto ou devido a fatores que possam acelerar ou prolongar os prazos inicialmente previstos. Das 13 ações regulatórias, há 8 em andamento, 2 concluídas ainda em 2024 e 3 com previsão de início em 2025.

Novas ferramentas para estimativa da disponibilidade hídrica estão sendo estudadas pela SP-Águas no âmbito do Sistema de Suporte a Decisão – SSD. Um desafio desse estudo é incorporar os efeitos das mudanças climáticas. Incorporado ao Sistema de Outorga Eletrônica – SOE, o SSD dará respaldo aos técnicos na análise das solicitações de outorgas.

No âmbito das ações para garantir a segurança hídrica do Estado, foram concluídos e entregues 140 poços pela SP-Águas, somando-se à matriz hídrica de diversos municípios, visando ao reforço no abastecimento.

O Programa de Fiscalização Continuada – PROFISC tem apresentado resultados significativos em 2024. Em 2024, já foram realizadas 6.979 fiscalizações, um número que ultrapassa a meta projetada. Trata-se de importante avanço no combate às irregularidades no uso dos recursos hídricos.

O Programa Rios Vivos estabelece uma importante parceria entre Governo do Estado, Prefeituras e comunidade. Sua lógica foi alterada, aumentando o grau de parceria entre a SP-Águas e os municípios, incluindo a formalização desta parceria via termo de adesão. Em 2024, a SP Águas atuou em 122 cursos d'água, por meio de obras de limpeza e desassoreamento. Dos 85 municípios beneficiados, 77 tiveram suas obras entregues em 2024, com investimento total de R$ 75,5 milhões. Em junho/2024, foi lançado mais um ciclo do programa, prevendo um investimento de R$ 250 milhões para os 12 meses seguintes, com potencial de atender até 250 rios, córregos e ribeirões em até 150 municípios.

122 CURSOS D'ÁGUA DESASSOREADOS

R$75,5 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

2. Segurança de barragens

A SEMIL instituiu o Comitê de Acompanhamento das Barragens do Estado de São Paulo – CASB, com o objetivo de acompanhar as ações relacionadas à segu-

rança das barragens em território paulista inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragem – PNSB. O CASB é formado por representantes da SEMIL, da SP-Águas, da CETESB, da Defesa Civil e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, que, em articulação com os órgãos competentes, atuam para o cumprimento do objetivo do CASB. O Boletim de Segurança de Barragens 2024 elaborado pelo CASB está disponível em Boletim de Seguranca de Barragens 2024.

A SP-Águas é responsável pela fiscalização das barragens de usos múltiplos em território paulista, exceto as barragens de acumulação de água em rios de domínio da União e aquelas que o uso principal é para geração de energia elétrica. Nesse sentido, com intuito de aprimorar o controle sobre os 669 barramentos enquadrados na PNSB no Estado de São Paulo, a SP-Águas assinou um contrato para ampliar as ações de fiscalização de barramentos e usos dentro do conceito de entidade reguladora. Além disso, as informações técnicas sobre todas as barragens outorgadas no Estado estão sendo reestruturadas com o objetivo de obter dados claros e organizados, que sirvam de base para o planejamento e a tomada de decisões.

Nesse mesmo contexto, houve mudanças no processo de emissão de outorgas para barramentos, visando avaliar não só a estrutura, mas também os quesitos de segurança. Foi incluída no processo a avaliação da equipe de Segurança de Barragem, garantindo que a outorga seja emitida com condicionantes quando houver necessidade de Plano de Segurança de Barragem – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE.

No tocante ao Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB, a SP-Águas mantém o banco de dados atualizado. Em 2024, foram cadastrados 958 barramentos e inseridos 223 documentos, incluindo Planos de Segurança de Barragens, estudos de *Dambreak*, Relatórios de Inspeções de Segurança Regular – ISRs e outros relatórios complementares.

A SP-Águas, por meio da equipe de segurança de barragens, também dá apoio à Defesa Civil, à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e às diretorias de bacia, além de responder às diversas demandas do Ministério Público.

Além disso, houve a participação de técnicos no encontro de Órgãos Fiscalizadores de Segurança de Barragem, organizado pela ANA; o encontro técnico DAMSWEEK 2024, promovido pelo Comitê Brasileiro de Barragens – CBDB; na capacitação em Plano de Contingência e Segurança de Barragem, promovido pela Defesa Civil do Estado; e participação em simulados de evacuação.

3. Operação São Paulo Sem Fogo

Criada pela Lei Estadual nº 10.547/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 56.571/2010, a Operação tem como objetivos principais a redução dos focos de incêndio, a proteção das áreas com cobertura vegetal, a erradicação do uso irregular do fogo e a promoção de alternativas sustentáveis de manejo agrícola e florestal. O Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Operação SP Sem Fogo), coordenado pela SEMIL, conta com recursos e ações da SEMIL e também das demais instituições que integram o Comitê Executivo da Operação SP Sem Fogo (Defesa Civil, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, DER, FF, CETESB, Secretaria de Segurança Pública, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo e Polícia Militar Ambiental).

Em 2024, diante de condições climáticas extremas que resultaram em incêndios intensos, o Estado de São Paulo conseguiu agir de forma muito eficiente, sobretudo pelas ações preventivas promovidas e medidas para garantir pronta resposta à população e à preservação ambiental. Foi criado um Gabinete de Crise, que coordenou ações de monitoramento e controle como parte da Operação São Paulo Sem Fogo, envolvendo técnicos da Defesa Civil, da SEMIL e da SAA. Paralelamente, o Decreto nº 68.805/2024 estabeleceu situação de emergência em 45 municípios, mobilizando mais de 15 mil pessoas, entre profissionais e voluntários, além de R$ 260 milhões em equipamentos, aeronaves e infraestrutura.

15 MIL
PESSOAS ENVOLVIDAS

R$260
MILHÕES EM EQUIPAMENTOS

A operação contou com o reforço na contratação de serviço de aeronave para combate e com a colaboração de entidades privadas, como os setores florestais e agropecuários, que disponibilizaram estruturas para monitoramento e combate aos incêndios florestais. Sob a coordenação da SEMIL, foi criado plano para atender a fauna silvestre e doméstica impactada pelos incêndios florestais, com 26 unidades de triagem mobilizadas, resultando no resgate e tratamento de 131 animais. Destaca-se entre as ações realizadas para prevenir e combater os incêndios florestais:

a) estabelecimento de um plano emergencial na área da saúde, para ampliar a capacidade de atendimento das unidades de saúde;
b) operacionalização do Plano de Comunicação 2024, com divulgação de conteúdo preventivo em redes sociais, criação de vídeos, articulação com a imprensa e a realização de campanhas preventivas em locais estratégicos;

c) realização de intensa campanha *on-line*, com elaboração de materiais educativos, como vídeos e lives, realizados em parceria com a Educação Pública do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

d) formalização de convênio com a empresa ISA CTEEP para o desenvolvimento conjunto de ações voltadas à diminuição do risco de incêndios florestais na área de influência das linhas de transmissão de energia;

e) criação de um plano para atendimento de fauna silvestre e doméstica impactada pelo fogo;

f) realização de 25 eventos com 2.600 pessoas capacitadas em treinamento de brigadas municipais e de voluntários;

São Paulo sem Fogo

g) cadastro das brigadas municipais no Serviço Estadual de Atendimento a Emergências - SEAE;

h) emissão de alertas pela Defesa Civil Estadual para a população, via SMS 40199, e para órgãos municipais de Defesa Civil;

i) reforço da fiscalização das Unidades de Conservação com deslocamento de pessoal para monitorar o entorno das Unidades;

j) realização de queima prescrita nas unidades de conservação FE Noroeste Paulista, EEc Santa Maria e EEc Marília para diminuição de material combustível;

k) fechamento de 81 Unidades de Conservação nos Polos da Operação São Paulo Sem Fogo, em resposta ao risco de incêndios florestais;

l) apoio das forças estaduais de combate a incêndios junto aos setores produtivos do Agro paulista, para auxílio aos combates em áreas próximas às usinas e nas Unidades de Conservação;

m) reforço da ação em campo da Polícia Militar Ambiental e equipes da CFB/SEMIL nas ações de fiscalização preventiva e de orientação aos proprietários rurais no entorno de Unidades de Conservação;

n) abertura de crédito destinado a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar - DEJEMs, visando reforçar o efetivo de policiais em ações de fiscalização preventiva e repressiva;

o) reforço de mais 15 equipes de bombeiros civis nas Unidades de Conservação nos Polos da Operação São Paulo Sem Fogo, nos meses de setembro e outubro;

p) utilização das aeronaves Águia do Estado para combate aos incêndios, principalmente em áreas declivosas e de difícil acesso;

q) ampliação no número de horas de voo das aeronaves do tipo asa fixa (em mais 120 horas de voo), em especial para combater os incêndios em áreas com maior incidência de focos de incêndios;

Ação SP Sem Fogo

r) disponibilização de crédito emergencial para produtores rurais afetados por incêndios florestais pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista, por meio da SAA;

s) divulgação de materiais educativos pela SAA em feiras que reuniram diversos setores da esfera agropecuária do Estado de São Paulo;

t) ampliação da manutenção de aceiros em pontos estratégicos nas rodovias sob gestão do DER. Nos dois últimos anos, o DER executou aproximadamente 120 mil hectares de roçada e capina nas faixas marginais das rodovias estaduais como parte das ações preventivas aos incêndios originados no entorno das rodovias estaduais.

4. Plataformas e Salas de Monitoramento

A Rede Hidrológica Básica do Estado de São Paulo é operada pela SP-Águas desde 1951. É a maior fonte de dados hidrológicos básicos quantitativos do Estado, a partir de Redes Pluviométrica, Fluviométrica e Piezométrica, contando com 700 postos hidrométricos convencionais manuais, automáticos e telemétricos, em alguns casos com dados em tempo real. Possui, portanto, um rico material de gestão das águas paulistas. A análise criteriosa de todas as informações obtidas tem papel fundamental na tomada rápida e assertiva de decisões.

Consolidada na sede da SP-Águas, a Sala de Situação de São Paulo complementa a atuação de outras salas regionais, com o objetivo de coletar dados de chuvas, níveis e de vazão dos principais rios, reservatórios e bacias hidrográficas, sendo importante para tomada de decisão em situação de eventos hidrológicos críticos, especialmente na articulação com a Defesa Civil.

Dados Hidrológicos, Relatórios e Boletins foram disponibilizados pela SP-Águas para todo o Estado de São Paulo. Também disponibiliza, por intermédio do Sistema Integrado de Bacias Hidrográficas – SIBH (https://cth.daee.sp.gov.br/sibh/), dados de outras entidades estaduais e federais, por meio de Acordos de Cooperação Técnica.

Um dos principais resultados dessa análise de dados é o balanço mensal das precipitações no Estado de São Paulo. O relatório traz a avaliação para cada uma das 22 UGRHIs paulistas sobre as chuvas, a média histórica, curvas comparativas para o mês anterior, 6 meses e 12 meses. Esse material também passou a ser compartilhado em http://www.spaguas.sp.gov.br/site/hidrologia/ , visando à disseminação das informações para toda a sociedade, assim como os demais dados levantados pela Sala de Situação.

Para fortalecer a gestão baseada em dados, foi implementado um sistema dinâmico de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, aprimorando ainda mais a capacidade de resposta a eventos hidrológicos críticos. O HidroApp objetiva integrar e analisar dados hidrológicos em tempo real, implementando ferramentas analíticas para suporte à decisão, a partir de mapas dinâmicos e indicadores de segurança hídrica (http://hidroapp.daee.sp.gov.br/).

Na mesma direção, em 2024, houve o lançamento operacional da “Plataforma de Gestão de Riscos de Desastres” – PL-GRD do Instituto de Pesquisas Ambientais, com um investimento total no desenvolvimento e instalação de R$ 4.489.696.

A PL-GRD é uma ferramenta geotecnológica para a execução de pesquisas, estudos e serviços, a partir da análise integrada de dados geológicos-geotécnicos-meteorológicos e de

registros de monitoramento de desastres, com aplicações voltadas para políticas públicas que possuam interface com prevenção, gerenciamento e mitigação de riscos e desastres.

OEMIL 1	Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.
OEMIL 2	Promover a disseminação da educação ambiental e da pesquisa científica, estimulando a gestão do conhecimento e inovação tecnológica.
OEMIL 3	Proteger a biodiversidade, promovendo a sua conservação, restauração e uso sustentável.
OEMIL 4	Fortalecer as unidades de conservação, áreas protegidas e parques urbanos estaduais, protegendo sua biodiversidade e melhorando a eficiência da prestação dos serviços.
OEMIL 5	Otimizar os processos a cargo da CETESB, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado.
OEMIL 7	Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.

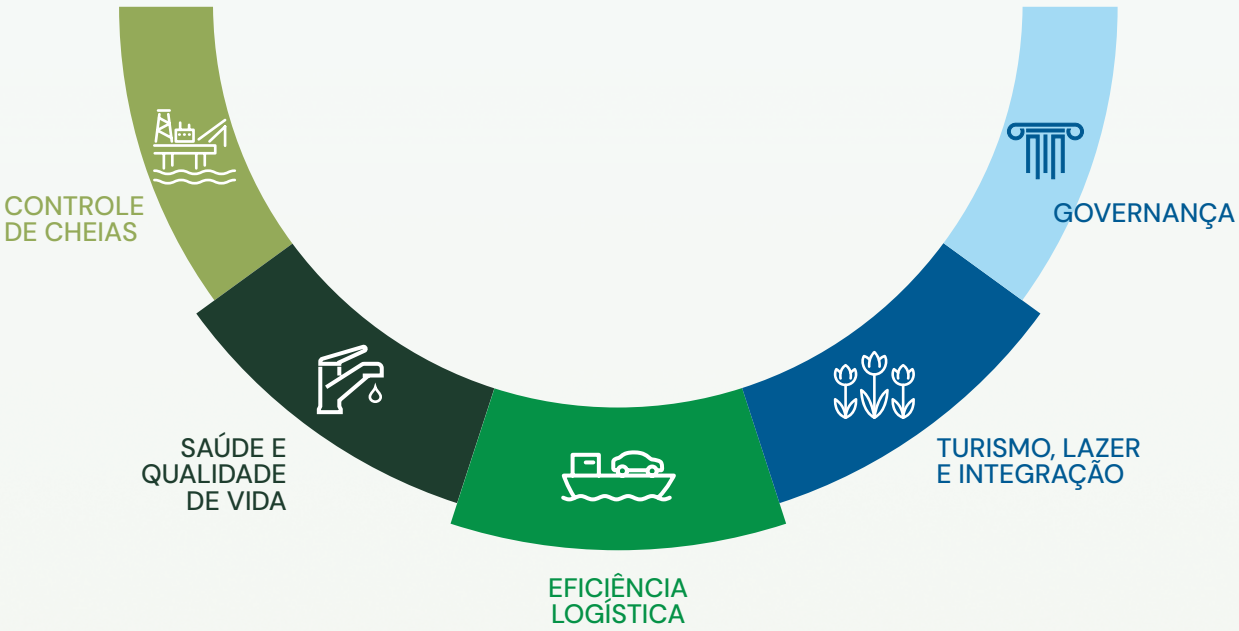
Áreas atuantes: Subsecretaria de Meio Ambiente (Coordenadorias de Educação Ambiental, Planejamento Ambiental, Fiscalização e Biodiversidade, Fauna Silvestre, Parques e Parcerias, Defesa e Saúde Animal, Unidade de Gestão de Projetos, Instituto de Pesquisas Ambientais), Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico (Coordenadoria de Recurso Hídricos), Subsecretaria de Energia e Mineração, Fundação Florestal, CETESB, DER, SP-Águas e Companhia Docas de São Sebastião.

INTEGRA
TIETÊ

O Programa IntegraTietê, lançado em março de 2023, tem o objetivo de integrar as ações de revitalização do Rio Tietê, abrangendo medidas de recuperação de diversos trechos comprometidos pela poluição, melhoria da vazão e do escoamento das águas e, principalmente, resgatando a boa convivência dos cidadãos com o maior e mais emblemático rio paulista.

O Programa reúne um conjunto de ações e investimentos planejados, contratados ou em execução por diversos órgãos e instituições (SEMIL, Sabesp, SP-Águas, EMAE, CETESB, Comitês de Bacias e Prefeituras). A fase inicial de lançamento do Programa contou com as atividades de elaboração e publicação da Resolução SEMIL nº 5, de 30 de março de 2023, que instituiu o Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR-Tietê) e a reunião de partida para alinhamento geral sobre a recuperação do Rio Tietê, no âmbito da SEMIL.

O IntegraTietê conta com cinco pilares de atuação:



Em adição, foi lançado o portal do Programa e o sistema de monitoramento e transparência dos resultados, em três frentes:

a) desassoreamento: remoção de sedimentos do leito dos córregos e rios, que podem ser causados por ações humanas ou carreamento de terra decorrentes de fenômenos naturais, como chuva e enchentes;

b) incremento do número de domicílios com os esgotos encaminhados para tratamento: conexões às redes coletoras para encaminhamento dos esgotos às Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs;

c) qualidade das águas do Tietê e de seus afluentes: desde 2023, a medição vem ocorrendo em duas frentes, (i) quantidade de carga orgânica gerada na bacia do Tietê, medida no ponto de saída (Reservatório Edgard Souza) da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, e (ii) concentração média de matéria orgânica medida pelo Carbono Orgânico Total – COT nos afluentes da bacia do Tietê. A partir de 2024, a CETESB passou a monitorar outros 19 afluentes do rio Tietê, melhorando a representatividade territorial do indicador.

Nessa direção, destaca-se a instalação do Lixômetro no Rio Pinheiros. Buscando estimular as pessoas a se preocuparem com o lixo que descartam de forma incorreta e que acabam chegando ao Tietê, a SEMIL, em parceria com a EMAE, instalou, em setembro de 2024, nas margens do rio Pinheiros, um Lixômetro que mostra o total de lixo superficial retirado do rio desde 2023 e o valor gasto com esse serviço. No total, mais de 73 mil toneladas de resíduos foram retiradas do Pinheiros, o que representa um gasto total de mais de R$ 131 milhões.

73 MIL
TONELADAS DE RESÍDUOS RETIRADAS DO RIO PINHEIROS

R$ 131
MILHÕES GASTOS

O site e o portal de monitoramento podem ser acessados pelo https://semil.sp.gov.br/integratiete/.

Considerando os pilares do IntegraTietê, a seguir são apresentadas as ações executadas e aquelas em andamento.

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Em relação às conexões às redes coletoras, o ano de 2023 foi encerrado com um total de 3.978.374 domicílios encaminhados para tratamento de esgoto até dezembro, superando a meta de 2023 de 3.832.637 e com um incremento de 191.628 ligações em relação a 2022. Em 2024, foram incrementadas 174.450 ligações, totalizando 4.152.824 domicílios com tratamento de esgoto na Bacia do Alto Tietê, com investimento na ordem de R$ 2,25 bilhões de 2023 a 2024.

No tocante ao planejamento para os anos posteriores, cabe ressaltar que o processo de desestatização da Sabesp prevê aumento de investimentos e aceleração das ações do IntegraTietê neste pilar, conforme descrito a seguir.

Organizado em duas fases, o programa investirá na implantação de 1.200 km de interceptores e coletores-tronco, de 6.000 km de redes coletoras de esgotos, no aumento da capacidade das Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs do Sistema Principal RMSP e na melhoria da qualidade dos esgotos tratados. Na primeira fase, as intervenções se concentram no aumento de capacidade de tratamento das ETEs e na implantação de interceptores e coletores tronco nas porções densamente habitadas a montante da confluência do rio Pinheiros, nas bacias Tietê-Leste, Tietê-Centro e Tamanduateí-Meninos, nas quais se encontram a maioria dos domicílios cujos esgotos atualmente não chegam às ETEs. Na segunda fase, o foco muda para as sub-bacias a jusante do Alto Tietê e da confluência do rio Pinheiros, nas bacias Tietê-Oeste, Juqueri, com mais 610 km de interceptores e coletores-tronco, além de 3.200 km de redes coletoras novas.

+174.450
DOMICÍLIOS ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO DE ESGOTO

4.152.824
NO TOTAL

Quanto às Estações de Tratamento de Esgoto do Sistema Principal da RMSP, estão previstas ampliações em 4 das 5 ETEs, com um adicional de 16,2 m^3/s em capacidade total de tratamento – apenas a ETE Suzano terá sua capacidade mantida nos atuais 1,5 m^3/s. A ETE ABC terá sua capacidade ampliada de 3,0 m^3/s para 5,5 m^3/s; a ETE São Miguel terá sua capacidade ampliada de 1,5 m^3/s para 5,5 m^3/s; a ETE Parque Novo Mundo de 2,5 m^3/s para 6,2 m^3/s; a ETE Barueri ampliada de 16,0 m^3/s para 22,0 m^3/s; e novas ETEs em Guarulhos, Caieiras e Perus – SP, com capacidade de 1,1 m^3/s. Ainda quanto à ETE Barueri, estão sendo construídos dois digestores de 10 mil m^3 para tratamento dos lodos gerados na unidade, proporcionando melhoria operacional para a fase sólida da planta e preparando a Sabesp para um projeto amplo de economia circular nas ETEs.

Assim, a capacidade de tratamento de esgotos na bacia do Alto Tietê deve aumentar em até 17,3 m^3/s, sendo capaz de atender à demanda adicional decorrente dos lançamentos provisórios de áreas de ocupação informal. Em 6 de dezembro de 2024, o Governador e o CEO da Sabesp anunciaram o maior pacote de investimentos simultâneos já realizado pela Companhia. Serão destinados R$ 15 bilhões a obras de saneamento, beneficiando diretamente quase 8 milhões de pessoas.

Sistema Alto Tietê

Em relação às atividades para monitoramento da qualidade da água, por parte da CETESB, estão em andamento:

a) tratativas de convênio SP-Águas x CETESB, objetivando a instalação de sensores de matéria orgânica dissolvida fluorescente nas Estações Automáticas de Monitoramento da Qualidade das Águas do Rio Tietê;
b) Licenciamento Ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário Perus;
c) Licenciamento Ambiental de obras do Plano Diretor de Esgotos da RMSP, com a expedição da LI – Licença de Instalação para implantar o Interceptor de Esgotos ITi-11, em Guarulhos, e da LO – Licença de Operação, a fim de colocar em funcionamento o Interceptor de Esgotos 2 ITi-2, na Capital; e
d) dentro do Licenciamento Ambiental do desassoreamento da calha do rio Tietê, análise do "Estudo de Viabilidade Técnica para o Desassoreamento do Reservatório de Pirapora".

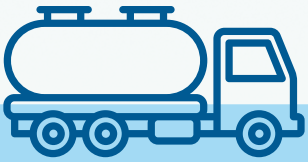
Além disso, a CETESB implementou 19 novos pontos de medição da qualidade da água no Rio Tietê, ampliando o total para 30, e a quantificação de carga orgânica gerada na bacia do Tietê, permitindo emitir trimestralmente boletins para acompanhar as metas de qualidade ambiental do Programa Integra Tietê.

19 NOVOS PONTOS DE MEDIÇÃO NO RIO TIETÊ

CONTROLE DE CHEIAS

1. Serviços de desassoreamento, manutenção e limpeza

A SP-Águas executou estudos, projetos, serviços e obras de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento, objetivando manter as melhores condições de escoamento. O órgão realiza intervenção ao longo de 165 km do Tietê: da barragem Edgard de Souza, em Santana do Parnaíba, até a barragem de Ponte Nova, em Salesópolis. Executa ainda a retirada de sedimentos ao longo dos 25 km de extensão do Pinheiros, desde o canal da represa Guarapiranga até o encontro com o rio Tietê.



1.439.883 MIL M³ DE SEDIMENTOS REMOVIDOS

R$253,8 MILHÕES INVESTIDOS

Foram removidos 1.439.883 mil m³ de sedimentos da calha do Tietê e do canal do rio Pinheiros, com investimento total de R$ 253,8 milhões, em 2024. Essa atividade contínua inclui serviços de desassoreamento em trechos específicos, como o Lote 1 – da Barragem Edgard de Souza até a Barragem Móvel do Cebolão (16.5 km), nos municípios de Santana de Parnaíba, Barueri, Carapicuíba e Osasco; o Lote 2 – da Barragem Móvel do Cebolão até a Barragem da Penha (24,5 km), no município de São Paulo; o Lote 3 – da Barragem da Penha até a ponte José Ermínio de Morais (13,3 km), nos municípios de São Paulo e Guarulhos; o Lote 4 – da foz do Córrego Três Pontes até a foz do córrego Ipiranga; e o Lote 5 – do Córrego Ipiranga até o Canal de Adução da Sabesp (24 km), em Mogi das Cruzes.

Em dezembro de 2023, foram iniciados os serviços de desassoreamento de 44,2 quilômetros do Rio Tietê no lote 4, trechos A, B e C, que envolve quatro municípios do Alto Tietê: Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá e Suzano, com investimento total de R$ 130,6 milhões para a execução dos serviços ao longo de 30 meses. Em 2024, foi executado 358.140 m³, representando 132,6% do volume desassoreado previsto para o ano, com investimento de R$ 50,3 milhões.

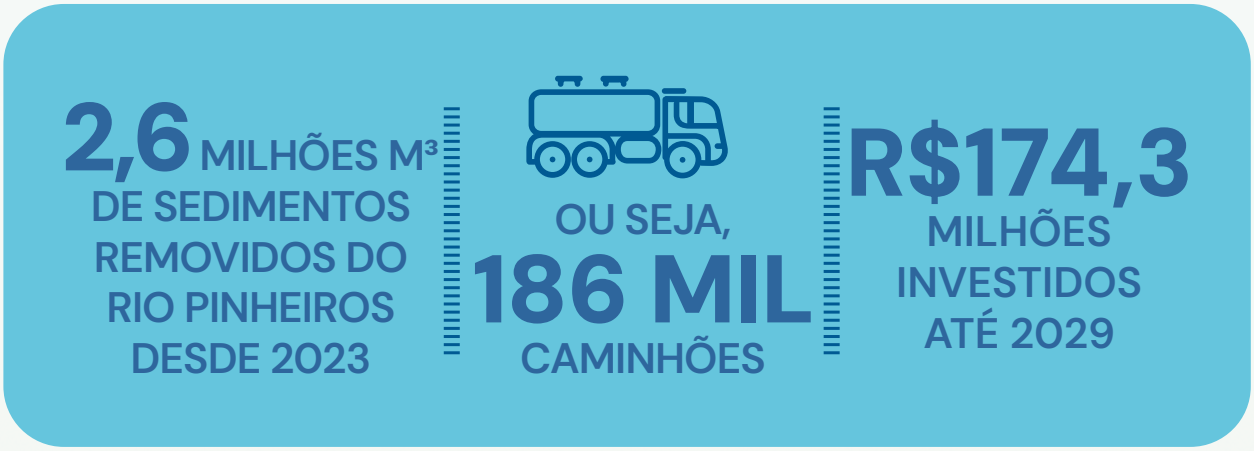
Além disso, a SP-Águas realiza a manutenção dos taludes e bermas do canal do Rio Tietê, além da operação das Barragens Móvel da Penha e de doze Polderes da Marginal do Tietê, sendo: Limão – Margem Esquerda; Vila Maria – Margem Direita e Esquerda; Vila Guilherme – Margem Esquerda; Aricanduva – Margem Direita e Esquerda; Bandeiras –

Margem Direita e Esquerda; Casa Verde – Margem Direita e Esquerda; e Anhanguera – Margem Direita e Esquerda.

Ainda nesse tocante, a SP-Águas realizou manutenções preventivas e corretivas nos 27 piscinões que operam na Região Metropolitana de São Paulo, que juntos podem absorver até 4,7 milhões de litros de água. Assim, durante a temporada de chuvas, esses reservatórios estavam em plena operação, contribuindo para minimizar os impactos das enchentes à população. Na limpeza de piscinões, o investimento acumulado ultrapassa R$ 200 milhões.

Também foram entregues pela SP-Águas 17,4 km de margens recuperadas no Rio Pinheiros, após serviços de contenção e 45 rampas para facilitar o trânsito de capivaras, com investimento total de R$ 288,7 milhões.

Em julho/2024, foi dado mais um passo na revitalização dos rios na capital dentro do IntegraTietê, com uma nova fase de revitalização do rio Pinheiros. Os serviços foram iniciados com a assinatura do novo contrato de desassoreamento, com a retirada, em 2024 de 174,6 mil m³ de sedimentos. Os trabalhos serão realizados nos 25 km do rio, com investimento previsto de R$ 174,3 milhões até 2029.



No Rio Tietê, pela EMAE, foram retiradas as seguintes quantidades de lixo em 2024: junto às usinas de Pirapora (18,53 m³ ou 7,41 toneladas), Rasgão e Porto Góes (1.342 m³ ou 536,8 toneladas), totalizando 1.360,53 m³ de lixo e vegetação aquática, equivalente a 544,21 toneladas. Em relação à retirada de lixo e vegetação aquática do Canal Pinheiros, a EMAE retirou, das grades das Usinas Pedreira e São Paulo, 394,9 toneladas de lixo e vegetação aquática do rio.

2. Projetos e obras relacionados à mitigação de cheias

Além dos serviços de desassoreamento, manutenção e limpeza que realiza, a SP-Águas, em 2024, atuou também em estruturas de contenção de cheias. Em Franco da Rocha, foi entregue o piscinão EU-09, com capacidade de armazenamento de 97.919 m³ e um

investimento total de R$ 54,4 milhões. Ainda, está em implementação o reservatório EU-08, que terá um volume de armazenamento de cerca de 176 mil m³.

O RM-19 (Jaboticabal) situa-se na divisa com São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul e vai absorver as chuvas nas bacias do Ribeirão dos Couros e do Córrego dos Meninos. Com capacidade para armazenar 900 milhões de litros de água de chuva, com previsão de entrega em dezembro de 2025 e investimentos estimados em torno de R$ 573 milhões. Outro piscinão em obra na Capital é o RA-01 (córrego Antonico), que vai beneficiar a região do Morumbi, próximo ao estádio do São Paulo Futebol Clube, bem como o entorno de Paraisópolis, recebeu um aporte de R$ 49,1 milhões em 2024 e tem conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2026. A estrutura terá capacidade para armazenar até 44.000 m³ de água. A obra do TG-09 (córrego Tapera Grande) está em andamento e, assim como o RA-01, tem previsão de entrega em 2026.

Quanto às Barragens Duas Pontes e Pedreira, após paralisação das obras e reiterados descumprimentos por parte das contratadas, os referidos contratos foram rescindidos em 2023. A nova licitação foi concluída e o Governo do Estado de São Paulo já emitiu as ordens de serviço em 18/10/2024 para a retomada das obras, com prazo de execução de 22 meses. As obras das Barragens Duas Pontes e Pedreira vão beneficiar mais de 5,5 milhões de pessoas, em 27 cidades da Região Metropolitana de Campinas, com investimento que ultrapassa 1 bilhão de reais. Os reservatórios possuirão capacidade de armazenamento útil de 85 bilhões de litros de água, sendo 32 bilhões de litros para a Barragem de Pedreira e 53 bilhões de litros para o reservatório de Amparo.

Dentro do licenciamento das Barragens de Pedreira e Duas Pontes, está previsto o plantio e manutenção de aproximadamente 530.818 mudas em área de 318,4916 hectares, no prazo de 42 meses, nos municípios de Mogi Guaçu, Campinas e Amparo – SP.

Dentro do IntegraTietê, a SP-Águas possui ainda mais dois eixos de atuação. Um deles, a gestão de pôlderes, permitiu que os 12 equipamentos existentes ao longo da marginal Tietê operassem normalmente na atual temporada de chuvas. Essas estruturas entram em operação durante os temporais para evitar alagamentos nos dois sentidos da marginal. O investimento previso no programa até 2026 é de R$ 10 milhões; em 2024 foram aplicados R$ 5,9 milhões.

TURISMO, LAZER E INTEGRAÇÃO

O terceiro eixo de atuação da SP-Águas no IntegraTietê é o Programa Renasce Tietê, que conta com investimento de mais de R$ 500 milhões, sendo focado na preservação das várzeas, a fim de garantir que o Rio continue com sua área alagável protegida, uma vez que, com as chuvas fortes, as águas ocupam as margens em um processo natural.

O objetivo do Programa é contribuir com a recuperação e preservação do Rio Tietê. Os objetivos específicos são: (i) recuperação e preservação das várzeas do Rio; (ii) melho-

ria da qualidade de água do Rio; e (iii) fortalecimento da gestão da informação climática da SP-Águas e da gestão dos núcleos do Projeto com participação social.

Nessa direção, a implantação dos núcleos de lazer em Salesópolis beneficiará diretamente toda a população local – cerca de 16.000 habitantes. Indiretamente, e por se caracterizar como um parque de abrangência regional, englobando, inclusive, o Parque Nascentes do Tietê, esses núcleos beneficiarão toda a população da RMSP, e das regiões próximas, ou seja, mais de 22 milhões de pessoas.

Um dos eixos do programa visa melhorar a qualidade da água do Tietê em Mogi das Cruzes. Em conjunto com o município, a SP-Águas definiu as obras (redes e coletores) que serão interligadas ao sistema existente de tratamento de esgotos da Sabesp, em Suzano. Esses coletores e redes a serem instalados vão fazer com que os efluentes hoje lançados *in natura* sejam encaminhados para a ETE.

Com essas obras, o esgoto de bairros pertencentes às bacias dos rios Jundiai/Oropó e Ipiranga/Negro passarão a ser enviados para tratamento, deixando de ser lançados *in natura* no Tietê. Com a execução de 52,3 Km de redes e coletores, serão implantadas 41.900 novas ligações de esgotos.

Dentre outras ações previstas no Programa, destacam-se o plantio e manutenção de aproximadamente 74.930 mudas em área de 60,89 hectares, no prazo de 42 meses.

EFICIÊNCIA LOGÍSTICA

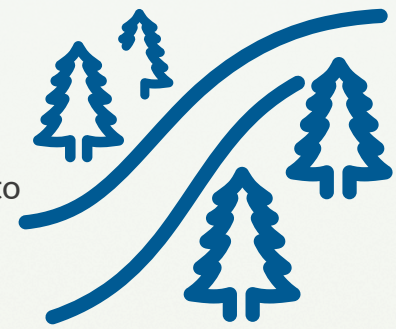
Está em andamento a obra de ampliação do canal de navegação a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, paralisada em junho de 2019 e retomada em 2023, a qual consiste na execução de derrocamento de forma a permitir a navegação sem restrições de calado, com localização nos municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama, no valor total de R$ 293.799.628,43, com previsão de conclusão para 2026.

DETALHES DA OBRA

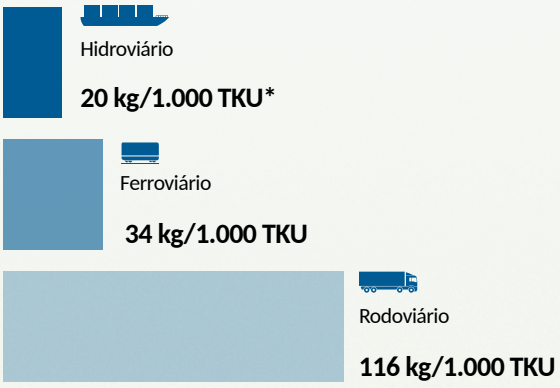
Largura
60 m

Extensão
16 km

Aprofundamento do canal
3,5 m



EMISSÃO DE CO_2



*Toneladas por km útil

Até o momento, foram investidos R$ 70.671.638,36 na execução das obras, R$ 57.518.136 apenas em 2024. O percentual físico executado até dezembro de 2024 foi de 24,05%, com 226,9 mil m³ de material detonado e 176,8 mil m³ de volume escavado. Foram adotadas medidas para conferir mais eficiência e celeridade à execução dos serviços, tais como:

a) troca de equipamentos (geradores e compressores) e aquisição de mais escavadeiras de braço estendido e balsas para agilizar os serviços de escavação;
b) substituição parcial das balsas de convés inclinado por balsas *split* para otimizar o tempo das descargas em bota fora; e
c) aumento de frentes de trabalho.

GOVERNANÇA

O Integra Tietê trouxe inovações na gestão por resultados, na incorporação de tecnologias e soluções não convencionais para instalação de redes e coletores e na melhoria da governança.

Nesse pilar, além das estruturações de PPP's para desassoreamento do Rio Tietê e principais afluentes, e a transparência no acompanhamento do programa com o Portal e o sistema de monitoramento e transparência dos resultados, destaca-se a transformação, em setembro de 2024, do DAEE na SP-Águas, a agência reguladora de recursos hídricos paulista, e a criação do Fórum Integrado das Ações de Recuperação do Rio Tietê – FIAR Tietê.

Entre as principais atribuições da SP-Águas, estão a gestão das outorgas para o uso da água, a fiscalização do uso desses recursos, com a gestão adequada da água disponível em cada região paulista e o monitoramento, com a Sala de Situação, que acompanha diariamente as condições climáticas e os níveis dos rios e reservatórios. A iniciativa garantirá mais segurança hídrica e um serviço com cada vez mais qualidade para a população.

Instituído em 30 de março de 2023, pela Resolução SEMIL nº 5/2023, o Fórum Integrado das Ações de Recuperação do Rio Tietê – FIARTietê realizou, em 2024, 07 reuniões.

Assim, os trabalhos do FIAR-Tietê foram voltados, sobretudo, para o planejamento das principais ações e obras, com respectivos investimentos, definição dos indicadores e metas da primeira etapa (2026) e da segunda etapa (2029), melhoria da transparência e da divulgação de informações e monitoramento dos resultados alcançados.

Ainda, foi implantada, pela CETESB, agência ambiental com foco no IntegraTietê. Com isso, o rol de agências ambientais cresceu e atingiu 47 unidades.

OEMIL 6	Desenvolver e implementar os instrumentos previstos nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos, primando pelo aprimoramento da regulação do setor no Estado.
OEMIL 7	Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.
OEMIL 8	Buscar a antecipação da universalização do saneamento no Estado.

Áreas atuantes: Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento, Subsecretaria de Meio Ambiente, Subsecretaria de Logística e Transportes, Fundação Florestal, CETESB, SP-Águas, Sabesp e EMAE.

UniversalizaSP

O Governo do Estado de São Paulo possui como um de seus principais objetivos na atual gestão a antecipação da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, associada à melhoria na qualidade de prestação dos referidos serviços. Para isso, atua em duas frentes principais: (i) o processo de desestatização da Sabesp, concluído em 2024, que antecipa a universalização para 2029, considerando todo o território dos 371 municípios que aderiram à URAE 1 – Sudeste, inclusive áreas rurais, informais consolidadas ou passíveis de regularização (antes não atendidas pela Sabesp), melhorias contratuais e regulatórias, além de redução imediata da tarifa e da criação do Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo – FAUSP, para garantia da modicidade tarifária no longo prazo; (ii) programa Universaliza SP, descrito a seguir, para os municípios cujos serviços não são prestados pela Sabesp.

Importante ressaltar que, a fim de que a universalização de fato ocorra, é imprescindível concretizar a regionalização no Estado, objetivo também buscado pela SEMIL em 2024, nos termos mencionados adiante.

Além disso, a SEMIL e a SP-Águas executaram, em 2024, outras intervenções no sentido de auxiliar a busca pela universalização dos serviços de saneamento, conforme será explanado no último tópico deste Capítulo.

REGIONALIZAÇÃO NO SANEAMENTO

Uma das prioridades da gestão, no que se refere ao saneamento, é a efetivação da regionalização, obrigatoriedade trazida pelo Novo Marco Legal de Saneamento Básico (Lei federal nº 14.026/2020), e que tem por finalidade promover ganhos de escala e escopo, trazendo mais viabilidade econômico-financeira aos projetos e, por conseguinte, investimentos e tarifa módica à sociedade paulista, haja vista, ainda, a existência de infraestruturas compartilhadas entre municípios paulistas e a necessidade de integração dos serviços com a gestão regional eficiente dos recursos hídricos.

Isso envolve, no Estado de São Paulo, a estruturação das Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário – URAEs, criadas pela Lei nº 17.383/2021, em observância ao Novo Marco Legal de Saneamento Básico, e regulamentadas pelo Decreto nº 66.289, de 2 de dezembro de 2021, com a redação dada pelo Decreto nº 67.880, de 15 de agosto de 2023.

A URAE 1 – Sudeste agrega os 371 municípios operados pela Sabesp, que aderiram à estrutura de prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O arranjo institucional estabelecido garantiu a clara definição de atribuições dos entes federativos, principalmente em relação à infraestrutura compartilhada e ao planejamento regional, respeitando as especificidades de cada município e a autonomia dos titulares dos serviços.

Para efetivar sua atuação, a URAE 1 possui um Conselho Deliberativo, a fim de observar as particularidades regionais e locais, deliberar sobre questões de sua competência e fortalecer a supervisão e acompanhamento da prestação dos serviços, execução dos investimentos e cumprimento das metas, conforme dispõe seu regimento interno.

O Conselho Deliberativo da URAE 1-Sudeste foi instituído em 20 de maio de 2024, com a posse de seus representantes e aprovação de seu regimento interno pela Deliberação CD URAE 1-Sudeste nº 01. Nessa primeira reunião do Conselho Deliberativo, também houve a aprovação do Plano Regional de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da URAE 1 – Sudeste, pela Deliberação CD URAE 1-Sudeste nº 02, com o planejamento das ações de saneamento em atendimento aos princípios do Plano Nacional de Saneamento Básico, considerando o atendimento universalizado a toda a população, com impactos na promoção da saúde pública e no incremento de sua qualidade de vida, somando-se à melhoria da condição ambiental e à proteção dos recursos hídricos.

Destaca-se que o Plano Regional apresenta, em 10 capítulos, o planejamento das ações de saneamento em conformidade ao Plano Nacional de Saneamento Básico e universalização de toda a população da URAE 1-Sudeste, abordando, a caracterização Geral da URAE 1-Sudeste; diagnóstico da Infraestrutura Existente; objetivos e projeção de Índices de Cobertura para a Universalização dos Serviços; Programas, Projetos e Ações; Saneamento em Áreas Rurais; Segurança Hídrica; Ações para Emergências e Contingências; Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações; Investimentos em Expansão e Melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

Nessa mesma ocasião, foi aprovada, pelo Conselho Deliberativo, a celebração do Contrato de Concessão nº 01/2024 entre a URAE 1 – Sudeste e a Sabesp, visando à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos 371 municípios, sendo as premissas do projeto de desestatização da SABESP destacadas no Capítulo “Outras Iniciativas da SEMIL”.

Entre setembro e novembro de 2024, também foram instituídos os sete comitês técnicos previstos no regimento interno do Conselho Deliberativo, no âmbito do respectivo território de atuação, os quais supervisionam e acompanham a prestação dos serviços, a execução dos investimentos e o cumprimento de metas, além de eventuais reclamações recebidas de usuários. Esses comitês técnicos são compostos por representantes do Estado e de cada município do agrupamento, tendo sido realizadas 17 reuniões, a saber:

a) Região Metropolitana de SP, com representantes de 38 municípios e do Estado, com três reuniões;
b) Região Metropolitana da Baixada Santista, com representantes de 9 municípios e do Estado, com três reuniões;
c) Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com representantes de 20 municípios e do Estado, com duas reuniões;
d) Região do Vale do Ribeira, com representantes de 21 municípios e do Estado, com três reuniões;

e) Região do Pardo/Grande e PCJ, com representantes de 34 municípios e do Estado, com duas reuniões;
f) Região do Alto e Baixo Paranapanema, com representantes de 110 municípios e do Estado, com duas reuniões; e
g) Região do Baixo e Médio Tietê, com representantes de 114 municípios e do Estado, com duas reuniões.

Nos termos do seu Regimento Interno, o Conselho Deliberativo da URAE 1-Sudeste reúne-se semestralmente, sendo sua segunda reunião realizada em 18 de dezembro, com atualizações referentes ao contrato de concessão e à instituição dos comitês técnicos.

Os documentos referentes ao Plano Regional, ao Contrato de Concessão com respectivos anexos, bem como as Deliberações do Conselho Deliberativo, estão disponíveis em urae1.sp.gov.br.

PROGRAMA UNIVERSALIZASP

O Programa UniversalizaSP visa à universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante o fornecimento de apoio técnico a municípios na elaboração de estudos para o atingimento das metas previstas no artigo 11-B da Lei federal nº 11.445/2007.

Os objetivos do Programa são:

a) viabilizar a universalização do acesso e a efetiva prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado de São Paulo, com foco nos municípios não operados pela Sabesp;
b) fomentar a regionalização da prestação dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, nos termos do inciso XIV do artigo 2º da Lei federal nº 11.445/2007; e
c) incentivar soluções sustentáveis, sob as perspectivas ambiental, social e econômica, com melhorias de eficiência e governança.

O apoio técnico poderá envolver, sem prejuízo de outros serviços considerados necessários em cada caso específico, (i) avaliação do arcabouço jurídico vigente e de eventuais alterações que possam incentivar a adesão do Município à prestação regionalizada dos serviços; (ii) contratação, pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, de estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, jurídica e ambiental da prestação dos serviços por contrato de parceria; (iii) avaliação da estrutura de governança necessária, no âmbito do município ou da unidade regionalizada, para implementação do projeto e posterior gestão e regulação do contrato de parceria; (iv) elaboração de modelos societários, regulatórios e contratuais; e (v) mapeamento de potenciais investidores à luz das modelagens propostas para a oferta dos serviços.

No total, 133 municípios aderiram ao UniversalizaSP. A partir da apresentação dos estudos iniciais, estão previstas as seguintes atividades, a serem realizadas conjuntamente com a SPI: (i) realização de estudos técnicos de modelos societários e contratuais (Concessão e Parcerias Público-Privadas); (ii) avaliação do arcabouço jurídico vigente; (iii) proposição de uma estrutura de governança e gestão; e (iv) mapeamento de custos, receitas e modelos regulatórios.

Em 18 de dezembro de 2024, o Conselho do Programa de Parcerias em Investimentos (PPI-SP) deliberou pela qualificação no Programa Estadual de Desestatização e, consequentemente, inclusão no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI-SP) de projetos de segurança hídrica, no âmbito do Programa Universaliza SP, para Municípios integrantes das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (UGRHIs) 13-TJ (Tietê/Jacaré) e 16-TB (Tietê/Batalha) (acessível em https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/gestao-de-recursos-hidricos/).

DEMAIS INTERVENÇÕES PARA UNIVERSALIZAÇÃO

Em 2024, houve a continuidade nos estudos para a elaboração do 1° Plano Estadual de Saneamento Básico de São Paulo – PESB/SP, contemplando os quatro serviços de saneamento básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais), estruturado em 5 relatórios: Diagnóstico da Situação Atual; Diretrizes, Prioridades e Estratégias; Programas, Projetos e Ações; Estruturação dos Programas; e Monitoramento e Avaliação das Ações Programadas. Os 5 relatórios foram submetidos a consulta pública e encontram-se em versão final, disponíveis na página da SEMIL (ver https://semil.sp.gov.br/srhsb/pesb-sp-plano-estadual-de-saneamento-basico-de-sao-paulo/). O PESB/SP é a consolidação desses relatórios sendo objeto de audiência pública em 12 de fevereiro de 2025.

Além disso, ações técnicas e financeiras nos municípios, no tocante a serviços de saneamento, também tiveram continuidade, proporcionando melhorias socioambientais e de saúde pública para a população, bem como fortalecendo a gestão da política de saneamento, com um investimento de R$ 14.513.345,00 e 132.446 habitantes beneficiados.

Em 2024, foram concluídas as obras objeto dos convênios celebrados com os municípios de Morro Agudo (aquisição e substituição de rede de água e ramais), Barrinha (construção de reservatório de água), Lençóis Paulista (construção de um poço profundo

com equipamento de bombeamento completo para vazão de 200 m³/h), Lindóia (perfuração de poço tubular profundo), totalizando R$ 2.713.345,00, com benefício a uma população de 24.200 habitantes.

MAIS DE R$14 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

132.446 HABITANTES BENEFICIADOS

Encontram-se em andamento os convênios com os municípios de Américo Brasiliense (aquisição e montagem de reservatório metálico apoiado, no bairro Jardim Planalto, e perfuração de poço tubular profundo), Sales de Oliveira (perfuração de poço tubular profundo), Macaubal (revitalização e reforma do sistema d'água), Ipeúna (reforma e ampliação da estação de tratamento de esgotos do Jardim Ipeúna), Martinópolis (construção de reservatórios de água e abertura de poços artesianos), Leme (substituição de rede de distribuição de água em cimento para PVC), Rincão (aquisição e montagem de reservatório metálico apoiado de capacidade de 100 m, com fundação, base e interligação de tubulações, localizado no Distrito de Taquaral) e Braúna (construção de estação tratamento de esgoto compacta – ETE). Esses investimentos em água e esgoto totalizam R$ 2,5 milhões, beneficiando uma população de 41.050 habitantes.

Tem-se ainda outros convênios firmados com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Rio das Pedras (construção de reservatório de água) e os municípios de Guareí (construção de Estação Elevatória de Esgoto) e Américo Brasiliense (projeto de Estação de Tratamento de Esgoto), totalizando recursos de R$ 400.000,00 e que beneficiarão uma população de 53.500 habitantes.

No âmbito do programa ÁGUA É VIDA, com a execução de obras, serviços e/ou instalação de equipamentos nas áreas rurais e localidades isoladas, finalizou-se, em 2024, 4 convênios celebrados em 2021 e 2022, com os municípios de Ribeira, Iporanga, Sete Barras e Barra do Turvo. Os referidos convênios tiveram como objetivo a aquisição e instalação de Unidades Sanitárias Individuais – USIs nas comunidades rurais e localidades isoladas (total de 740), resultando no valor de R$ 6,5 milhões. Em 2024, foram celebrados 2 convênios com o município de Iporanga para instalação de 184 Unidades Sanitárias Individuais de Esgotos, beneficiando 736 habitantes, no valor de R$ 1,9 milhão.

Em relação às obras e serviços executados pela SP-Águas nessa temática, destaque para as intervenções listadas a seguir, com investimento total de R$ 41,7 milhões:

a) implantação de coletores tronco e interligação de rede de esgoto Vila Alvorada, Parque São Jorge e Parque São Francisco, em Presidente Venceslau.

b) implantação do sistema de saneamento da área de expansão entre a Via Abdo Najn e a Via José Barbanti Neto após a SP-255, em Araraquara;
c) ampliação da capacidade de operação da estação de tratamento de esgoto (ETE) em Cravinhos;
d) implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário, em Macaubal, em andamento, com previsão de entrega em 2025;
e) implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário, em São Simão, em andamento, com previsão de entrega em 2025; e
f) implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário urbano, em Jardinópolis, em andamento, com previsão de entrega em 2025.

OEMIL 8	Buscar a antecipação da universalização do saneamento no Estado.

Áreas atuantes: Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico (Coordenadoria de Recursos Hídricos e Coordenadoria de Saneamento) e SP-Águas.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Em atendimento às metas estabelecidas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo, no Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho de 2024, foi lançado o Programa Integra Resíduos, instituído pelo Decreto nº 68.578/2024, sob a coordenação das Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e de Parcerias em Investimentos, visando ao atendimento das necessidades regionais e locais de manejo de resíduos sólidos urbanos até a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, por meio de projetos sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental.

INTEGRA RESÍDUOS

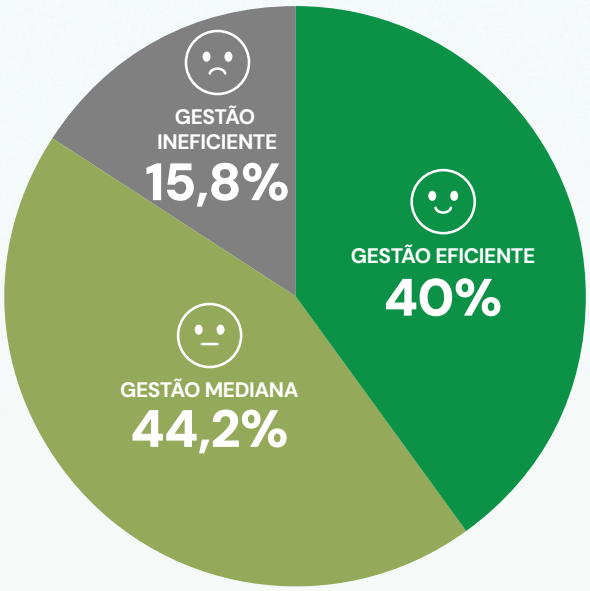
O programa traz como foco principal os arranjos regionais, de acordo com a quantidade e as características dos resíduos gerados, instalações e equipamentos existentes, associados ao menor custo de transporte e de disposição final. Também fornecerá apoio técnico para a implementação do projeto, regulação contratual e o mapeamento de potenciais investidores para as empresas que atuam nesse setor. Ao todo, aderiram ao programa 128 municípios e 12 Consórcios Intermunicipais, sendo que estes últimos somam 216 municípios.

12 CONSÓRCOPS MUNICIPAIS E UM TOTAL DE 344 MUNICÍPIOS ADERIRAM AO PROGRAMA

Em dezembro de 2024, o Colegiado do Programa de Parcerias em Investimentos deliberou pela qualificação no Programa Estadual de Desestatização e, consequentemente, inclusão no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI-SP), de projetos de destinação final de resíduos sólidos para 12 (doze) consórcios intermunicipais no âmbito do Programa Integra Resíduos, visando a estruturação de projetos sustentáveis, baseados em soluções regionalizadas para a disposição final de resíduos sólidos.

Outro eixo importante na gestão de resíduos sólidos relaciona-se às atividades de educação ambiental. Estruturado em 2023 e assinado em janeiro de 2024, o convênio entre a SEMIL, via Coordenadoria de Educação Ambiental, e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) tem como objetivo atingir metas de curto prazo do PERS, até 2025; realizar diagnósticos situacionais sobre a educação ambiental em municípios e consórcios; definir instrumentos desta temática para os respec-

tivos públicos-alvo; bem como propor ações para as metas a médio prazo. A parceria também favorece o intercâmbio de dados e informações para divulgação de publicações técnicas e acadêmicas, assim como o intercâmbio de estudantes e membros da equipe técnico científica.



Ademais, a Coordenadoria de Planejamento Ambiental, por meio da Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos, calculou o IGR – Índice de Gestão de Resíduos Sólidos – para 591 municípios paulistas, sendo sua adesão de caráter voluntário. Do total de municípios aderentes, em 2024, 40% apresentaram gestão eficiente, 44,2% apresentaram gestão mediana e 15,8% apresentaram gestão ineficiente.

Também no assunto resíduos sólidos, a CETESB lançou o Painel Dinâmico Logística Reversa (https://cetesb.sp.gov.br/logisticareversa/), sendo o primeiro no Brasil a oferecer transparência de dados sobre o tema, que compila e classifica dados de logística reversa desde 2012 até 2023, quando mais de 820 mil toneladas de resíduos foram computadas em resultados de Logística Reversa. Dos 645 municípios paulistas, 558 possuem algum tipo de instalação de logística reversa. Em 2023, do volume total reportado (820 mil t), 34% correspondem a pneus, 28% a embalagens em geral, 19% a óleo lubrificante acabado e 17% a baterias de chumbo-ácido. Os dados de 2024 serão recepcionados até 30/07/2025, conforme prazo legal aplicável para submissão dos Relatórios Anuais de Resultados.

O objetivo do painel é fornecer informações sobre o estágio atual de implantação da logística reversa no Estado de São Paulo e fortalecer as práticas ambientais em diversos setores, aumentando a consciência da população sobre o tema. Os painéis incluem um mapa do Estado de São Paulo, mostrando a presença ou ausência de instalações de logística reversa declarados por municípios e por setor.

Em 22 de julho de 2024, a CETESB aprovou a Decisão de Diretoria 051/2024/P, que define procedimentos a serem adotados para demonstrar o cumprimento da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental, em atendimento à Resolução SMA 45, de 23 de junho de 2015.

Em 2024, a CETESB publicou o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de São Paulo, referente ao ano de 2023. O documento reflete as condições ambientais dos sistemas de compostagem, das estações de transbordo e da disposição final em aterro de RSU – Resíduos Sólidos Urbanos, oriundos da coleta pública, a partir de dados obtidos nos 645 municípios do Estado, incluindo a comparação com os resul-

tados de 2022. A íntegra da 27ª edição está disponível no link https://cetesb.sp.gov.br/residuossolidos/publicacoes-e-relatorios.

Além disso, o FECOP, durante o ano de 2024, firmou contratos com 29 municípios: Aramina, Avaí, Avaré, Barrinha, Braúna, Campos Novos Paulista, Canas, Cássia dos Coqueiros, Holambra, Igaraçu do Tietê, Indiaporã, Jardinópolis, Pedregulho, Potim, Redenção da Serra, Restinga, Ribeira, Ribeirão Branco, Roseira, Santo Antonio do Jardim, Socorro, Taiaçu, Tejupá, Torrinha, Tupi Paulista e Ubatuba, no montante de R$ 11.592.000,00, para melhoria da gestão dos resíduos sólidos.

Ainda, em relação ao tema resíduos sólidos, destaca-se o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo - PERS/SP, cuja revisão deverá ser contratada em 2025, incluindo as ferramentas de implementação, acompanhamento e monitoramento das ações para atendimento das metas legalmente estabelecidas, aferindo a situação de cada uma delas, com a proposta de correção ou melhoria da sua efetividade. Espera-se conclusão da revisão do PERS/SP para o início de 2026.

O PERS/SP define instrumentos de planejamento fundamentais para estruturar a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, tais como: os Planos de Resíduos Sólidos, o Sistema Declaratório Anual de Resíduos Sólidos, o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos e o monitoramento dos indicadores da qualidade ambiental. Esses instrumentos dão suporte à elaboração de políticas públicas que promovam a minimização dos resíduos gerados e adequada destinação final dos materiais e substâncias consideradas perigosas.

No eixo da Logística Reversa, está em desenvolvimento normativo que estabelece as diretrizes para a implementação, estruturação, operacionalização e monitoramento dos sistemas de Logística Reversa no Estado de São Paulo. O objetivo é vincular a obrigação de apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, normatizando procedimentos relativos à logística reversa de pessoa jurídica, fabricante, importadora, distribuidora ou comerciante.

Encontra-se em fase de contratação serviços de capacitação dos municípios do Estado de São Paulo, com as seguintes ações de fomento: (i) garantir que os gestores municipais tenham um entendimento claro das obrigações e possibilidades relacionadas à qualidade dos recursos hídricos e na gestão de resíduos; (ii) melhorar a eficiência operacional das Associações e Cooperativas, a qualidade dos materiais reciclados e a sua sustentabilidade econômico-financeira; (iii) melhoria das condições de trabalho dos associados/cooperados, da eficiência na coleta seletiva e da promoção da inclusão social.

Cooperativa de reciclagem

OEMIL 9	Fortalecer os arranjos regionais e a gestão de resíduos sólidos em atuação conjunto com as políticas públicas municipais.

Áreas atuantes: Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico (Coordenadoria de Saneamento e Coordenadoria de Resíduos Sólidos), Subsecretaria de Meio Ambiente e CETESB.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DESCARBONIZAÇÃO

PLANO ESTADUAL DE ENERGIA 2050

Em 2024, o Plano Estadual de Energia (PEE 2050) foi aprovado pelo Conselho Estadual de Política Energética, criado pela Lei nº 11.248/2002 e regulamentado pelo Decreto nº 47.907/2003, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo na formulação de diretrizes e políticas energéticas. O colegiado, presidido pela SEMIL, é integrado por Secretários de Estado, representantes da Alesp, de federações, de universidades estaduais paulistas, de institutos de pesquisa paulistas e por membros de notório saber no campo da energia.

Desenvolvido pela SEMIL, em parceria com a Escola Politécnica na Universidade de São Paulo – EP/USP, o PEE 2050 foi elaborado em consonância com o eixo de energia do Plano de Ação Climática 2050 (PAC 2050), um dos pilares da estratégia climática paulista. O Plano, que conta com cinco eixos estruturantes – meio ambiente e social, tecnologia, infraestrutura, mercado e regulação – é um instrumento de planejamento de longo prazo, que apresenta as estratégias do Estado para mitigar a emissão de gases causadores do efeito estufa (GEE), com ambição de alcançar emissões líquidas zero de carbono até 2050. O Plano também é um instrumento de previsibilidade para o mercado.

Cabe destacar que o PEE 2050 foi um compromisso assumido pelo Estado ao aderir à campanha *Race to Zero*, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCC, conforme o Decreto nº 65.881/2021.

O Plano abarcou áreas como eficiência energética, disponibilidade hídrica e múltiplos usos, projetos híbridos, resposta da demanda e redes inteligentes, resposta da demanda e recursos energéticos, biomassa e biocombustíveis, petróleo e gás natural, eólica, hidrogênio, mobilidade de baixo carbono, mudanças climáticas e mecanismos de mercado. O PEE 2050 indicou caminhos para a redução de quase 50% das emissões de GEE em 2050 no cenário de mitigação em comparação com o cenário de referência, equivalentes a cerca de 60 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO_2e).

A elaboração do PEE 2050 valorizou a participação social. Foram realizados quatro *workshops* e uma consulta pública que contou com mais de 700 contribuições de diferentes interessados, como agentes econômicos, entidades representativas e sociedade civil.

O próximo passo é a elaboração de um plano tático, com visão de curto e médio prazo, definindo-se ações no horizonte de dez anos para alcançar os objetivos estratégicos do PEE 2050.

PLANO PAULISTA DECENAL DE ENERGIA 2034

Avançando na estratégia climática paulista, em dezembro de 2024, a SEMIL celebrou contrato com a EP/USP, por meio da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP, para subsidiar a elaboração do Plano Paulista Decenal de Energia 2034 – PPDE 2034, com horizonte de 2025 a 2034.

Tendo as diretrizes do PEE 2050 como referência de nível estratégico, o PPDE 2034 detalhará ações de curto e médio prazos, de nível tático, para alcançar a neutralidade de carbono no horizonte de 2050. A ênfase do PPDE 2034 será nos empreendimentos necessários para realização de projetos de produção de energia de baixo carbono e de eficiência energética, avaliando-se o valor dos investimentos e seu impacto nas emissões de GEE.

O prazo para execução do estudo é de vinte meses, com previsão de término para o quarto trimestre de 2026.

BALANÇO ENERGÉTICO ESTADUAL DE 2024

O Balanço Energético Estadual de 2024 – BEESP 2024 (ano base 2023) foi publicado no *site* da SEMIL e apresenta, em suma, todas as informações sobre a matriz energética paulista, disponível em <https://semil.sp.gov.br/sem/balanco-energetico-do-estado-de-sao-paulo/>.

O BEESP 2024 aponta que, em 2023, as fontes renováveis consolidaram seu protagonismo na matriz energética paulista, em termos de oferta de energia interna bruta, que considera tudo que é produzido, importado e exportado. As energias renováveis totalizaram 47 milhões de toneladas de óleo equivalente (toe), respondendo por 60% de participação, superando os 49% da matriz energética nacional e representando um aumento em relação a 2022. Destaque para os produtos da cana-de-açúcar (37%), hidráulica e eletricidade (15%) e outras renováveis (8%), entre as quais está a energia solar. No que diz respeito à matriz elétrica, a geração de energia solar fotovoltaica dobrou quando comparada ao ano de 2022, passando de 4,5 TWh para 9,0 TWh. O balanço destaca que a participação da energia solar fotovoltaica ampliou de 6% para 9%.

De acordo com o estudo, a hidrologia existente no estado foi favorável para a ampliação, em 25%, da geração de energia hidráulica, que saiu de 43,0 TWh para 58,6 TWh. Rico em rios e reservatórios, o Estado de São Paulo apresentou um cenário hídrico vantajoso, representando 61% da matriz elétrica, maior que os 59% de 2022.

Já a biomassa, que atualmente representa 27% na matriz elétrica, indicou uma ampliação de 14%, de 23,1 TWh (2022) para 26,8 TWh (2023). O resultado é devido ao aumento expressivo da safra 2023/2024, que cresceu 19% em relação à safra 2022/2023, totalizando 654 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Em São Paulo, foi possível observar aumento na moagem, registrando avanço de 23%, totalizando 388 milhões

de toneladas de cana-de-açúcar processadas para produção de açúcar e também de energéticos como etanol, eletricidade e biometano.

Com uma matriz elétrica predominante limpa, sendo 97% renováveis contra 3% não renováveis, economia pujante, infraestrutura robusta e segurança jurídica, São Paulo reúne condições para um ambiente de negócios favorável à realização de investimentos por empresas com estratégias de descarbonização, que buscam comercializar produtos e serviços com menor impacto ambiental.

Assim, a sociedade pode ter acesso a informações a respeito do setor energético do Estado, permitindo que o mercado, os órgãos governamentais e demais interessados criem estratégias com base em dados assertivos em relação à oferta e ao consumo de energia no Estado, aproveitando oportunidades existentes.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

FINANCIAMENTO DE 425 PROJETOS

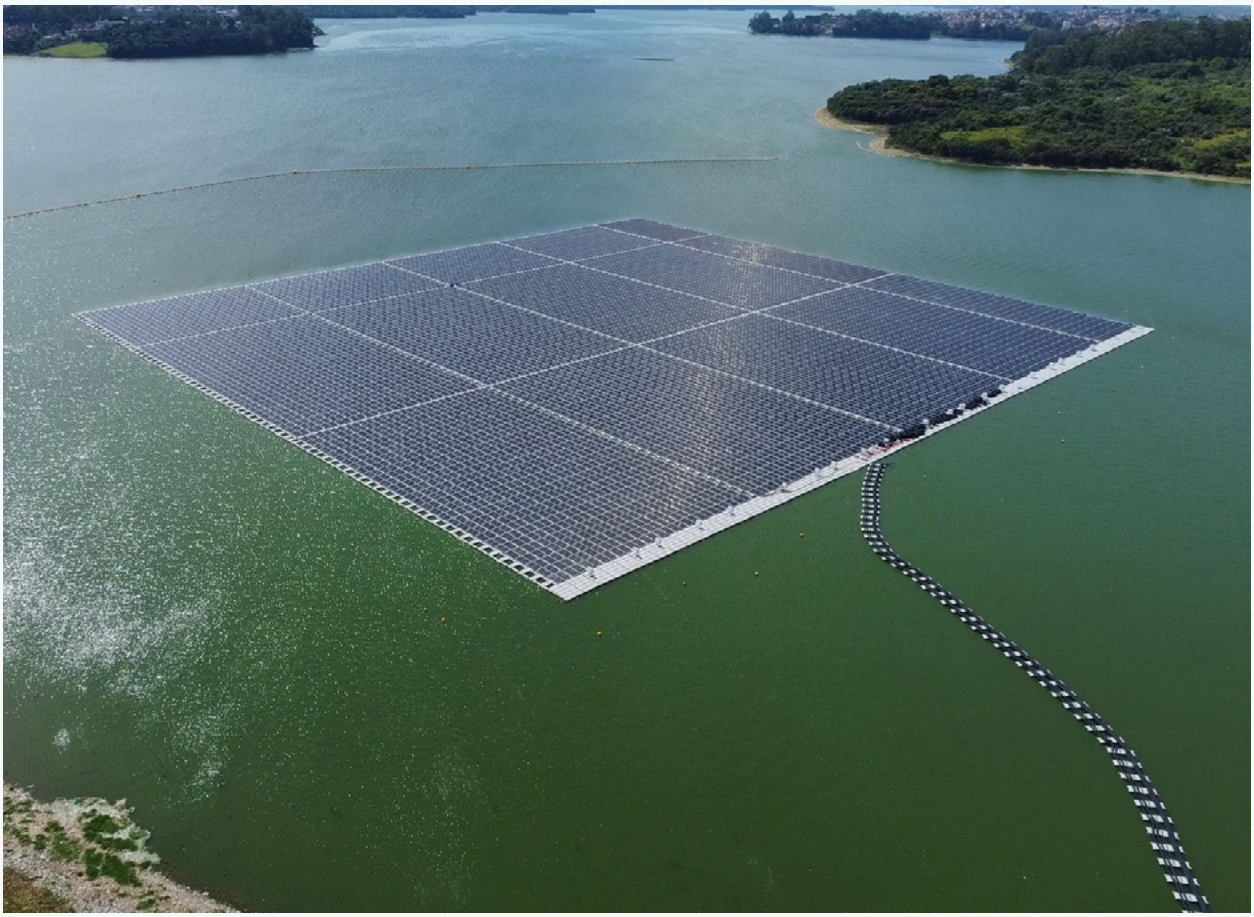
CERCA DE R$420 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

Atuando na implementação do PEE 2050, a SEMIL celebrou contrato com a Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP) para administração dos recursos do Fundo de Aval de Eficiência Energética do Estado de São Paulo – FAEE, instituído pela Lei nº 17.615/2022, regulamentada pelo Decreto nº 68.234/2023.

Trata-se de uma ação com potencial de alavancar cerca de R$ 420 milhões em investimentos de eficiência energética garantidos pelo FAEE, fundo vinculado à SEMIL, para financiamento de 425 projetos. A meta é reduzir 7 TWh de consumo de energia até 2025. Espera-se mitigar a emissão de 1,1 milhão de tCO_2e.

O Fundo, formado por aportes e doações do setor privado e de instituições multilaterais, visa reduzir os requisitos de garantias para as pequenas e médias empresas financiarem projetos de eficiência energética, abrindo caminho para modernização dos processos e redução de custos das beneficiárias de forma sustentável e reduzindo emissões de GEE.

Cabe também ressaltar, nessa temática, que a Companhia Docas de São Sebastião aderiu à Aliança Brasileira para Descarbonização dos Portos e aplicou incentivos tarifários por meio da plataforma *Environmental Ship Index*, com sede na Holanda, para navios que emitem baixas quantidades de gases efeito estufa na atmosfera, a fim de incentivar a eficiência energética dos navios que frequentam o Porto de São Sebastião.



Usina Fotovoltaica na Represa Billings

BIOMETANO

O PEE 2050 indicou o biometano como umas das principais estratégias de mitigação de GEE do Estado de São Paulo. Nesse sentido, medidas foram iniciadas para alavancar sua produção e uso. Com apoio técnico e institucional da SEMIL, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP desenvolveu estudo para o desenvolvimento do biometano. Concluído e apresentado para a sociedade em 2024, o trabalho indicou potencial de produção de 6,5 milhões de m^3/d de biometano, com geração de investimentos da ordem de R$ 40 bilhões e cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos, conforme apresentação disponível em <https://semil.sp.gov.br/2024/10/expansao-da-producao-de-biometano-pode-gerar-20-mil-empregos-no-estado-de-sp-revela-estudo/>.

Na mesma esteira, a SEMIL, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA, editou a Resolução Conjunta SEMIL/SAA nº 001/2024, com o objetivo de criar grupo de trabalho a fim de propor diretrizes para a elaboração de normas procedimentais ao licenciamento ambiental de empreendimentos relativos ao biogás e ao biometano no Estado. A iniciativa buscou fornecer segurança jurídica e previsibilidade ao mercado, a fim de promover a produção e o uso do biometano no estado de São Paulo.

Como resultado dessa política pública, a CETESB publicou três normas de licenciamento para projetos de armazenamento de biometano em carretas e de produção de biometano a partir de resíduos do setor sucroenergético e de aterros sanitários, disponíveis em <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/atividade-de-geracao-de-biogas-e-ou-biometano/>.

Além disso, a CETESB, a partir de estudos conjuntos com a SAA, divulgou, em 06/12/2024, os novos procedimentos para a geração de biogás e biometano em propriedades rurais no estado, abrangendo uma ampla gama de atividades agropecuárias, incluindo avicultura, suinocultura, bovinocultura, frigoríficos e abatedouros. Por meio do licenciamento, o produtor tem celeridade na obtenção da permissão para instalação e produção de combustíveis renováveis, além de a medida atrair investimentos para o segmento a partir de sua padronização.

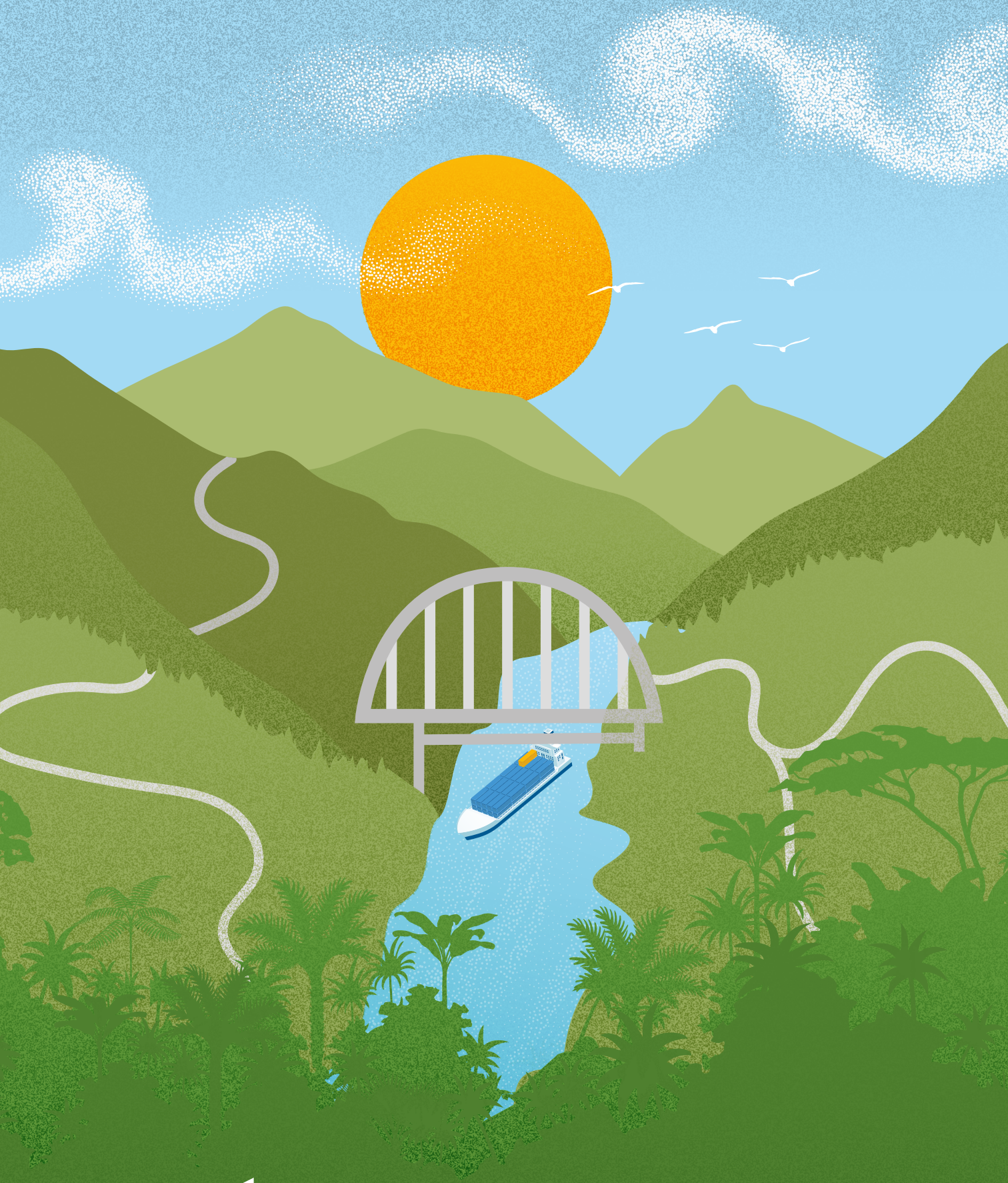
MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL

Em 2024, a SEMIL celebrou contrato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, visando à elaboração do ordenamento territorial geomineiro – OTGM das regiões do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, avançando no planejamento da mineração paulista, após a conclusão do OTGM das regiões do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema. O OTGM é uma ferramenta para nortear a formulação de políticas públicas e o planejamento setorial, bem como a atuação junto aos municípios e ao mercado, visando ao desenvolvimento da mineração sustentável no Estado. O OTGM considera informações geológicas e mercadológicas, arcabouço regulatório, legislação ambiental, ZEE, entre outros.

Outro destaque foi a emissão de 130 certificados do Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzam produtos e subprodutos de origem mineral no Estado de São Paulo – CADMINÉRIO, criado pelo Decreto nº 67.409/2022. O Estado, e suas contratadas, podem adquirir produtos, em especial areia e brita, somente de fornecedores habilitados no CADMINÉRIO, mediante comprovação de regularidade de documentação, como licenciamento ambiental. Dessa forma, o CADMINÉRIO visa fomentar a mineração sustentável, estimular a competição leal e melhorar o ambiente de negócios, atraindo mais investimentos para o setor.

OEMIL 10	Promover a transição energética e a mineração sustentável no Estado.

Áreas atuantes: Subsecretaria de Energia e Mineração, Subsecretaria de Meio Ambiente e CETESB.



LOGÍSTICA E TRANSPORTES

A partir de 2023, foram transferidos para a SEMIL o campo funcional e as competências da extinta Secretaria de Logística e Transportes. Cabe ressaltar que as atribuições de modelagem, contratação e gestão das concessões no âmbito de transportes (chamado poder concedente) foram transferidas para a Secretaria de Parcerias em Investimentos.

Em 2024, foi dado continuidade aos trabalhos de planejamento e execução relativos às políticas públicas que cuidam do Plano Estadual de Logística e Investimentos. Também teve início a elaboração do Plano Estratégico Ferroviário, assim como as tratativas para o desenvolvimento de estudos e programas voltados a melhorias nos modais hidroviário e rodoviário.

PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA E INVESTIMENTOS

Em 2023, a Subsecretaria de Logística e Transportes, em conjunto com o DER, iniciou o processo de contratação do Plano Estadual de Logística e Investimentos do Estado de São Paulo. Em outubro de 2024, foi assinada a Portaria SUP/DER-106-30/10/2024, que instituiu a Comissão Especial de Contratação para Serviços Especializados de Consultoria para o desenvolvimento e elaboração do Plano de Logística e Investimentos do Estado de São Paulo. O projeto contará com financiamento do BID e está em fase de contratação, com previsão de conclusão em 2026.

O Plano identificará as necessidades de investimentos em infraestrutura, propondo ações em sintonia com a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos projetos. O estudo abordará questões como a otimização da matriz modal, buscando maior participação dos modos hidroviário e ferroviário, a equidade no acesso ao transporte como forma de redução das desigualdades regionais dentro do Estado, a melhoria do bem-estar da população, por meio da redução de emissões, tempos e custos de viagem, e da competividade econômica, mediante a diminuição dos custos logísticos do transporte de carga.

O Plano terá como insumos os resultados de dois estudos finalizados recentemente pela SEMIL: o Projeto Big Data e o Inventário de Emissões do Transporte Regional, concluídos em 2022 e 2023, respectivamente.

PLANO ESTRATÉGICO FERROVIÁRIO

Em maio de 2024, foi instituído o Programa SP nos Trilhos, sob coordenação da Secretaria de Parcerias em Investimentos, visando à estruturação de projetos de transporte de passageiros e cargas sobre trilhos no território do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, em junho de 2024, a SEMIL e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM assinaram Convênio de Cooperação Técnica, com o objetivo de elaborar e planejar o Plano Estratégico Ferroviário. O Plano visa à identificação das necessidades, gargalos e oportunidades de investimentos no modal ferroviário do Estado de São Paulo, a fim de promover a mobilidade sustentável e o desenvolvimento regional, levando em consideração os aspectos ambientais e socioeconômicos. Atualmente, o plano está na fase de definição do escopo base aos projetos ferroviários, com prazo de conclusão em 30 meses.

PLANO ESTRATÉGICO HIDROVIÁRIO

Encontra-se em fase de formalização, com previsão de assinatura em abril de 2025, um Convênio de Cooperação Técnica entre SEMIL e USP para o planejamento e desenvolvimento do Plano Estratégico Hidroviário no Estado de São Paulo. O Plano tem como escopo a elaboração de Pesquisas e Estudos de Viabilidade Arquitetônica e Urbanística, com ênfase na navegação e na intermodalidade, por meio do levantamento de dados técnicos e socioeconômicos e análise das infraestruturas componentes das hidrovias (canais, barragens, eclusas, pontes, cais e outras) e das travessias (atracadouros e outras); das sinalizações náuticas; das embarcações com fonte de energia com baixa emissão de carbono; do sistema de navegabilidade e respectiva tecnologia; do transporte fluvial; e do desenvolvimento urbano e regional sustentável.

COOPERAÇÃO TÉCNICA DE SEGURANÇA VIÁRIA

Encontra-se em tratativas a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o DER, a ARTESP, a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e o Comando de Policiamento Rodoviário – CPRv da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o qual terá como objetivo viabilizar o intercâmbio de experiências, a condução de estudos e o levantamento de informações, com o intuito de promover o desenvolvimento de proposições técnicas destinadas ao aprimoramento das políticas públicas voltadas à segurança viária.

Os objetivos específicos do Acordo de Cooperação Técnica seguirão os eixos temáticos destacados a seguir:

a) Painel de acidentes e segurança viária;
b) Plano Cicloviário;
c) Modernização da regulação na segurança viária;
d) Padronização de manuais de segurança viária; e
e) Plano de Adaptação e Resiliência Climática das Rodovias Estaduais.

PAINEL DE LOGÍSTICA

Está em andamento a criação do Painel de Logística no *site* da SEMIL com mapeamento macro da infraestrutura do Estado de São Paulo e painéis com os principais indicadores das travessias litorâneas e da Hidrovia Tiete Paraná.

O Painel de Logística será uma ferramenta de monitoramento e informação, que visa divulgar, de forma organizada, os dados de infraestrutura de transporte do Estado. O instrumento permite um acesso transparente e simplificado a dados que fundamentam decisões de políticas públicas, além de atender o previsto na Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

INVESTIMENTOS EM TRAVESSIAS E HIDROVIAS

1. Travessias Litorâneas

Atividades e investimentos em 2024:

1.1. Reforma, Modernização e Adequação de Embarcações

- reforma concluída de 5 balsas (FB-21, FB-28, FB-27, FB-11 e FB-05) e 1 lancha (Lancha Canéu), no valor total de R$ 45,5 milhões;
- aquisição de 19 motores para a modernização da frota das Travessias Litorâneas, no valor de R$ 6,91 milhões;
- reforma, em andamento, de 8 embarcações (FB-30, FB-10, LS-02, FB-15, FB-16, LS-05, FB-12 e FB-18), no valor total de R$ 52 milhões; e
- licitação homologada de outras 2 reformas de embarcações (LS-03 e FB-Cananéia).

REFORMA DE **5** BALSAS E **1** LANCHA

R$45,5 MILHÕES INVESTIDOS

1.2. Melhoramentos dos Terminais e Atracadouros

- obra concluída de construção do Flutuante DH-III de Ariri, da Travessia Cananeia/Ariri, e do flutuante de Vicente de Carvalho, da Travessia Santos/Vicente de Carvalho, no valor total de R$ 12,25 milhões;
- reforma concluída dos atracadouros de São Sebastião e de Ilhabela, da Travessia São Sebastião/Ilhabela, no valor de R$ 13,9 milhões;

- entrega do estudo e projeto da obra de Dragagem em Barra Velha, da Travessia São Sebastião/Ilhabela, no valor de R$ 420 mil; e
- reforma da Estação da Praça da República, no valor de R$ 8,2 milhões, e das estações de pedestres de São Sebastião e Cananéia, no valor de R$ 1,3 milhão.

1.3. Serviços de Conservação e Manutenção de Embarcações

- preparação das embarcações para vistorias de renovações de Certificado de Segurança Naval – CSN: foram realizadas 83 vistorias, associadas a vistoria da classificadora, diminuindo a quantidade de parada das embarcações, otimizando os serviços e reduzindo custos;
- ao longo do ano, as embarcações foram submetidas a 21 vistorias da Capitania dos Portos de São Paulo-CPSP; e
- recondicionamento de 28 motores de propulsão, 20 reversores e 4 grupos geradores das embarcações, com fornecimento de peças.

Quanto aos serviços de locação de embarcações, foi realizada a contratação de embarcações alugadas para complementar a operação nas Travessias e aumentar a capacidade operacional do Sistema. Entre 2022 e 2024, foram contratadas as locações de 7 balsas e 2 lanchas para as Travessias de São Sebastião/Ilhabela, Guarujá/Bertioga, e para as travessias do Litoral Sul.

No tocante aos serviços de Monitoramento e Operação, o Sistema de Travessias conta com um Centro de Controle Operacional-CCO, localizado no estaleiro do Guarujá, que funciona 24 horas por dia, com permanente monitoramento por meio de câmeras e radiocomunicação com todas as Travessias, além de salas de Controle Operacional em São Sebastião e Vicente de Carvalho.

24 HORAS
DE MONITORAMENTO E OPERAÇÃO

Em 2024, teve início a execução do novo contrato de Operação do Sistema de Travessias Litorâneas. O novo contrato incluiu a implantação de um sistema automatizado de monitoramento e gestão operacional, que permitirá otimizar o planejamento e a eficiência da operacionalização do serviço, por meio da elaboração de indicadores de desempenho e implantação de equipamentos para controle de demanda e embarcações. O novo sistema já foi instalado e encontra-se em fase de teste operacional.

Também em 2024, entrou em vigor um novo contrato de gestão de filas e suporte às autoridades de trânsito. O serviço engloba a operacionalização do trânsito e apoio para a formação, organização, sinalização, manutenção e orientação das filas de veículos, e permitirá uma melhor organização das filas de acesso dos veículos às embarcações.

Outra inovação na operação do serviço de Travessias foi a contratação de uma balança para pesagem de caminhões na Travessia São Sebastião/Ilhabela. O equipamento verifica o peso e dimensão dos caminhões que utilizam a Travessia, a fim de atender a Resolução SEMIL nº 79, de 05 de outubro de 2023, que restringe a passagem de veículos de grande porte em horários de pico. A medida visa alcançar mais segurança no uso da infraestrutura e potencializar a utilização das embarcações para a travessia de veículos de passeio, reduzindo o tempo de espera nas filas.

FB-29 na Travessia São Sebastião-Ilhabela

Além disso, em 2024, foram licitados novos contratos de abastecimento das embarcações, vigilância patrimonial e Locação de PMV´s (Painéis de Mensagem Variável).

De igual maneira, foram realizadas as seguintes atividades de Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho:

a) ações de manutenção dos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiro-AVCB; capacitação e treinamento dos colaboradores que trabalham nas Travessias, incluindo os treinamentos mensais para atendimento a NORMAM 202 e os treinamento previstos nas Normas Regulamentadoras – NR;
b) simulados dos Planos de Atendimento a Emergências-PAE e dos Planos de Emergência Individual-PEI;
c) treinamento da Brigada de Incêndio e Primeiros Socorros;
d) participação no Plano de Área do Porto de Santos-PAPS e no Plano de Área do Porto de São Sebastião-PAPOSS, com a coordenação do simulado anual do plano sob gestão do Departamento Hidroviário, em atendimento ao Decreto nº 4.871/2003;

e) renovação da Licença de Operação dos Estaleiros de Guarujá, Vicente de Carvalho e requerimento da renovação da Licença de Operação do estaleiro de Iguape;
f) manutenção do Programa de Monitoramento de Fauna Sinantrópica e Controle do mosquito *Aedes Aegypti*;
g) adequação de itens de acessibilidade na estação de passageiros de Vicente de Carvalho e reforma da estação da Praça da República, com o atendimento a itens de acessibilidade;
h) programa de Travessia Segura durante as Operações Verão 2023/24 e 2024/2025; e
i) manutenção dos programas de gerenciamento de resíduos gerado nos estaleiros, embarcações e terminais de embarque e desembarque, e do programa de monitoramento e controle de emissão de fumaça preta das embarcações.

2. Travessia Paraibuna

O Departamento Hidroviário assumiu a operação das Travessias do Reservatório de Paraibuna, até então sob responsabilidade da CESP (Companhia Energética de São Paulo), a partir de janeiro de 2023.

Ao longo de sua gestão, o DH realizou uma série de vistorias para avaliar a situação das Travessias e as melhorias que precisavam ser implementadas, sendo efetivada a contratação de nova empresa para operação do sistema. Em 2024, foram licitadas e contratadas o serviço de locação de 4 embarcações para as Travessias do Reservatório de Paraibuna, totalizando um investimento R$ 6,6 milhões. A locação de balsas para complementar a operação é fundamental para manter a capacidade operacional do sistema em substituição às embarcações em reforma ou manutenção.

3. Hidrovia Tietê Paraná

Estão sendo realizados fortes investimentos para otimizar a navegação na Hidrovia Tietê-Paraná. As obras visam eliminar gargalos – restrição de fluidez de navegação, por exemplo –, aumentar a velocidade média de tráfego hidroviário e a capacidade média de transporte, melhorando e ampliando a malha hidroviária no Rio Tietê.

Destaca-se, nesse contexto, a obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava, que foi paralisada em junho de 2019 e retomada no 1° semestre de 2023, conforme explanado no Capítulo referente ao IntegraTietê.

Além disso, estão em andamento as seguintes obras e atividades:

a) supervisão de obras do Alto e Médio Tietê e Baixo Tietê Paraná;
b) novo contrato de manutenção da Hidrovia: serviços de sinalização, topografia e batimetria da via – previsão de contratação em março de 2025;
c) novo contrato de apoio técnico: serviços de apoio técnico, operacional e gerenciamento integrado na execução de intervenções, projetos, obras e ações socioambientais para eliminação de gargalos que limitam a operação da Hidrovia Tietê-Paraná – previsão de contratação em abril de 2025; e

d) implantação do atracadouro de espera da eclusa de Bariri: em fase de estudos de engenharia, estudos orçamentários e obtenção de licenças ambientais do projeto de implantação de DME (depósito de material excedente).

Também está sendo realizado o acompanhamento das obras de ampliação do vão e proteção de pilares das pontes da SP-333 (a cargo da Concessionária Entrevias) e da SP-425 (a cargo do DER). A ampliação dos vãos tem como objetivo dar maior eficiência e segurança no transporte de carga da Hidrovia Tietê-Paraná, eliminando restrições físicas na linha de navegação e reduzindo o tempo de desmembramento dos comboios de barcaças para passagem sob a ponte.

Em relação à movimentação de carga no sistema, em 2024, foram transportados 2,17 milhões de toneladas de produtos no trecho paulista da Hidrovia, composto por soja, milho e cana-de-açúcar. Também foi registrado, nesse mesmo período, o deslocamento de 81,5 mil passageiros.

Hidrovia Tietê-Paraná

INVESTIMENTOS EM RODOVIAS E ESTRADAS MUNICIPAIS

No ano de 2024, em todo o Estado de São Paulo, foram executadas 122 obras pelo DER, totalizando 2.009 quilômetros recuperados de rodovias estaduais e estradas municipais, com investimento acima de R$ 2,98 bilhões, 17,66 milhões de habitantes beneficiados e 17,5 mil empregos diretos e indiretos gerados. Atualmente, estão em andamento 33 obras viárias do DER, cobrindo uma extensão de 488,422 quilômetros.

Foram concluídas, em 2024, as seguintes obras:

122 OBRAS EXECUTADAS PELO DER

2 MIL KM RECUPERADOS

R$ 2,98 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

1. Rodovias Estaduais:

- **Boituva: SP 129 –** Obras e Serviços de reparação de inconformidades na passarela para pedestres no Km 12.
  Investimento: R$ 286.883,00.
  Início: Outubro/2023. **Término:** Janeiro/2024.
- **São Sebastião: SP 055 –** Obras e Serviços de construção de Tunnel Liner no Km 171,360m.
  Investimento: R$ 359.288,23.
  Início: Novembro/2023. **Término:** Fevereiro/2024.
- **Piedade: SP 250 –** Bloco 05 – Lote 13 – Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 21,910 km.
  Investimento: R$ 29.667.881,21.
  Início: Setembro/2023. **Término**: Fevereiro/2024.
- **Porto Ferreira: SP 328 – Bloco 05 – Lote 90 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 6,200 km.
  Investimento: R$ 7.541.829,77.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Fevereiro/2024.
- **Cajobi: SPA 426/322 – Bloco 05 – Lote 96 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 6,200 km.
  Investimento: R$ 3.272.364,40.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Fevereiro/2024.
- **Paulo de Faria: SPA 540/322 – Bloco 05 – Lote 98 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 4,160 km.

Investimento: R$ 2.394.185,40.
Início: Setembro/2023. **Término:** Fevereiro/2024.

- **Bananal: SP 247 –** Obras e Serviços emergenciais de contenção de talude no Km 17,240. Extensão: 0,000 Km.
  Investimento: R$ 1.593.864,12.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Março/2024.
- **Lagoinha: SP 153 – Bloco 05 – Lote 29 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 3,000 km.
  Investimento: R$ 3.773.040,59.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Março/2024.
- **Caçapava: SP 062 – Bloco 05 – Lote 37 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 4,800 km.
  Investimento: R$ 7.059.515,51.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Março/2024.
- **Ribeirão Pires: SP 031 –** Obras e serviços emergenciais para recuperação estrutural de Viaduto, localizado no km 47,700.
  Investimento: R$ 999.168,83.
  Início: Agosto/2023. **Término:** Março/2024.
- **Pilar do Sul: SP 250 – Bloco 05 – Lote 12 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 17,090 km.
  Investimento: R$ 22.350.057,68.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Abril/2024.
- **Guaíra/Barretos: SP 425 e SPA 058/425 – Bloco 05 – Lote 91 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 11,520 km.
  Investimento: R$ 12.945.669,80.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Abril/2024.
- **Bertioga: SP 098 –** Obras e serviços emergenciais de estabilização e reforço da cortina atirantada, localizado no km 87,700.
  Investimento: R$ 6.919.330,03.
  Início: Novembro/2023. **Término:** Maio/2024.

SP-098

- **Europa: SP 331 – Bloco 05 – Lote 17 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 26,300 km.
  Investimento: R$ 29.729.521,60.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Maio/2024.
- **Monte Alto: SP 305 – Bloco 05 – Lote 18 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 14,380 km.
  Investimento: R$ 12.072.916,20.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Maio/2024.
- **Ibitinga/Borborema: SP 304 – Bloco 05 – Lote 19 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 36,700 km.
  Investimento: R$ 31.394.934,00.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Maio/2024.
- **Pindamonhangaba/Santo Antônio do Pinhal: SP 042/SP 046 – Bloco 05 – Lote 38 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 17,550 km.
  Investimento: R$ 19.263.218,92.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Maio/2024.
- **Cachoeira Paulista/Cruzeiro/Canas: SP 052 e SP 062 - Bloco 05 – Lote 39 -** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 15,200 km.
  Investimento: R$ 22.065.944,08.
  Início: Setembro/2023. **Término**: Junho/2024.
- **Pindamonhangaba: SPA 085/060, SPA 092/060 e SPA 099/060 – Bloco 05 – Lote 30 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 13,450 km.
  Investimento: R$ 29.788.029,01.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Junho/2024.
- **Pirassununga/Aguaí: SP 225 – Bloco 05 – Lote 84 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 50,000 km.
  Investimento: R$ 36.688.012,19.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Junho/2024.
- **Pradópolis: SP 253 – Bloco 05 – Lote 48 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 6,000 km.
  Investimento: R$ 14.023.945,37.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Junho/2024.
- **Ubirajara/Lucianópolis/Duartina: SP 315 – Bloco 05 – Lote 16 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 30,800 km.
  Investimento: R$ 18.355.618,60.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Junho/2024.
- **Barretos/Colômbia: SP 326 e SPA 453/326 – Bloco 05 – Lote 93 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 40,600 km.
  Investimento: R$ 48.252.712,80.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Junho/2024.

- **Nova Europa: SP 331** – Obras e serviços de caráter emergencial para recuperação do apoio da ponte o Rio Itaquerê. Extensão: 0,00 Km.
  Investimento: R$ 2.229.766,53.
  Início: Fevereiro/2024. **Término:** Junho/2024.
- **Braúna/Clementina/Bilac: SP 425 e SP 463 – Bloco 05 – Lote 79 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 36,900 km.
  Investimento: R$ 44.300.494,28.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Junho/2024.
- **José Bonifácio: SP 425 – Bloco 05 – Lote 80 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 41,100 km.
  Investimento: R$ 44.914.062,44.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Junho/2024.
- **Bertioga: SP 098 –** Obras e serviços de caráter emergencial, para limpeza e desobstrução da pista, implantação de muro de contenção e tela grampeada, localizado no km 83,800.
  Investimento: R$ 3.890.738,94.
  Início: Fevereiro/2024. **Término:** Julho/2024.
- **Campinas/Valinhos: SPA 082/330 e SP 091 – Bloco 05 – Lote 02 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 7,800 km.
  Investimento: R$ 16.787.466,60.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Julho/2024.
- **Mogi Mirim/Mogi Guaçu: SP 167 – Bloco 05 – Lote 04 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 2,000 km.
  Investimento: R$ R$ 3.552.598,60.
  Início: Setembro/2023. **Término**: Julho/2024.
- **Pinhalzinho/Pedra Bela: SPA 109/008 – Bloco 05 – Lote 05 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 12,500 km.
  Investimento: R$ 10.465.182,60.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Julho/2024.
- **Vargem/Joanópolis: SPA 003/010 – Bloco 05 – Lote 06 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 17,530 km.
  Investimento: R$ 15.896.876,20.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Julho/2024.
- **Sumaré/Nova Odessa: SPA 127/304 e SPA 110/330 – Bloco 05 – Lote 07 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 3,600 km.
  Investimento: R$ 6.248.992,20.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Julho/2024.
- **Echaporã/Oscar Bressane: SP 421 – Bloco 05 – Lote 41 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizonta. Extensão: 21,300 km.
  Investimento: R$ 16.294.958,00.
  Início: Novembro/2023. **Término:** Julho/2024.

SP-421

- **Lutécia/Paraguaçu Paulista: SP 421 – Bloco 05 – Lote 42** – Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 30,470 km.
  Investimento: R$ 22.645.333,20.
  Início: Novembro/2023. **Término:** Julho/2024.
- **Palmital: SP 375 – Bloco 05 – Lote 43 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 22,170 km.
  Investimento: R$ 16.275.927,40.
  Início: Novembro/2023. **Término:** Julho/2024.
- **Paraguaçu Paulista: SP 421 – Bloco 05 – Lote 45 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 32,312 km.
  Investimento: R$ 27.684.773,40.
  Início: Novembro/2023. **Término:** Julho/2024.
- **Amparo/Itapira: SP 352 – Bloco 05 – Lote 08 -** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 29,100 km.
  Investimento: R$ 26.045.122,60.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Agosto/2024.
- **Itararé/Riversul: SPA 338/258 e SPA 341/258 – Bloco 05 – Lote 11 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 15,900 km.
  Investimento: R$ 21.437.239,00.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Agosto/2024.
- **Itararé: SP 281 – Bloco 05 – Lote 15 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 26,480 km.
  Investimento: R$ 31.790.998,81.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Agosto/2024.

- **Cubatão: SP 148 – Bloco 05 – Lote 28 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 2,200 km.
  Investimento: R$ 4.254.850,36.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Agosto/2024.
- **Olímpia: SP 425 –** Obras e serviços para construção de dispositivo em desnível no km 137,800 km.
  Investimento: R$ 38.488.877,33.
  Início: Setembro/2022. **Término:** Agosto/2024.
- **Sumaré e Hortolândia – Viaduto em Intersecção Viária -** Ligação da Av. Cristóvão Colombo com a Estrada Municipal Americo Ribeiro dos Santos (SMR-385). Extensão: 0,225 km.
  Investimento: R$ 35.698.045,62.
  Início: Junho/2022. **Término:** Setembro/2024.
- **Jundiaí/Itupeva: SPA 066/300 – Bloco 05 – Lote 09 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 9,000 km.
  Investimento: R$ 23.501.542,72.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Boituva/Porto Feliz: SP 129 – Bloco 05 – Lote 10 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 20,000 km.
  Investimento: R$ 28.559.905,14.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Taubaté: SP 125 – Bloco 05 – Lote 31 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 15,450 km.
  Investimento: R$ 14.531.681,91.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Caraguatatuba: SP 055 – Bloco 05 – Lote 36 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 4,550 km.
  Investimento: R$ 25.540.732,32.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.

SP-055

- **Cruzeiro: SP 052 – Bloco 05 – Lote 40 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 15,300 km.
  Investimento: R$ 16.351.095,38.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Cajuru: SP 338 – Bloco 05 – Lote 47 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 35,800 km.
  Investimento: R$ 41.020.350,59.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Pedregulho: SP 334 – Bloco 05 – Lote 49 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 7,800 km.
  Investimento: R$ 22.510.532,15.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Pedregulho: SP 334 – Bloco 05 – Lote 50 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 8,150 km.
  Investimento: R$ 25.915.646,94.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Cristais Paulista/Pedregulho: SP 334 – Bloco 05 – Lote 52 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 11,000 km.
  Investimento: R$ 36.281.138,93.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Monte Aprazível/Tanabi/Neves Paulista/Poloni/União Paulista/Macaubal/Mirassol/Jaci/Cosmorama/Votuporanga/Bálsamo: SP 377 e SPA 482/310 – Bloco 05 – Lote 59 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 148,470 km.
  Investimento: R$ 130.266.407,78.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Guapiaçu: SP 425 – Bloco 05 – Lote 62 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 10,950 km.
  Investimento: R$ 22.274.726,36.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Guapiaçu/São José do Rio Preto: SP 425 – Bloco 05 – Lote 63 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 15,900 km.
  Investimento: R$ 21.050.074,56.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Novo Horizonte/Sales/Irapuã/Adolfo/Mendonça: SP 304 – Bloco 05 – Lote 67 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 49,650 km.
  Investimento: R$ 29.615.521,37.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Novo Horizonte/Sales/Irapuã/Adolfo/Mendonça: SP 304 – Bloco 05 – Lote 68 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 25,000 km.
  Investimento: R$ 20.694.288,18.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.

- **Mirante do Paranapanema: SPA 056/272 – Bloco 05 – Lote 81 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 7,150 km.
  Investimento: R$ 8.133.923,20.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Pirassununga/Analândia/Itirapina: SP 225 – Bloco 05 – Lote 85 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 41,360 km.
  Investimento: R$ 39.549.371,98.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Piracicaba/Anhembi: SP 147 – Bloco 05 – Lote 87 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 29,300 km.
  Investimento: R$ 43.595.033,49.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Barretos: SP 425 – Bloco 05 – Lote 92 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 22,700 km.
  Investimento: R$ 28.524.650,00.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Setembro/2024.
- **Caraguatatuba: SP 055 – Bloco 05 – Lote 35 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 5,700 km.
  Investimento: R$ 30.988.470,44.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Outubro/2024.
- **Ituverava/Miguelópolis: SP 385 – Bloco 05 – Lote 57 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 30,000 km.
  Investimento: R$ 31.252.725,59.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Outubro/2024.
- **Itajobi: SP 321 – Bloco 05 – Lote 61 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 47,230 km.
  Investimento: R$ 94.803.385,06.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Outubro/2024.
- **Mogi das Cruzes: SP 088 – Bloco 05 – Lote 72 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 8,860 km.
  Investimento: R$ 41.052.818,62.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Outubro/2024.
- **Arujá/Santa Isabel: SP 056 – Bloco 05 – Lote 73 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 11,050 km.
  Investimento: R$ 17.471.760,25.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Outubro/2024.
- **Itapecerica da Serra/Embu Guaçu: SP 234 Bloco 05 – Lote 76 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 13,670 km.
  Investimento: R$ 22.419.362,40.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Outubro/2024.
- **Piracicaba/Anhembi: SP 147 Bloco 05 – Lote 86 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 29,500 km.
  Investimento: R$ 51.909.573,85.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Outubro/2024

- **Olímpia/Barretos: SP 425 – Bloco 05 – Lote 94 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal. Extensão: 13,150 km.
  Investimento: R$ 42.868.054,80.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Outubro/2024.
- **Fartura/Sarutaiá/Piraju: SP 287 – Bloco 05 – Lote 44 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 287, do km 0+000 ao km 31+814. Extensão de 31,814 km.
  Investimento: R$ 26.244.731,42.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Novembro/2024.
- **Lindóia: SP 360 –** Obras e serviços de implantação de uma nova ponte sobre o rio do peixe, paralela à existente, no km 163,580m da SP 360, no município de Lindóia, incluindo a elaboração do projeto executivo. Extensão: 163,580m.
  Investimento: R$ 3.490.820,1.
  Início: Novembro/2020. **Término:** Novembro/2024.
- **Piracicaba: SP 304 – Bloco 05 – Lote 88 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 304, do km 165+770 ao km 168+510. Extensão de 2,740km.
  Investimento: R$ 6.958.920,56.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Novembro/2024.
- **Piraju: SP 270 – Bloco 05 – Lote 46 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 270, do km 295+400 ao km 329+820, no município de Piraju. Extensão de 34,420 km.
  Investimento: R$ 31.313.077,70.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Novembro/2024.
- **Riolândia: SP 322 – Bloco 05 – Lote 69 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 322, do km 556+400 ao km 579+700, no município de Riolândia. Extensão 23,300 km.
  Investimento: R$ 25.612.474,30.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Dezembro/2024.
- **Cardoso: SP 322 – Bloco 05 – Lote 70 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 322, do km 579+700 ao km 603+000. Extensão: 23,300 km.
  Investimento: R$ 23.379.369,58.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Dezembro/2024.
- **Altinópolis: SP 351 – bloco 05 – Lote 55 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 351, do km 15+000 ao km 27+000, no município de Altinópolis, com 5 dispositivos. Extensão: 12,000 km.
  Investimento: R$ 30.293.881,88.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Dezembro/2024.
- **Santo Antônio da Alegria/Altinópolis: SP 351 – Bloco 05 – Lote 56 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 351, do km 0+000 ao km 15+000. Extensão: 15,000km.
  Investimento: R$ 38.446.224,52.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Dezembro/2024.

- **Franca/Restinga: SP 336 –** Obras e serviços de pavimentação da SP 336, trecho Batatais – Restinga – Franca. Extensão: 11,400km.
  Investimento: R$ 42.871.983,92.
  Início: Abril/2024. **Término:** Dezembro/2024.
- **Nova Granada/Palestina: SP 423 – Bloco 05 – Lote 58 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 423, do km 0+000 ao km 36+000, nos municípios de Nova Granada e Palestina. Extensão: 36,000 km.
  Investimento: R$ 39.624.521,00.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Dezembro/2024.
- **José Bonifácio/Barbosa – SP 425 –** Obras e serviços de conclusão da ampliação do vão de navegação da ponte sobre o Rio Tietê na SP 425, município de Barbosa.
  Investimento: R$ 21.821.771,40.
  Início: Agosto/2019. **Término:** Dezembro/2024.
- **Regente Feijó/Taciba: SP 483 – Bloco 05 – Lote 83 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 483, do km 0+000 ao km 20+000, no município de Taciba. Extensão: 20,000 km.
  Investimento: R$ 25.073.348,56.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Dezembro/2024.
- **Taciba: SP 483 - Bloco 05 – Lote 82 –** Obras e serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 483, do km 20+000 ao km 41+240, no município de Taciba. Extensão 21,240km.
  Investimento: R$ 20.734.801,27.
  Início: Setembro/2023. **Término:** Dezembro/2024.

SP-088

2. Estradas Municipais:

- **São José do Rio Preto: Fase 05 – Lote 16 –** Obras e serviços de recuperação funcional da Estrada Vicinal SJR-150, ligação com a SPA 423/310, com extensão de 1,440 km.
  Investimento: R$ 14.484.689,98.
  Início: Maio/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **Clementina: Fase 05 – Lote 30 –** Obras e serviços de pavimentação das Estradas Vicinais CLM-060/CLM-080, ligação com o Município de Gabriel Monteiro, com extensão de 8,340 km.
  Investimento: R$ 19.578.217,97.
  Início: Maio/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **Caiabu/Mariápolis: Fase 05 – Lote 37 –** Obras e serviços de pavimentação das Estradas Vicinais CBU-010/MRP-040, com extensão de 12,870 km.
  Investimento: R$ 34.449.881,48.
  Início: Maio/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **Martinópolis/Pracinha: Fase 05 – Lote 38 –** Obras e serviços de pavimentação das Estradas Vicinais MTO-010/PRA-050, com extensão de 17,070 km.
  Investimento: R$ 44.270.837,50.
  Início: Junho/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **Descalvado/Pirassununga: Fase 07 – Lote 27 –** Obras e serviços de pavimentação das Estradas Vicinais DCV-256/PNG-070, ligação de Descalvado e Pirassununga com a SP 330, com extensão de 16,800 km.
  Investimento: R$ 12.041.140,31.
  Início: Novembro/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **São José do Rio Preto/Bady Bassitt/Cedral: Fase 07 – Lote 51 –** Obras e serviços de pavimentação das Estradas Vicinais SJR-150/Estrada Vicinal José Domingues Netto, ligação com a SPA 423/310, com extensão de 6,820 km.
  Investimento: R$ 17.717.946,36.
  Início: Junho/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **Fernando Prestes/Ariranha/Santa Adélia: Fase 07 – Lote 57 –** Obras e serviços de recuperação funcional das Estradas Vicinais FNP-060/ARH-020/ARH-393/SAD-010, com extensão de 24,760 km.
  Investimento: R$ 42.779.932,43.
  Início: Junho/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **Valparaíso: Fase 07 – Lote 65 –** Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal VPS-060, ligação com a SP 300, com extensão de 22,800 km.
  Investimento: R$ 72.211.086,08.
  Início: Junho/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **Itirapina: Fase 8 – Lote 76 –** Obras e serviços de pavimentação da ITR-020. Extensão: 6,000 km.
  Investimento: R$ 12.798.830,67.
  Início: Novembro/2022. **Término:** Janeiro/2024.

- **Porto Ferreira: Fase 8 – Lote 78 –** Obras e serviços de recuperação funcional da PFR-010. Extensão: 12,380 km.
  Investimento: R$ 8.502.455,59.
  Início: Novembro/2022. **Término:** Janeiro/2024.
- **Iguape: Fase 07 – Lote 28** – Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal IGU-999. Extensão de 9,700 km.
  Investimento: R$ 24.289.324,67.
  Início: Julho/2022. **Término:** Fevereiro/2024.
- **Rinópolis/Parapuã/Bastos: Fase 07 – Lote 75** – Obras e serviços de pavimentação das Estradas Vicinais RNP-040/PRP-138/BAS-050, com extensão de 23,700 km.
  Investimento: R$ 51.453.602,73.
  Início: Novembro/2022. **Término:** Março/2024.
- **Santa Gertrudes: Fase 05 – Lote 43 –** Obras e Serviços de pavimentação da SGT-999. Extensão: 3,800 Km.
  Investimento: R$ 22.461.173,79.
  Início: Maio/2022. **Término:** Março/2024.
- **Biritiba Mirim/Mogi das Cruzes: Fase 05 – Lote 23 –** Obras e serviços de recuperação funcional da Estrada Vicinal do Sertãozinho. Extensão: 12,770 km.
  Investimento: R$ 26.176.421,51.
  Início: Maio/2022. **Término:** Abril/2024.
- **Presidente Prudente: Fase 05 – Lote 34 –** Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal PSP-140, ligação com a SP 425, com extensão de 3,760 km.
  Investimento: R$ 5.449.875,87.
  Início: Abril/2022. **Término:** Abril/2024.

SJR-150

- **Presidente Prudente: Fase 05 – Lote 36 -** Obras e serviços de pavimentação da PSP-010, trecho contemplando o Município de Presidente Prudente com extensão total de 10,44 km.
  Investimento: R$ 19.272.027,29.
  Início: Abril/2022. **Término:** Abril/2024.
- **Monte Castelo/São João do Pau D'Alho: Fase 05 – Lote 40 –** Obras e serviços de pavimentação das Estradas Vicinais MCL-030/SJA-020, com extensão de 9,820 km.
  Investimento: R$ 22.231.833,78.
  Início: Abril/2022. **Término:** Abril/2024.
- **Itapira: Fase 07 – Lote 04 -** Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal Do Bairro Rio Manso. Ligação Spi-177/342. Extensão 8,617 km.
  Investimento: R$ 24.672.931,97.
  Início: Novembro/2022. **Término:** Abril/2024.
- **Atibaia/Bragança Paulista: Fase 07 – Lote 05 –** Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal Tomoteru Takase. Extensão 11,268 km.
  Investimento: R$ 21.288.526,00.
  Início: Junho/2022. **Término:** Abril/2024.
- **São José do Rio Preto: Fase 05 – Lote 15** – Obras e serviços de recuperação funcional da Estrada Vicinal SJR-350, com extensão de 3,775 km.
  Investimento: R$ 29.494.976,22.
  Início: Abril/2022. **Término:** Maio/2024.
- **General Salgado: Fase 05 – Lote 28** – Obras e serviços de pavimentação das Estradas Vicinais GES-348/SPV-062, ligação entre a SP 310 e SP 463, com extensão de 16,100 km.
  Investimento: R$ 24.024.943,33.
  Início: Abril/2022. **Término:** Maio/2024.

PIN-040

- **Socorro: Fase 07 – Lote 03** – Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal Oratório/Visconde de Soutelo. Extensão 10,500 km.
  Investimento: R$ 24.848.110,09.
  Início: Junho/2022. **Término:** Maio/2024.
- **Pompéia: Fase 07 – Lote 37** – Obras e serviços de recuperação funcional da Estrada Vicinal PMP-010, com extensão de 30,500 km.
  Investimento: R$ 17.465.994,62.
  Início: Novembro/2022. **Término:** Maio/2024.
- **Taubaté/Lagoinha: Fase 07 – Lote 32 –** Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal PIN-040, com extensão de 26,200 km.
  Investimento: R$ 84.259.513,77.
  Início: Junho/2022. **Término:** Junho/2024.
- **Tarumã: Fase 07 – Lote 35 –** Obras e serviços de pavimentação da TAR-153, com extensão de 1,504 km.
  Investimento: R$ 4.112.540,27.
  Início: Junho/2022. **Término:** Junho/2024.
- **Santa Albertina: Fase 07 – Lote 56** – Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal SAT-262, ligação com a SP 561, com extensão de 3,036 km.
  Investimento: R$ 7.653.832,00.
  Início: Junho/2022. **Término:** Junho/2024.
- **Ilha Solteira: Fase 07 – Lote 67** – Obras e serviços de pavimentação de Contorno Viário com Ligação SP 310, ligação com a SP 310 e SP 595, com extensão de 4,500 km.
  Investimento: R$ 23.533.150,68.
  Início: Julho/2022. **Término:** Junho/2024.
- **Rubinéia: Fase 05 – Lote 14 –** Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal RBN-359. Extensão: 5,453 km.
  Investimento: R$ 7.935.117,64.
  Início: Abril/2022. **Término:** Julho/2024.
- **Birigui: Fase 07 – Lote 71 –** Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal BGI-140, ligação com a SP 461, com extensão de 13,340 km.
  Investimento: R$ 21.931.313,73.
  Início: Julho/2022. **Término:** Agosto/2024.
- **São José do Rio Preto: Fase 05 – Lote 16 –** Obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal SJR-350, com extensão de 1,180 km.
  Investimento: R$ 6.577.575,90.
  Início: Maio/2022. **Término:** Setembro/2024.
- **Bilac/Araçatuba: Fase 05 – Lote 31 –** Obras e serviços de pavimentação da BIL-247/ART-388, Ligação Bairro Prata de Cima SP 461 - Bilac com extensão: 14,500 km.
  Investimento: R$ 27.407.760,78.
  Início: Junho/2022. **Término:** Setembro/2024.
- **Altair: Fase 05 – Lote 47 –** Obras e serviços de pavimentação da ATR-248. Extensão: 13,840 km.
  Investimento: R$ 12.150.540,25.
  Início: Maio/2022. **Término:** Outubro/2024.

- **Tejupá/Taguaí: Fase 07 – Lote 39 –** Obras e serviços de pavimentação da TJP-350/TJP-285/TGI-010, trecho contemplando os Municípios de Tejupá/Taguaí com extensão total de 14,9 km.
  Investimento: R$ 15.122.911,75.
  Início: Junho/2022. **Término:** Dezembro/2024.
- **Assis: Fase 07 – Lote 40 –** Execução de obras e serviços de pavimentação da ASS-050, trecho contemplando o Município de Assis, com extensão total de 5,09 km.
  Investimento: R$ 12.898.874,41.
  Início: Junho/2022. **Término:** Novembro/2024.
- **Luís Antônio: Fase 07 – Lote 50 –** Obras e serviços de pavimentação da LAN-244, trecho contemplando o Município de Luiz Antônio, com extensão total de 10,99 km.
  Investimento: R$ 20.785.647,41.
  Início: Junho/2022. **Término:** Dezembro/2024.
- **Mirante do Paranapanema: Fase 07 – Lote 77 –** Obras e serviços de pavimentação da MPR-154/157/281/374, trecho contemplando o Município de Mirante do Paranapanema, com extensão total de 20,2 km.
  Investimento: R$ 34.977.574,27.
  Início: Novembro/2022. **Término:** Dezembro/2024.
- **Brotas/Dourado: Fase 07 – Lote 84 –** Obras e serviços de pavimentação da BRO-070/DRD-030, trecho contemplando os Municípios de Brotas/Dourado, com extensão total de 16,731 km.
  Investimento: R$ 43.461.331,03.
  Início: Junho/2022. **Término:** Dezembro/2024.

Convém ressaltar que, em 2024, a CETESB lançou dois produtos voltados às rodovias: a Regularização do Licenciamento Ambiental de Rodovias que operam no Estado de São Paulo, que implica na obtenção de LO – Licença de Operação pelas operadoras (Decisão de Diretoria CETESB n° 22/2024/I); e o PMAF – Plano de Mitigação de Atropelamento de Fauna em Rodovias (Decisão de Diretoria CETESB n° 39/2024/I), que irá contribuir com a redução no número de animais atropelados nas estradas paulistas.

A regularização das rodovias é crucial para assegurar a conformidade com as normativas ambientais e a proteção dos ecossistemas locais. O PMAF foi desenvolvido por um Grupo de Trabalho da Câmara Ambiental da Indústria da Construção, com a participação de diversas entidades ambientais e do setor rodoviário, da SEMIL, CETESB, DER, Gaema, ARTESP, pesquisadores e professores de universidades públicas, o qual deverá ser apresentado por todos os operadores de rodovias estaduais, prevendo a implantação de medidas para mitigar o atropelamento de animais da fauna silvestre (nativa e exótica) e doméstica.

INVESTIMENTOS NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

Para atender as necessidades e aprimorar os serviços prestados no Porto de São Sebastião, foram estudados e propostos investimentos para regularização, adequações e melhorias de infraestrutura.

Em 2024, foram realizadas obras de pavimentação de vias internas, construção de pátio de armazenagem de cargas e respectiva iluminação e cercamento, adequação da portaria principal de acesso ao Porto, instalação da subestação elétrica, sinalização vertical e horizontal das vias internas do Porto e reforma do galpão do Centro de Atendimento a Emergências que abriga as embarcações, os equipamentos e os materiais utilizados em caso de emergências.

Além disso, foi realizada a licitação para executar a dragagem de manutenção do berço de atracação principal, a fim de aumentar o calado operacional dos navios, o que vai permitir incrementar o carregamento de mercadorias. Os serviços têm a previsão de início em março de 2025.

O aumento na movimentação das cargas já consolidadas e o surgimento de novos produtos como o açúcar e o café a granel possibilitaram uma movimentação de aproximadamente 1,527 de toneladas, recorde histórico do Porto de São Sebastião, o que representou um aumento de 48% em relação a 2023.

Porto de São Sebastião

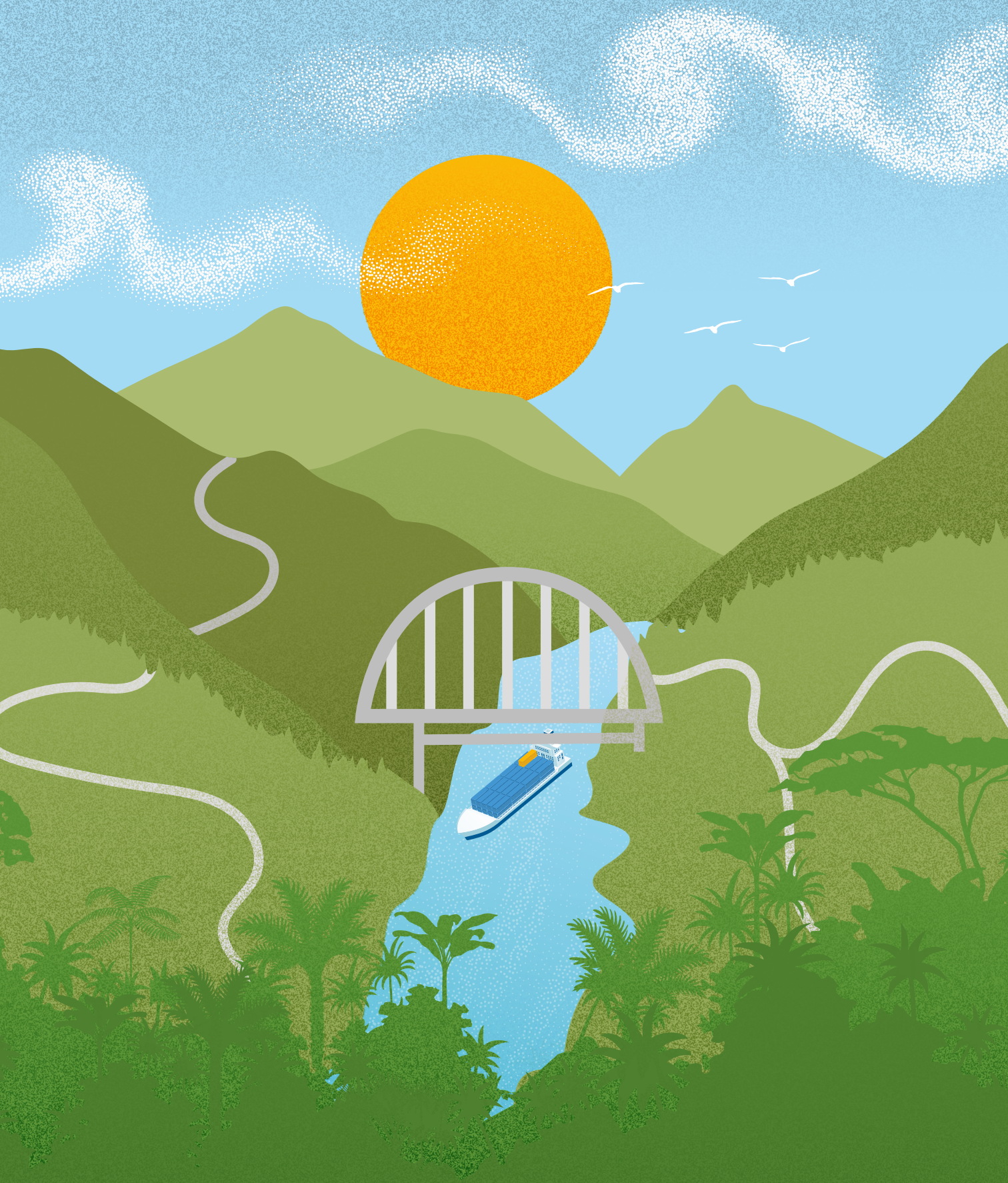
Ressalta-se ainda a celebração de contrato de uso temporário para movimentar açúcar a granel pelo Porto. Com investimento privado de cerca de R$ 170 milhões, essa iniciativa permitirá um aumento de cerca de 1 milhão de toneladas de cargas adicionais a serem movimentadas.

Ainda, a Companhia Docas de São Sebastião abriu chamamento público para a implantação de áreas de apoio logístico portuário que tem como propósito atuar com um pátio regulador e de credenciamento prévio de caminhões que acessam o Porto de São Sebastião. Como primeiro resultado do chamamento foi concluída a 1ª fase com seleção de cinco propostas, que seguem em análise no início de 2025. Essa iniciativa auxiliará a evitar congestionamentos no centro da cidade de São Sebastião, reduzindo

a descarga de gases efeito estufa na atmosfera, e proporcionará mais eficiência no descarregamento de mercadorias nos armazéns do Porto, bem como mais conforto e qualidade de vida para os condutores dos veículos.

OEMIL 11	Atualizar o planejamento estratégico de logística e transportes, identificando as necessidades de investimentos e buscando o crescimento da intermodalidade.
OEMIL 12	Ampliar e modernizar a infraestrutura de transporte, bem como apoiar os Municípios em obras conveniadas.
OEMIL 13	Operar e manter a infraestrutura de transporte a cargo do Estado.

Áreas atuantes: Subsecretaria de Logística e Transportes (Departamento Hidroviário), DER, Companhia Docas de São Sebastião e CETESB.



OUTRAS INICIATIVAS SEMIL

PROJETOS DA SEMIL NO PPI-SP

O Programa de Parcerias em Investimentos – PPI, conduzido pela SPI, visa ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo, por meio de realização de estudos e estruturação de desestatização, parcerias público-privadas, concessões ou permissões de uso. Em 2024, vários projetos constantes no PPI avançaram, com alguns já concluídos, conforme detalhado a seguir:

1. Eixo Rodovias:

1.1. Lote Litoral Paulista

A concessão prevê: faixa adicional na SP-088, entre a SP-070 e Mogi das Cruzes; faixas adicionais, rampas de escape e acostamentos no trecho da Mogi-Bertioga (SP-098); duplicação da SP-055: trechos de Peruíbe a Miracatu e de Bertioga a Santos serão inteiramente duplicados, conferindo maior segurança aos usuários; e vias marginais e conexões Serra-Litoral no trecho Praia Grande a Peruíbe. Além de modelo de cobrança de tarifa por meio de pórticos (*free-flow*).

O leilão ocorreu em 16/04/2024 e serão R$ 4,3 bilhões em investimentos, com prazo de concessão de 30 anos.

1.2. Lote Nova Raposo

A concessão inclui três rodovias, SP-280, SP-270, SP-029, e também o trecho municipal entre os municípios de Cotia e Embu das Artes, paralelo ao Rodoanel Oeste, beneficiando 10 municípios (Araçariguama, Barueri, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Santana de Parnaíba, São Paulo, Itapecerica da Serra e Embu das Artes).

O projeto prevê investimentos em duplicações; implantação de faixas adicionais; vias marginais; novos dispositivos; adequação de obras de artes especiais; novas passarelas; e pontos de ônibus.

O leilão ocorreu em 28/11/2024 e serão R$ 7,9 bilhões em investimentos, em um prazo de 30 anos. Para mais detalhes acessar o link http://www.artesp.sp.gov.br/Style%20Library/extranet/novas-paginas/CustomPage.aspx?page=126.

1.3. Rota Sorocabana

O projeto abrange 460 km de rodovias localizadas na região Sudoeste do Estado, incluindo 12 rodovias: SP-280, SP-075, SPI-091/270, SPI-087/270, SPI-060/270, SP-270, SP-079, SPA-053/280, SPA-103/079, SPA-104/079, SP-264, SPA-160/250. São 17 os

municípios beneficiados (Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Cotia, Ibiúna, Itu, Juquiá, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sorocaba, Tapiraí, Vargem Grande Paulista e Votorantim). O projeto prevê investimentos em duplicação; implantação de faixas adicionais; novos dispositivos; novas obras de artes especiais; novas passarelas, acostamentos; e pontos de ônibus.

O leilão ocorreu em 30/10/2024 e serão R$ 8,81 bilhões bilhões em investimentos, em um prazo de 30 anos. Mais detalhes podem ser obtidos em: http://www.artesp.sp.gov.br/Style%20Library/extranet/novas-paginas/CustomPage.aspx?page=128.

Rota Sorocabana

1.4. Lote Paranapanema

No projeto do Lote Paranapanema, a proposta é fazer uma parceria público-privada, utilizando trechos atualmente operados pela ViaOeste e incluir estradas sob gestão do DER.

Inclui ligação entre Itapetininga e Ourinhos e implantação de faixais adicionais, acostamentos, dispositivos e passarelas. Serão abrangidos 282,3 Km de estradas, com investimentos de R$ 4,7 bilhões em 30 anos. Os estudos foram contratados com a *International Finance Corporation*.

A atualização das etapas e andamento do projeto podem ser consultados em https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/lote-paranapanema/.

1.5. Rota Mogiana

O projeto da Rota Mogiana objetiva fazer uma concessão utilizando trechos atualmente operados pela Renovias e incluir novas vias do DER.

O escopo inclui conexão do Aeroporto Internacional de Viracopos à região de Vinhedo e ligação entre centros de distribuição no eixo Cajamar-Jarinu. Previsão de 157 km de duplicação, 63 km de faixas adicionais e ampliação de mais da metade dos segmentos da concessão. O projeto abarca 321 Km de estradas, com investimentos de R$ 4 bilhões em 30 anos.

Através do link https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/rota-mogiana/ é possível acompanhar a atualização das etapas e andamento do projeto.

1.6. Circuito das Águas

O escopo total do projeto englobando trechos atualmente administrados pelo DER/SP e pela concessionária Renovias visa duplicar segmentos das rodovias SP-354, SP-324, SP-332, SP-342, SP-063, SP-360, SP-133 e SP-107, faixas adicionais na SP-340, além do Contorno de Águas da Prata, com investimentos estimados de R$ 10 bilhões em 30 anos.

Informações atualizadas sobre as etapas do projeto podem ser obtidas em https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/circuito-das-aguas/.

1.7. Lote Litoral Norte

Parte integrante do projeto Lote Litoral Paulista que engloba municípios com grande potencial econômico no que concerne à exploração de gás e petróleo, turismo e escoamento de bens e de mercadorias, considerando o trecho da SP-055 – correspondente ao Lote Litoral Norte, o projeto se destaca em seu escopo envolvendo gestão de encostas e prevenção de desastres, com investimento para implantação de sistema de alerta para eventos geológicos e gestão de macrodrenagem e serviços ambientais em áreas de proteção, bem como cobrança de tarifa por meio de pórticos (*free-flow*). São cerca de 130 km e prazo de 30 anos. O Projeto está em fase de estudos com previsão inicial de edital finalizado no 3° trimestre de 2025.

Lote Litoral Norte

1.8. Túnel imerso Santos–Guarujá

O projeto do túnel imerso, ligando os municípios de Santos e Guarujá, será executado por meio de PPP, com valor de investimento estimado em R$ 6 bilhões. A futura empresa será responsável pela construção, operação e manutenção do ativo, que permitirá o tráfego de veículos de passeio e de transporte público, além de caminhões, bicicletas (ciclovia) e pedestres. A solução não limita o desenvolvimento e a expansão do porto de Santos.

O projeto é uma demanda antiga da população que vai reduzir o tempo de descolamento entre as duas áreas urbanas. Atualmente, mais de 28 mil pessoas cruzam diariamente as duas margens utilizando barcos de pequeno porte (catraias) e as balsas.

O acompanhamento das etapas do projeto pode ser feito acessando https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tunel-submerso-santos-guaruja/.

Santos-Guarujá

2. Eixo Mobilidade Urbana:

2.1. Travessias hídricas

A concessão do sistema de travessias hídricas inclui oito travessias operadas pelo Departamento Hidroviário nas regiões Norte, Centro e Sul do litoral paulista; o sistema de balsas da EMAE, que conta com três balsas para atender a Região Metropolitana de São Paulo – Bororé, Taquacetuba e João Basso; e o serviço de balsa no reservatório

de Paraibuna, com três travessias na região do Vale do Paraíba: Porto Paraitinga, Porto Natividade da Serra, e Porto Varginha.

O projeto prevê a concessão do serviço público de transporte coletivo aquaviário intermunicipal de veículos e passageiros, com previsão de investimentos de R$ 1,2 bilhão, no prazo de 20 anos.

A atualização das etapas do projeto pode ser consultada em https://www.parceriase-minvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/travessias-hidricas.

Travessia FB-25 São Sebastião

3. Eixo Água e Energia:

3.1. EMAE

O Governo de São Paulo qualificou o projeto para privatização da EMAE, uma sociedade anônima de capital aberto que atua no setor de geração de energia hidrelétrica.

A proposta visa dar economia para o Estado, pois ativos do setor elétrico já são altamente regulados e, ao longo dos anos, o Estado vem priorizando atuar em segmentos com maior carência de infraestrutura.

O leilão de venda das ações foi realizado em abril de 2024, sendo Phoenix FIP a empresa vencedora do certame, com o valor de R$ 70,65 por ação, que representa um ágio de 33,68% acima do preço mínimo, totalizando R$ 1,04 bilhão ao Estado.

Leilão da Emae

3.2. Sabesp

O Governo do Estado de São Paulo tem entre seus principais objetivos na atual gestão a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e a melhoria na qualidade da prestação dos serviços. Nesse sentido, o projeto de desestatização da Sabesp conduzido pelo Estado tem por finalidade:

- Antecipação da universalização na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de 2033 para 2029;
- Inclusão de população residente em áreas rurais e núcleos urbanos informais consolidados;
- Redução tarifária imediata, com foco na população mais vulnerável, observado o previsto na Lei nº 17.853/2023 no longo prazo;
- Melhoria na qualidade da prestação dos serviços, com infraestruturas mais resilientes e sustentáveis no longo prazo;
- Equalização dos prazos de vigência em 2060 no novo contrato de concessão regional;
- Efetivação da regionalização para garantir a uniformidade necessária para a implantação, operação e resiliência da infraestrutura compartilhada, respeitadas as características específicas de cada Município; e
- Previsibilidade na regulação, fiscalização e devida implementação dos investimentos necessários à universalização e à adequada prestação dos serviços.

Após a autorização legislativa, por meio da Lei nº 17.853/2023, a desestatização da Sabesp foi concluída em 23/07/2024, com o evento ocorrido na B3. A desestatização resultou em uma captação de R$ 14,7 bilhões.

A oferta pública da Sabesp superou diversos marcos do mercado de capitais brasileiro. Além de ser a maior oferta pública do Brasil e das Américas em 2024, ela teve a maior demanda de investidores institucionais para uma oferta brasileira em toda a história, bem como o terceiro maior número de ordens para uma oferta brasileira.

A proposta da Equatorial de R$ 6,9 bilhões por 15% da Sabesp é considerada a maior ordem individual alocada em uma oferta do país. No setor de saneamento, é a maior oferta pública da história mundial e, considerando-se todas as chamadas *utilities*, que incluem outros serviços como distribuição de gás e energia, foi a terceira maior do mundo em 2024.

Sistema Guarapiranga - Sabesp

3.3. Drenagem e Segurança Hídrica: Barragens

O escopo engloba a implantação, operação e manutenção do sistema adutor regional para captação e distribuição de água para os 27 municípios da região; operação e manutenção das barragens de Pedreira e de Duas Pontes, a partir da conclusão das obras; operação e manutenção das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) das cidades de Monte Alegre do Sul e Amparo, após a conclusão das obras; e a operação e manutenção da Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia (UTR). A previsão é que o volume de investimentos atinja o montante de R$ 1 bilhão.

O projeto está na fase de estudos, e o andamento e atualização das etapas podem ser acompanhados no site do projeto https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/seguranca-hidrica-barragens/.

Barragem Duas Pontes

3.4. Drenagem e Segurança Hídrica: Desassoreamento

O projeto objetiva o desassoreamento do Rio Pinheiros em toda sua extensão; o desassoreamento do Rio Tietê na Região Metropolitana; a remoção dos resíduos flutuantes nas extensões do Canal Pinheiros e do Rio Tietê na RMSP; e a manutenção das margens e dos jardins metropolitanos (áreas verdes concebidas para recuperar espaços degradados e proteger as margens). As etapas do projeto, com atualização de seu andamento, podem ser consultadas em https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/seguranca-hidrica-desassoreamento/.

Desassoreamento do Rio Pinheiros

3.5. Gestão de Resíduos Sólidos

Dando sequência ao Programa Integra Resíduos, lançado em junho, serão iniciados os estudos de viabilidade e modelagem de projetos de destinação final de resíduos sólidos para 12 consórcios intermunicipais: Associação dos Municípios do Vale do Paranapanema – AMVAPA; Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê – CERISO; Consórcio Intermunicipal do Centro Oeste Paulista – CICOP; Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo – CIENSP; Consórcio Intermunicipal do Noroeste Paulista – CINORP; Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas – CISBRA; Consórcio Intermunicipal do Vale Paranapanema – CIVAP; Consórcio de Municípios da Região Central – CONCEN; Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas – CONSIMARES; Consórcio Intermunicipal Grande ABC – GRANDE ABC; Consórcio Intermunicipal Novo Vale – NOVO VALE; e União dos Municípios da Média Sorocabana – UMMES. Os 216 municípios integrantes desses consórcios geram aproximadamente 7 mil toneladas de resíduos por dia. Para acompanhamento do projeto acessar o link https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/gestao-de-residuos-solidos/.

3.6. Gestão de Recursos Hídricos

O projeto, na esteira do programa UniversalizaSP, busca estruturar soluções regionalizadas de saneamento para garantir resiliência hídrica e o alcance das metas de universalização. Os primeiros estudos vão abranger municípios localizados nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos Tietê/Jacaré e Tietê/Batalha, levando em consideração a cadeia integral de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, desde a captação e produção da água até a gestão de perdas.

As cidades atendidas são: Barra Bonita, Bauru, Borborema, Borebi, Brotas, Cafelândia, Dobrada, Iacanga, Ibaté, Ibitinga, Igaraçu do Tietê, Itapuí, Itirapina, Jaú, Mendonça, Mineiros do Tietê, Pirajuí, Potirendaba, Reginópolis, Ribeirão Bonito, São Carlos, Tabatinga e Urupês.

Para acompanhamento do projeto acessar o link https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/gestao-de-recursos-hidricos/.

3.7. Conservação e Restauração Vegetal

O projeto de concessão de serviços de conservação e restauração de vegetação nativa em áreas de proteção estaduais prevê a outorga para geração e comercialização de créditos de carbono no mercado de carbono voluntário ou regulado.

O link https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/conservacao-e-restauracao-vegetal/ permite o acompanhamento das etapas do projeto.

Viveiro de mudas

4. Eixo Social:

4.1. Parques urbanos

Nove parques urbanos foram incluídos no PPI para concessão/permissão de uso. Os estudos de viabilidade foram iniciados para sete unidades: Belém, Guarapiranga, Juventude, Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Jardim Helena e Jacuí, na Capital, perfazendo uma área de 19,9 milhões de metros quadrados, com cerca de 5 milhões de usuários por ano.

Os estudos estão em andamento, com previsão de investimentos de R$ 200 milhões. A atualização das etapas em andamento pode ser consultada em https://www.parceria-seminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/parques-urbanos/.

Parque Estadual da Juventude

4.2. Gestão de Parques Naturais

O projeto prevê a concessão ou permissão de uso para execução de serviços de turismo de natureza e atividades correlatas em unidades de conservação administradas pela Fundação Florestal. A proposta inclui a estruturação de serviços como hospedagem, alimentação, aluguel de equipamentos, comercialização de produtos e serviços e atividades de ecoturismo. Serão considerados no projeto o Parque Estadual Serra do Mar, núcleos Cunha e Santa Virgínea; o Parque Estadual Itinguçu; o Parque Estadual Morro do Diabo; o Parque Estadual Caverna do Diabo, o Parque Estadual Intervales; o Parque Estadual Carlos Botelho; o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira- PETAR e a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade-FEENA.

Para atualização e andamento das etapas do projeto, consultar: https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/gestao-de-parques-naturais/.

Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR

4.3. Pátio de Veículos do Estado

O projeto visa à concessão de serviços de remoção, guarda e leilão de veículos autuados pelo Detran (184 pátios) e pelo DER (43 pátios). Espera-se ganho de eficiência; possibilidade de obtenção de novas receitas; previsão de novos investimentos para implantação e operação de pátios; e concessão com fiscalização de indicadores de resultado, a fim de proporcionar melhor atendimento ao cidadão.

Para atualização e andamento das etapas do projeto, consultar https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/patio-de-veiculos-do-estado/.

CONCLUSÃO

Após mais um ano de intensas atividades, são inúmeros os avanços atingidos. Há muito ainda a ser feito e a SEMIL e suas vinculadas seguem com foco na missão de criar e fortalecer os caminhos que promovam o desenvolvimento sustentável do Estado, sempre tendo por base a proposta de valor de desenvolver e melhorar a vida dos paulistas, com diálogo e dignidade.

Importante ressaltar o trabalho do corpo funcional da Secretaria e de suas vinculadas, que, com muito empenho, competência e comprometimento, perseguem diariamente o desenvolvimento de políticas públicas fundamentais para a preservação do meio ambiente, fortalecimento da infraestrutura e promoção de melhorias na logística, de forma integrada e sustentável.

Dessa forma, a SEMIL reforça os compromissos assumidos em seu planejamento estratégico, que objetiva transformar e melhorar a vida dos paulistas, e reitera o seu propósito, de servir ao desenvolvimento sustentável e, portanto, servir ao futuro.